

POR UMA SOLUÇÃO NEGOCIADA DA CRISE DO GOLFO

Não à guerra!

PCP manifestou-se firmemente contra qualquer envolvimento de Portugal na guerra

Comunicados do Comité Central e do Secretariado do CC do PCP

Págs. 2 e 3/Em Foco

Seis partidos comunistas da Europa subscrevem apelo comum por uma solução pacífica

Pág. 3/Em Foco

**MANIFESTAÇÃO
LISBOA
Hoje às 18 horas
ROSSIO
Todos pela Paz!**

Agenda

12,94%

Gazetilha
por Ignotus Sum

A percentagem

Vale a pena a grandeza do sinal.
Vale a pena remar contra a corrente.
Vale a pena ter água da nascente.
Vale a pena este nome Portugal.

Vale a pena a palavra de cristal.
Vale a pena o sorriso transparente.
Vale a pena o esforço coerente.
Vale a pena viver-se de ideal.

Vale a pena cumprir o que assinamos.
Vale a pena o amor que às coisas damos.
Vale a pena o rigor que nos acena.

Vale a pena este verso na viagem
pois ele sabe que uma percentagem
diz, dizendo o que diz, que vale a pena.

Resultados da campanha eleitoral de Carlos Carvalhas

Um êxito do PCP

A batalha das eleições para a Presidência da República, pelos seus resultados políticos e eleitorais, dá nova força, nova dinâmica e redobrada confiança à acção partidária no ano de 1991 que agora começa.

Resolução do Comité Central nas págs. 2 e 3/Semana

Editorial

Avante!

Ano 61 - Série VII
N.º 891

18 de Janeiro de 1991

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Horas de preocupação e luta

Os perigos e ameaças que punham em grave risco a paz mundial começaram a materializar-se no Próximo e Médio Oriente a guerra do Golfo começou.

O comunicado do Comité Central do PCP acerca da «crise do Golfo», aprovado já na parte final da reunião de quarta-feira, convocada para uma primeira apreciação dos resultados eleitorais de domingo, abria com estas significativas palavras:

«O desenvolvimento da crise do Golfo coloca hoje a Humanidade perante a iminência de uma guerra de proporções e consequências incalculáveis.

«Alertando o povo português para a extraordinária gravidade da situação, o CC do PCP salienta uma vez mais que a guerra não é inevitável, que é imperioso abrir caminho a uma solução pacífica e negociada do conflito.»

Apenas algumas horas mais, e os acontecimentos confirmariam a flagrante actualidade das palavras e do alerta do PCP: os Estados Unidos, sem uma última conclusão das Nações Unidas e do Conselho de Segurança da ONU considerando esgotadas todas as possibilidades de solução pacífica e negociada do conflito, surdos ao clamor mundial que reclamava uma tal solução, colocavam o mundo perante o facto consumado do início das operações militares e do bombardeamento aéreo em massa de zonas densamente povoadas do Kuwait e do Iraque.

O comunicado de quarta-feira do CC precisa de novo a posição do PCP desde o início do conflito: condenando a invasão do Kuwait pelo Iraque, denunciámos, desde a decisão de concentrar na zona estratégica de alto risco do Golfo Pérsico os gigantescos meios militares para ali deslocados pelo governo de Bush e pelo Pentágono, a escalada de confrontação e de guerra conduzida pelos Estados Unidos.

É significativo que a «força multinacional» que abriu as portas da guerra contra o Iraque tenha tido como componentes os Estados Unidos, a Inglaterra, responsável histórica pelo retalhamento artificial das fronteiras geopolíticas do mundo árabe, o Kuwait - ocupado e a Arábia Saudita, praticamente uma colónia dos Estados Unidos.

Travar o braço da guerra é agora a tarefa central de todos os amantes da paz, de todos os povos do mundo. «O PCP - diz-se no comunicado de ontem do secretariado do CC - condena firmemente o desencadeamento da guerra conduzida pelos EUA».

Se os povos quiserem, a causa da paz pode triunfar, as poderosas acções populares contra a guerra, que se desenvolvem por toda a parte, incluindo os próprios Estados Unidos, podem ainda impor a solução diplomática e negociada do conflito, podem erguer uma bar-

reira às prepotências de um país imperialista que, depois do Vietname, de Granada, do Panamá e da Colômbia, continua a arrogar-se o papel de gendarme dos povos.

«A guerra - diz-se ainda no comunicado do Secretariado - que nenhum argumento pode justificar, não só não resolverá como agravará os graves problemas acumulados na região.

«Impõe-se pôr termo às hostilidades e persistir na via das negociações. Torna-se mais necessário do que nunca a realização de uma Conferência Internacional visando assegurar a paz justa e duradoura no Médio Oriente.»

As declarações de Cavaco Silva antes e depois do desencadeamento da guerra pelas forças norte-americanas, considerando, primeiro, esgotadas as possibilidades de uma solução política e, depois - apesar das promessas de não envolvimento militar de Portugal -, reconhecendo a legitimidade da decisão norte-americana e a hipótese de uma intervenção mais larga de Portugal, não servem os interesses do País.

O «Não à Guerra! Por uma solução negociada para o conflito do Golfo!» que encerra o comunicado do CC mantém toda a sua actualidade e validade.

É uma questão central para o povo português que a grave crise do Golfo, com todos os seus perigos e ameaças para a paz mundial, não o desvie dos problemas nacionais mais agudos, da necessidade de afastar a direita do Governo e de viabilizar para o substituir uma alternativa das forças democráticas. Esta é também agora para o povo português uma adicional exigência de paz.

É necessário não deixar diluir-se nas vicissitudes da situação internacional - extraordinariamente agravadas pelo desencadeamento da guerra contra o Iraque, cheia de perigos para a paz do mundo - a importância dos resultados das eleições presidenciais de domingo e, no nosso caso, a importância e o significado da votação no candidato do PCP, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do nosso Partido. A presente conjuntura interna, no quadro da grave situação internacional, com a sua densa complexidade, as suas contradições agudas, as suas diversificadas expressões, é extremamente conclusiva e rica de ensinamentos e indicações de luta.

Os riscos e antagonismos da hora actual coincidem com horizontes e perspectivas promissoras na situação política nacional depois dos resultados das eleições de domingo.

Foi na exigência de derrotar os primeiros e aprofundar os segundos que o PCP apresentou às eleições o seu candidato e decidiu que fosse até ao fim na disputa do voto dos portugueses.

A votação em Carlos Carvalhas deitou por terra os prognósticos dos «profetas da desgraça» que tomavam por realidades os seus desejos de afundamento eleitoral do PCP, de redução da sua base política de apoio a valores insignificantes, de quebra da sua influência como força política essencial da democracia portuguesa.

Os inimigos jurados ou disfarçados do PCP relegavam os comunistas para a poeira da História. Através da descarada manipulação dos órgãos de comunicação social de maior audiência de massas, publicando sondagens que se contradiziam elas próprias como indício da sua falta de seriedade e rigor, o PCP e o seu candidato foram atirados para a antecâmara da morte política.

A mesma leviandade que tem determinado taxas de inflação fictícias em metade do seu volume exacto presidiu às sondagens sobre o voto nos candidatos que atribuíam a Carlos Carvalhas os 5-6 por cento da votação e acabaram terminantemente desmentidas pelos 12,94 por cento dos votos.

E, sendo verdade comprovada que os grandes objectivos políticos da candidatura de Carlos Carvalhas foram inteiramente alcançados, é também comprovadamente verdade que em termos eleitorais a votação obtida é significativa e esclarecedora.

Tudo foi jogado contra o PCP pelos seus inimigos, desde a defeção de uns tantos transfugas, até à extrapolação para o Partido Comunista Português dos erros, falhas e derrotas nos países do Leste europeu, envolvendo nas dobras do silêncio todo o esforço dos comunistas portugueses para dar resposta às novas realidades dos tempos actuais; para dar continuidade a uma linha de acção tradicional, vinculada à crescente democratização da sociedade portuguesa, à unidade das suas forças democráticas mais consequentes, para dar solução aos problemas políticos, económicos, sociais e culturais de Portugal e do povo português; para manter viva a chama da luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e do povo, pela independência nacional, pela liberdade, a paz e o progresso social dos portugueses.

A votação recolhida pelo candidato do PCP é, no momento que passa, uma das contribuições mais válidas dos comunistas para uma alternativa democrática credível à direita governante.

A luta por uma alternativa democrática não é fácil e obviamente não depende da vontade exclusiva do PCP: exige condições políticas ob-

jectivas, iniciativa e vontade políticas das forças vocacionadas para lhe darem expressão e viabilização concretas.

A forma como alguns sectores indispensáveis a essa alternativa reagiram aos resultados eleitorais de domingo - designadamente o PS - ilustra as dificuldades do seu alcance nos tempos imediatos.

No seu regresso à Assembleia da República, o secretário-geral do PS expressou-se em termos que fazem admitir uma reafirmação das desacreditadas teses da bipolarização política, de uma pretensão hegemónica inadmissível do PS na área da esquerda, de uma forma de disputa da maioria absoluta do PSD - que Jorge Sampaio, de modo irrealista, ambiciona para o PS nas próximas legislativas - que não exclui o secreto intento de formalizar para depois das eleições um novo «bloco central» sob a hipotética e talvez inatingível nos tempos mais próximos direcção dos socialistas.

Desnecessariamente - e até deselegantemente para um partido com o qual o seu próprio se encontra na coligação «Por Lisboa» que dirige o município da capital - Jorge Sampaio desenterra do arsenal anticomunista dos dias actuais uma fraseologia lamentável.

Jorge Sampaio faz exigências de princípio ao PCP em absoluto inaceitáveis como condição para «desbloquear (com o PCP) um diálogo adulto e descomprometido entre partidos de esquerda».

Não seguiremos o rumo da discrepância violenta que Jorge Sampaio exprimiu na sua intervenção na AR, não aceitaremos quaisquer formas de ingerência na vida interna e na assunção dos princípios do nosso Partido e não iremos também por isso desistir da luta pela convergência das forças democráticas e pela construção de uma alternativa credível ao ca-vaquismo governante.

A votação em Carlos Carvalhas incute maior determinação aos comunistas portugueses para as batalhas imediatas - pela democracia, pela paz, por uma alternativa para a qual existem condições objectivas favoráveis - reforçam a confiança de todo o Partido na luta pelos seus objectivos programáticos enunciados pelos XII e XIII Congressos, do alcance de uma democracia avançada neste limiar do século XXI, uma democracia que encaramos nas suas vertentes económicas, políticas, sociais e culturais que permitem ao povo português, principalmente à sua juventude, vencer os atrasos, corrigir os desequilíbrios de estrutura da nossa sociedade e, de imediato preparar todo o nosso Partido para as decisivas batalhas do ano em curso em que assumem todo o relevo as eleições legislativas da segunda metade do ano.

Resumo

9 Quarta-feira

O ministro da Presidência e da Defesa Nacional português, Fernando Nogueira, mostra-se esperançado em que seja ainda possível uma solução pacífica para a crise do Golfo, apesar do falhanço das negociações Baker-Aziz em Genebra ■ O presidente do Egipto, Hosni Mubarak, lança um apelo final a Saddam Hussein para que retire as suas forças do Kuwait ■ Pela primeira vez na África do Sul, escolas reservadas a brancos abrem as suas portas a alunos negros ■ O Conselho Consultivo da União Magrebe Árabe aprova uma resolução de solidariedade com o Iraque em caso de guerra no Golfo ■ O rei Hussein da Jordânia é recebido em Roma pelo Presidente Francesco Cossiga, no âmbito de uma digressão que está a efectuar por diversos países europeus visando encontrar uma solução de paz para a crise do Golfo.

10 Quinta-feira

O Conselho de Ministros discute medidas a tomar em caso de guerra, prevendo a redução da circulação automóvel ■ A Federação Nacional dos Enfermeiros marca uma greve para os dias 21 e 22 de Janeiro, para reivindicar a revisão da carreira da enfermagem, a integração do ensino da profissão no sistema educativo e a conclusão do processo legislativo para o funcionamento normal das escolas superiores de enfermagem ■ As delegações dos EUA, URSS e Portugal chegam a acordo acerca das propostas a apresentar às duas partes relativamente aos princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola e ao cessar-fogo ■ Portugal não encerrará a Embaixada em Bagdad, limitando-se a retirar o seu pessoal diplomático, segundo afirma o ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro ■ O secretário-geral da ONU encontra-se com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, após o que seguiu para Bagdad ■ O parlamento soviético aprova o orçamento para 1991, que incluiu pela primeira vez orçamentos separados para as receitas e despesas federais e para as repúblicas.

11 Sexta-feira

As sociedades de desenvolvimento regional obtêm o estatuto de sociedades par bancárias com actividade no domínio do capital de risco e na prestação de serviços de apoio empresarial, de acordo com um decreto-lei do Governo ■ A EPAC é transformada de empresa pública em sociedade anónima ■ Saddam Hussein reafirma, em Bagdad, que o Iraque está empenhado na aplicação de todas as resoluções da ONU, a começar pelas da

Palestina ■ Tropas pára-queidistas soviéticas tomam o quartel-general da Guarda Nacional da Lituânia e a principal tipografia de Vilnius ■ Mais de três dezenas de milhar de estudantes desfilam no centro de Atenas exigindo a demissão do Governo.

12 Sábado

O dirigente angolano Lopo do Nascimento avista-se com o Presidente da República Mário Soares para debater o processo de paz em Angola ■ Alfonso Guerra, vice-ministro do governo espanhol, anuncia a sua demissão, no final do Congresso do Partido Socialista da Extremadura, em Cáceres ■ O Congresso dos Estados Unidos autoriza o presidente Bush a desencadear as hostilidades contra o Iraque caso Saddam Hussein não retire as suas forças do Kuwait ■ O Fórum Cívico da Checoslováquia, movimento centrista no poder, estrutura-se como partido, passando a ter um documento programático e a exigir quotas aos seus membros ■ O tenor italiano Luciano Pavarotti actua no Coliseu de Lisboa.

13 Domingo

Os portugueses reelegem Mário Soares para o cargo de Presidente da República com uma percentagem de 70,43 por cento, enquanto Basílio Horta consegue 14,1 por cento, Carlos Carvalhas 12,92 por cento e Carlos Marques 2,57 por cento ■ Tropas do exército soviético ocupam as instalações da rádio e da televisão da Lituânia, numa operação que resultou em 14 mortos e 120 feridos ■ Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, e Saddam Hussein, presidente do Iraque, mantêm conversações sobre a situação explosiva no Golfo ■ Decorrem manifestações pacifistas em vários países da Europa e nos Estados Unidos, a dois dias da expiração do ultimato fixado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para a retirada do Kuwait pelo Iraque ■ As eleições em Cabo Verde marcam-se por uma grande afluência às urnas.

14 Segunda-feira

O secretário-geral do PS desafia o Primeiro-Ministro para um debate na Assembleia da República centrado em questões da União Política e da União Económica e Monetária Europeia ■ Os Estados Unidos rejeitam um plano francês para resolver a crise do Golfo ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia, reunidos em conselho extraordinário, concluem, após o fracasso das diligências do secretário-geral da ONU, em Bagdad, não haver condições para

uma nova iniciativa para salvaguardar a paz ■ Saddam Hussein ordena a colocação do símbolo de guerra nas bandeiras do Iraque ■ O primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires, apresenta ao Presidente Aristides Pereira a demissão do seu Governo, após a vitória absoluta do MPD nas eleições legislativas ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbachov, garante que a decisão de intervir militarmente na Lituânia partiu de um comandante local e não de Moscovo; entretanto continuam as reacções internacionais de condenação pela intervenção das tropas soviéticas na Lituânia, com possíveis consequências económicas para a URSS ■ A escolha de Valentin Pavlov para primeiro-ministro da URSS é aprovada pelo parlamento soviético.

15 Terça-feira

Reúne-se pela primeira vez neste ano de 1991 o plenário da Assembleia da República para discutir a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar as condições em que foram decididos alegados perdoes fiscais no âmbito da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais ■ A Comissão Executiva da CGTP-Intersindical saúda o Presidente da República, Mário Soares, pela sua reeleição e congratula-se com a participação activa dos trabalhadores no acto eleitoral ■ O Conselho de Segurança da ONU termina a sua reunião sem chegar a nenhum acordo sobre uma futura iniciativa de paz no Golfo ■ Dois dos mais próximos colaboradores do presidente da OLP, Salah Khalef, são assassinados a tiro em Tunes ■ Mikhail Gorbachov aconselha os dirigentes das repúblicas do Báltico a mudar de política, recordando o risco de que o exército tenha de novo alguns actos infelizes ■ O Comité de Ministros do Conselho da Europa, reunido em Estrasburgo ameaça pôr fim à cooperação com a União Soviética caso os actos de violência continuem na Lituânia.

16 Quarta-feira

Inicia-se às 23.40, horas de Lisboa, um ataque de aviões da força multinacional estacionada no Golfo contra a capital do Iraque ■ O presidente dos Estados Unidos garante que a guerra do Golfo não será outro Vietnam ■ O Primeiro-Ministro Cavaco Silva anuncia que Portugal não enviará forças militares para a zona do Golfo ■ O Comité Central do PCP analisa os resultados alcançados pelas candidaturas de Carlos Carvalhas às presidenciais e considera ilusória a pretensão do PS em querer alcançar sozinho a maioria nas legislativas ■ O Parlamento soviético aprova a realização, a 17 de Março, de um referendo sobre o futuro da federação soviética ■ Após seis semanas de negociações, é formado o Governo alemão.

Avante!

Profissionais de todos os países UNIVOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEx. Tel. 76 83 45

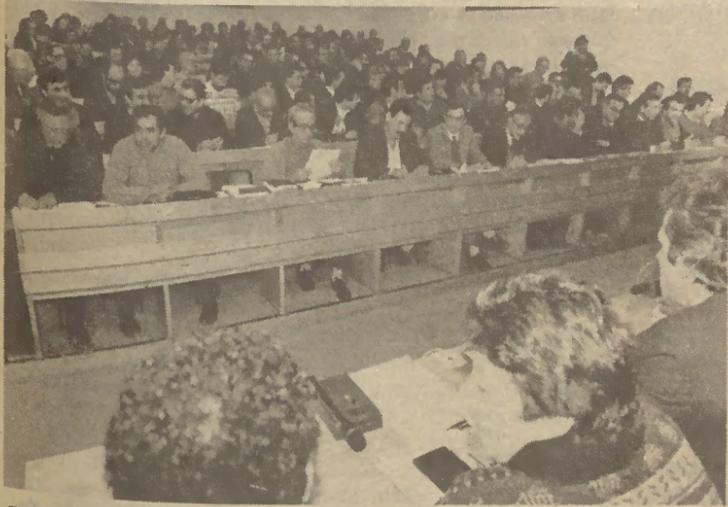
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEx
Tel. 76 87 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL "AVANTE!", SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL - Serviços Centrais,
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
R. João de Deus, 14
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7
ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394
Composto e impresso na Hesta
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Dezembro: 19 240 ex.



Reunião do CC do PCP realizada...



... quarta-feira no CT da Soeiro Pereira Gomes



Carlos Carvalhas fala à comunicação social no domingo depois de conhecidos os resultados



Foi assim o comício de encerramento da campanha no Pavilhão Carlos Lopes

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

COM O PCP NO CAMINHO DA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

«O Comité Central do PCP, reunido no dia 16 de Janeiro, procedeu a um primeiro exame dos resultados das eleições presidenciais, da situação política e das tarefas do PCP no imediato.»

Págs. 2 e 3/Semana

«O Comité Central procedeu também ao exame da crise do Golfo e do iminente perigo de guerra e aprovou uma resolução sobre a matéria.»

Pág. 3/Em Foco

PORTUGAL INDEPENDENTE

edições
Avante!

NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional



Com o PCP, no caminho

'Tou surpreendido!

Eu, leitor de semanários, me confesso: a vida é uma surpresa. Mas atenção.

Em primeiro lugar, falo a sério.

Em segundo lugar, isto é tão sério que vos chamo a atenção de que estou a falar a sério.

Em terceiro lugar, estou a falar tanto a sério que até sinto necessidade de me explicar. Mas ainda atenção.

O facto de sentir necessidade de me explicar não quer dizer que me explique (e isto sou eu a advertir-vos para as nossas mentes torcidinhas pelos tempos de antena do Basílio, as galerias de apoio do Soares e os boletins meteorológicos que agora até vêm do espaço — onde, aliás e segundo consta, nem há atmosfera). Eu explico-me tão realmente ao ponto de me acreditarem porque, na verdade, sou um genuíno leitor de semanários. Um leitor que, em primeiro lugar, não acredita no que os semanários dizem.

Que, em segundo lugar, não cauciona nada que não surja devidamente autenticado pelos semanários mesmo lá perdido no mais interior das páginas.

Que, em terceiro lugar e em síntese, se sabe, assim, uma pessoa simultaneamente avisada e informada. Um indivíduo — modéstias para quê?!... — suficientemente sofisticado para compreender o seu tempo e nele exercer mais que um direito, um dever — o da cidadania.

Portanto, caros concidadãos (e não me confundam com o Basílio, quanto mais não seja porque não vos estou a pedir votos nem a devolver impérios) tomem a sério a minha surpresa. Soube pelos semanários e ao longo da campanha eleitoral para as últimas presidenciais, que:

— Mário Soares era um vencedor antecipado;

— Carlos Carvalhas uma vítima que, educadamente, aceitava imolar-se no braseiro que ia devorar o PCP;

— Basílio Horta uma oportuna desculpa para a direita fingir que perdia, enquanto continuava a ganhar com Mário Soares;

— Carlos Marques, uma simpatia.

Feitos os devidos descontos recomendados pela prudência e caucionados pela informação, instalei-me no óbvio:

que Mário Soares era um vencedor devidamente antecipado;

que Carlos Carvalhas era uma vítima indevidamente devorada;

que Basílio Horta era uma desculpa demasiado fingida;

que Carlos Marques era uma simpatia.

Posto isto fui votar com toda a tranquilidade. Desconfiara e confiara nos semanários com ponderação suficiente para confirmar em consciência, pela minha cabeça e ao abrigo de quaisquer surpresas, que o meu voto não iria ser um ganhador antecipado, nem uma simpatia e, muito menos, uma desculpa fingida, continuando a ser o que tem sido — uma pretensa «vítima» sempre indevidamente devorada.

E assim fiquei calmamente à espera dos resultados, seguro de que nada de significativo me ia apanhar descalço — nem o vencedor antecipado (que para mim, politicamente, sempre tem andado descalço até ao pescoço), quanto mais a desculpa fingida que nunca enganou ninguém... Isto porque, feitos os devidos descontos, sabia também através dos semanários — nomeadamente do «Expresso», que é sempre aquela referência — que o meu candidato estava «condicionado pela associação da sua candidatura ao PCP», que tinha «pouca fluidez discursiva», que o «formalismo das suas intervenções» acentuava «a ausência de imaginação e irreverência» da sua campanha, que os seus comícios tiveram «militantes» e careceram de «abrangência», que «o fraco poder de comunicação de Carvalhas, a sua falta de carisma e a situação interna do PCP», tal como «a crise do Leste que não está esquecida», eram os pontos fracos do meu candidato.

Assim apetrechado, pus-me a ver e a ouvir os resultados e os comentários, começando aí a saltar de surpresa em surpresa.

Afinal o meu candidato, em vez de ser devorado, devorou essas previsões todas. De tal maneira que quase ninguém, presente para o comentário, sabia lidar com aquilo.

O que valeu é que estavam lá os comentadores dos meus semanários para nos explicar as coisas, com a agilidade que se lhes reconhece.

Carvalhas ganhou porque tinha o PCP todo atrás dele. Ganhou porque o seu estilo «soft» cativou o eleitorado.

Ganhou porque os portugueses se estão nas tintas para as crises do Leste.

Ganhou porque o PCP, em vez de se afundar, está aí para as curvas.

É claro que reparei no facto de Carlos Carvalhas ter ganho exactamente pelo contrário das razões que, horas antes, o antecipavam como perdedor. Como foram os meus semanários a explicar-me tanto a derrota anunciada como a vitória confirmada, fiquei esclarecido. Mas a surpresa, essa ninguém me tira.

O Comité Central do PCP, reunido no dia 16 de Janeiro, procedeu a um primeiro exame dos resultados das eleições presidenciais, da situação política e das tarefas do PCP no imediato.

O Comité Central procedeu também ao exame da crise do Golfo e do iminente perigo de guerra e aprovou uma resolução sobre a matéria.

1. Os resultados políticos e eleitorais da candidatura de Carlos Carvalhas, Secretário-geral Adjunto do PCP, constituem um êxito assinalável do PCP, particularmente de sublinhar dada a complexidade da actual situação nacional e internacional.

Visando prioritariamente desde o início resultados políticos, a candidatura alcançou com a campanha realizada os seus objectivos fundamentais:

- o esclarecimento de largos sectores da população relativamente ao papel do Presidente da República no sistema político português, à situação do país, ao significado e consequências da política de direita, ao carácter imperativo da substituição do Governo do PSD de Cavaco Silva e de uma alternativa democrática;

- a apresentação de análises rigorosas e objectivas dos grandes problemas nacionais e de propostas válidas para a sua solução, no quadro da luta por um projecto de democracia simultaneamente política, económica, social e cultural;

- a indicação do caminho necessário e possível para alcançar uma alternativa democrática à política de direita;

- a mobilização de esforços e energias populares e democráticas, o despertar de novas vontades e o reavivar da confiança;

- a dinamização da actividade do PCP e da empenhada militância dos seus membros numa confirmação da sua identidade, coerência e ligação às massas, da importância da sua intervenção na vida nacional e da sua contribuição indispensável para uma alternativa democrática.

Estes resultados políticos, confirmados pelos resultados eleitorais, têm entretanto um valor intrínseco independente.

2. A votação alcançada pela candidatura de Carlos Carvalhas tem também por si um alto significado.

Nas complexas e particulares condições das eleições presidenciais e da arrumação das forças políticas e sociais em torno dos candidatos e da certeza antecipada da vitória de um dos candidatos dados os apoios de que dispunha, a **votação em Carlos Carvalhas (12,94%)** confirma o êxito político da campanha e constitui um notável resultado eleitoral.

A votação marcou, da parte de centenas de milhar de portuguesas e portugueses, a vontade e a determinação de pôr fim à política de direita e de alcançar uma alternativa democrática. Representou uma forte afirmação de cidadania activa em apoio de valores éticos e políticos de grande significado e projecção. Evidenciou a existência de uma força e de uma corrente políticas com grande capacidade de intervenção construtiva na vida do país. Confirmou que o PCP, com a sua identidade própria, a sua solidez, coerência e vasto apoio popular, é uma força indispensável para uma alternativa democrática.

Os votos em Carlos Carvalhas não se esgotam no acto eleitoral e no seu resultado. Pelas ideias e esclarecimentos que levou ao povo, pelas soluções que propôs para os problemas nacionais, pelas vontades e energias que despertou, pelas simpatias e apoios que congregou, pela dinamização da actividade partidária para que contribuiu, a candidatura criou condições favoráveis para a luta que continua e para a realização das tarefas no ano em curso, no decorrer do qual as eleições legislativas abrirão uma grande oportunidade a uma viragem democrática na política portuguesa.

Fazendo este primeiro balanço da campanha e dos resultados eleitorais o Comité Central saúda o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-geral Adjunto do Partido, pela forma exemplar como conduziu a campanha. Saúda os militantes do Partido e todos aqueles, com particular relevo para os jovens e mulheres, que participaram com justa convicção e entusiasmo nesta importante batalha política.

Na sequência dos resultados positivos alcançados em 1989 nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais, as eleições presidenciais de 13 de Janeiro deste ano assinalam um novo êxito político e eleitoral do PCP que confirmou a justeza da decisão de apresentação de uma candidatura própria, da escolha do candidato, da orientação, objectivos e características definidas para a candidatura e respectiva campanha e da decisão de ida às urnas.

Os resultados políticos e eleitorais mostram que valeu a pena lutar e confiar.

3. A reeleição de Mário Soares para Presidente da República estava praticamente assegurada à primeira volta dado que não só o PS mas o PSD e o Governo apoiaram activamente o candidato e participaram activamente na campanha e nas suas estruturas políticas, organizativas e propagandísticas.

O apoio do PSD e do Governo à candidatura de Mário Soares e o fracasso da candidatura de Basílio Horta em relação aos objectivos que traçou evidenciaram que, ao contrário das duas anteriores eleições presidenciais, a direita não esteve em condições de apresentar um candidato com possibilidades de ganhar as eleições e pôr em perigo o regime democrático como aconteceu com as candidaturas de Soares Carneiro e Freitas do Amaral.

Entretanto, dada a empenhada e activa participação do PSD e do Governo na candidatura de M. Soares, dado o relativo apagamento do PS na campanha e na mensagem política da candidatura e dadas as atitudes do candidato identificadas em alguns aspectos com a direita e acolhendo e favorecendo as suas manobras políticas e eleitorais, torna-se necessário que as atitudes e os factos esclareçam se a colaboração do PS com o PSD na campanha e a eleição de M. Soares apontam para um projecto de *Bloco Central* ou se, o PS virá a empenhar-se numa real alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

No que respeita ao relacionamento dos partidos com o Presidente da República, e na continuidade de princípios e práticas afirmados desde o 25 de Abril, o Comité Central reafirma a plena disponibilidade do PCP para manter e mesmo aprofundar as tradicionais relações institucionais com o Presidente da República reeleito.



da alternativa democrática

4. O PSD e o Governo apesar de, ao apoiarem a candidatura de M. Soares, terem partido de uma posição de fraqueza, conseguiram esbater o apoio do PS, fazendo predominar na campanha o apoio da direita, de forma a procurarem agora tirar dividendos da eleição de M. Soares e invocar os resultados eleitorais para apontarem como perspectiva e objectivo a continuação do Governo Cavaco Silva e nova vitória eleitoral do PSD nas eleições legislativas de ano corrente.

A sondagem relativa às próximas eleições legislativas, divulgada pela RTP na própria noite das eleições, indicando o PSD como o grande vencedor e Cavaco Silva como o Primeiro-Ministro preferido dos portugueses, e prevendo para o PCP uma percentagem de 7,9% no mesmo momento em que acabava de alcançar 12,94% nas eleições presidenciais, constitui uma repugnante manipulação, visando não só desviar as atenções do notável êxito alcançado pelo PCP, como também apresentar o PSD como o grande ganhador da eleição de M. Soares e o previsível vencedor nas próximas eleições legislativas. O PSD lança assim no imediato a sua pré-campanha para as legislativas, a que todos os democratas devem responder desde já com a sua actividade própria e com uma perspectiva clara e credível de alternativa.

5. A oposição ao Governo do PSD de Cavaco Silva, a resistência às suas ofensivas antidemocráticas e o objectivo de uma alternativa democrática exigem o desenvolvimento da luta popular e democrática em todas as frentes.

Exigem a movimentação com objectivos imediatos dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios industriais e comerciantes, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos deficientes, das populações que sofrem as consequências directas da acção do Governo, o que confere particular importância e responsabilidades aos movimentos e organizações sociais de massas.

Exigem a intensificação da acção institucional, manter os deputados do PCP e de outros partidos democráticos na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, assim como o trabalho e a luta nas autarquias para a solução dos problemas das populações e a defesa do poder local democrático.

Exigem a definição, desde já, de uma orientação e de uma perspectiva claras para assegurar uma vitória democrática e uma alternativa democrática nas eleições legislativas.

Do êxito do desenvolvimento da luta em todas estas direcções fundamentais, depende o êxito da luta pela substituição do Governo e por uma alternativa democrática.

6. A realidade portuguesa que os resultados das eleições presidenciais confirmaram, coloca com toda a nitidez que para uma vitória democrática e uma alternativa democrática é indispensável que nas eleições para a Assembleia da República a realizar no ano corrente sejam alcançados simultaneamente três objectivos:

- que o PSD e o CDS sejam reduzidos a uma minoria na Assembleia da República;
- que, correspondentemente, os partidos democráticos (nomeadamente o PS e o PCP) alcancem em conjunto a maioria;
- que a maioria democrática numérica se traduza numa maioria política, ou seja na convergência e entendimento dos partidos democráticos (nomeadamente do PS e do PCP) para assegurarem na Assembleia da República o suporte institucional indispensável para a formação de um Governo democrático.

Não existe outro caminho credível para uma alternativa democrática. Como é o PCP que coerentemente defende este caminho, e como é o PCP que propõe uma política claramente alternativa à da direita, naturalmente que é o reforço eleitoral do PCP que constitui, não apenas uma contribuição incomparavelmente segura e certa para a derrota da direita, mas também o principal factor favorável à concretização política de uma alternativa.

Os resultados das eleições presidenciais confirmam que as ideias e estratégias de bipolarização e alternância entre PS e PSD não correspondem ao quadro político-partidário existente e à força relativa dos vários partidos. É inteiramente ilusória a pretensão de o PS alcançar a maioria absoluta nas eleições legislativas. A tarefa crucial das forças democráticas tem de ser, não - como pretende o PS - a luta entre elas pela hegemonia da sua base actual de apoio, mas a conquista do apoio e dos votos de parte significativa do eleitorado que em 1987 votou na direita.

A excelente votação em Carlos Carvalhas confirmou as boas perspectivas para as eleições legislativas, nas quais o PCP com os outros democratas seus aliados tem reais possibilidades de um resultado bem mais elevado, demonstrou por um lado o carácter imperativo da convergência democrática para uma real alternativa e demonstra por outro lado que uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita não será possível sem o PCP.

Para constituir Governo ou participar nele, o PS terá de optar: ou aliar-se de novo ao PSD e ao CDS (o que significaria a continuação da política de direita) ou aliar-se à esquerda, convergindo com o PCP, com respeito recíproco pela identidade de cada partido, para uma alternativa democrática.

Pela sua parte, o PCP orientará a sua acção tendo em vista a concretização de uma tal perspectiva.

7. A intervenção do PCP na vida nacional e a sua influência constituem um elemento integrante do regime democrático e uma força determinante para a defesa da liberdade, da democracia, do progresso social, do bem-estar do povo, da independência nacional e da paz.

A batalha das eleições para a Presidência da República, pelos seus resultados políticos e eleitorais, dá nova força, nova dinâmica e redobrada confiança à acção partidária no ano de 1991 que agora começa.

Coloca-se como tarefa o reforço do Partido em todos os aspectos da sua vida e da sua actividade: direcção, organização, quadros e sua renovação, recrutamento, fundos, propaganda, imprensa, ligação às massas. O ano de 1991 será marcado pelo 70º aniversário do Partido cujas comemorações deverão ter particular relevo. As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, assim como datas como o 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) e do 28 de Março

(Dia da Juventude), dada a situação que se atravessa, adquirem este ano particular significado. A Festa do «Avante!» pela segunda vez na terra firme da Atalaia é chamada a ser um alto momento político no calendário da vida portuguesa. Prosseguirá, com acentuado dinamismo a intervenção empenhada do PCP em torno dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e por toda a população e das grandes questões e problemas da sociedade portuguesa. Grandes realizações e iniciativas nacionais, regionais e locais atestarão a intervenção construtiva e exaltante do PCP na vida nacional, afirmarão a solidez e valor das suas propostas e, tendo no horizonte e na perspectiva as eleições legislativas, darão renovado impulso à sua projecção como grande partido democrático e nacional, cuja capacidade, influência e sentido das responsabilidades são essenciais para que Portugal possa vencer os exigentes desafios da década de 90.

8. O Comité Central resolveu convocar nova reunião plenária para o dia 1 de Fevereiro com vista a aprofundar a análise dos resultados eleitorais, da situação política e das tarefas do Partido, designadamente do plano e calendário da actividade no ano em curso.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1991

O Comité Central do Partido Comunista Português



Nacional

PRESIDENCIAIS 91

Os resultados



DISTRITO DE AVEIRO

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Águeda	17 174	77,82	3 356	15,21	1 244	5,64	294	1,33
Albergaria-a-Velha	8 476	77,21	1 795	16,35	471	4,29	236	2,15
Anadia	11 972	76,70	2 854	18,29	564	3,61	218	1,40
Arouca	8 946	76,80	2 021	17,35	457	3,92	224	1,92
Aveiro	23 732	74,03	5 799	18,09	1 765	5,51	761	2,37
Castelo de Paiva	7 172	85,53	718	8,56	355	4,23	140	1,67
Espinho	13 433	73,12	2 591	14,10	2 029	11,04	319	1,74
Estarreja	9 762	75,13	1 963	15,11	918	7,06	351	2,70
Feira	46 614	79,03	8 103	13,74	3 270	5,54	998	1,69
Ílhavo	11 789	78,98	2 041	13,67	738	4,94	359	2,41
Mealhada	7 783	82,32	862	9,12	659	6,97	150	1,59
Murtosa	3 229	77,05	786	18,75	115	2,74	61	1,46
Oliveira de Azeméis	26 852	81,59	4 135	12,56	1 349	4,10	574	1,74
Oliveira do Bairro	7 081	71,86	2 458	24,94	204	2,07	111	1,13
Ovar	17 211	78,45	2 189	9,98	2 006	9,14	532	2,43
S. João da Madeira	7 463	75,31	1 615	16,30	656	6,62	176	1,78
Sever do Vouga	5 469	73,64	1 486	20,01	327	4,40	145	1,95
Vagos	6 278	71,20	2 193	24,87	174	1,97	172	1,95
Vale de Cambra	9 916	76,01	2 315	17,74	586	4,49	229	1,76

DISTRITO DE BRAGANÇA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Alfândega da Fé	2 471	68,13	897	24,73	175	4,82	84	2,32
Bragança	11 036	71,30	3 352	21,66	831	5,37	259	1,67
Carraz.º de Ansiães	3 091	65,42	1 317	27,87	200	4,23	117	2,48
Freixo Esp. a Cinta	1 632	66,83	576	23,59	170	6,96	64	2,62
M. de Cavaleiros (*) ...	5 993	67,50	2 320	26,13	359	4,04	206	2,32
Miranda do Douro	2 712	70,19	894	23,14	178	4,61	80	2,07
Mirandela	7 746	62,75	3 584	29,03	787	6,38	227	1,84
Mogadouro	4 275	69,35	1 566	25,41	195	3,16	128	2,08
Torre de Moncorvo	3 683	63,75	1 633	28,27	333	5,76	128	2,22
Vila Flor	2 862	68,09	970	23,08	264	6,28	107	2,55
Vimioso	1 904	67,88	741	26,42	107	3,81	53	1,89
Vinhais	4 157	68,02	1 522	24,91	270	4,42	162	2,65

(*) Falta a Freguesia de Murçós

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Belmonte	2 650	76,37	452	13,03	265	7,64	103	2,97
Castelo Branco	20 338	71,50	4 775	16,79	2 411	8,48	921	3,24
Covilhã (*)	20 337	68,67	3 474	11,73	4 844	16,36	962	3,25
Fundão	11 840	73,54	2 519	15,65	1 293	8,03	448	2,78
Idanha-a-Nova	5 357	71,89	1 167	15,66	589	7,90	339	4,55
Oleiros	3 416	75,03	963	21,15	71	1,56	103	2,26
Penamacor	3 052	71,46	873	20,44	212	4,96	134	3,14
Proença-a-Nova	4 739	73,87	1 445	22,53	134	2,09	97	1,51
Sertã (**)	6 474	72,86	1 917	21,58	289	3,25	205	2,31
Vila de Rei	1 868	74,10	581	23,05	42	1,67	30	1,19
Vila Velha de Rodão	2 044	70,05	386	13,23	409	14,02	79	2,71

(*) Falta a Freguesia de Erada (**) Falta a Freguesia de Palhais

DISTRITO DE BEJA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Ajustrel	3 399	49,95	217	3,19	3 068	45,08	121	1,78
Almodôvar	3 059	67,26	420	9,23	947	20,82	122	2,68
Alvito	786	52,93	111	7,47	546	36,77	42	2,83
Barrancos	569	56,23	47	4,64	364	35,97	32	3,16
Beja	10 243	53,49	1 307	6,82	7 100	37,07	501	2,62
Castro Verde	1 942	50,72	177	4,62	1 597	41,71	113	2,95
Cuba	1 392	45,93	155	5,11	1 419	46,82	65	2,14
Ferreira do Alentejo ...	3 014	51,99	259	4,47	2 424	41,81	100	1,73
Mértola	2 470	47,00	250	4,76	2 436	46,36	99	1,88
Moura	4 626	56,84	453	5,57	2 760	33,91	299	3,67
Odemira	8 550	58,99	939	6,48	4 533	31,27	473	3,26
Ourique	2 099	60,07	229	6,55	1 128	32,26	38	1,09
Serpa	4 643	48,83	509	5,35	4 191	44,07	166	1,75
Vidigueira	1 902	53,91	220	6,24	1 283	36,37	123	3,49

DISTRITO DE BRAGA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Amares	6 980	79,39	1 404	15,97	272	3,09	136	1,55
Barcelos (*)	41 685	77,91	8 238	15,40	2 451	4,58	1 131	2,11
Braga	50 778	72,29	10 238	14,57	7 849	11,17	1 380	1,96
Cabeceiras Basto	6 856	81,67	1 247	14,85	222	2,64	70	0,83
Celorico de Basto	7 393	74,74	1 950	19,71	375	3,79	173	1,75
Esposende	11 153	76,64	2 517	17,30	643	4,42	240	1,65
Fafe	19 045	80,95	2 479	10,54	1 658	7,05	344	1,46
Guimarães	61 415	78,13	8 885	11,30	7 224	9,19	1 084	1,38
Póvoa de Lanhoso	8 473	80,85	1 515	14,46	343	3,27	149	1,42
Terras de Bouro	3 965	79,83	652	13,13	259	5,21	91	1,83
Vieira do Minho	6 205	82,04	818	10,82	418	5,53	122	1,61
Vila Nova Famalicão ...	46 214	78,84	7 775	13,26	3 751	6,40	881	1,50
Vila Verde	16 695	79,47	3 226	15,36	693	3,30	395	1,88

(*) Falta a Freguesia de Barqueiros

DISTRITO DE COIMBRA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Arganil	6 481	82,01	1 090	13,79	240	3,04	92	1,16
Cantanhede	14 044	78,43	2 993	16,71	580	3,24	290	1,62
Coimbra	51 658	71,53	9 489	13,14	9 404	13,02	1 671	2,31
Condeixa-a-Nova	5 030	76,32	665	10,09	769	11,67	127	1,93
Figueira da Foz	23 075	75,07	3 507	11,41	3 311	10,77	843	2,74
Góis	2 424	84,40	323	11,25	85	2,96	40	1,39
Lousã	5 780	81,72	746	10,55	400	5,66	147	2,08
Mira	5 065	81,01	834	13,34	236	3,77	117	1,87
Miranda do Corvo	4 873	83,64	552	9,47	326	5,60	75	1,29
Montemor-o-Velho	9 343	77,52	1 039	8,62	1 369	11,36	302	2,51
Oliveira do Hospital ...	9 662	83,89	1 451	12,60	272	2,36	133	1,15
Pampilhosa Serra (*) ...	2 288	78,36	486	16,64	76	2,60	70	2,40
Penacova	6 943	85,50	692	8,52	379	4,67	106	1,31
Penela	2 703	80,69	460	13,73	145	4,33	42	1,25
Soure	8 731	78,83	963	8,69	1 094	9,88	288	2,60
Tábua	5 350	83,45	786	12,26	190	2,96	85	1,33
Vila Nova Poiares	2 488	80,28	334	10,78	207	6,68	70	2,26

(*) Falta a Freguesia de Machio

Nacional



DISTRITO DE ÉVORA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Alandroal	1 736	42,63	255	6,26	1 974	48,48	107	2,63
Arraiolos	2 083	43,38	287	5,98	2 342	48,77	90	1,87
Borba	2 928	63,24	332	7,17	1 268	27,39	102	2,20
Estremoz	5 687	62,00	1 019	11,11	2 239	24,41	227	2,47
Évora	15 839	59,25	2 577	9,64	7 599	28,42	719	2,69
Montemor-o-Novo	4 969	42,42	699	5,97	5 806	49,57	239	2,04
Mora	1 745	44,59	335	8,56	1 764	45,08	69	1,76
Mourão	1 053	66,94	144	9,15	336	21,36	40	2,54
Portel	1 939	46,20	160	3,81	2 029	48,34	69	1,64
Redondo	2 047	53,68	301	7,89	1 355	35,54	110	2,88
Reg. de Monsaraz	3 564	61,93	435	7,56	1 613	28,03	143	2,48
Vendas Novas	3 028	49,79	581	9,55	2 297	37,77	175	2,88
Viana do Alentejo	1 454	46,07	172	5,45	1 454	46,07	76	2,41
Vila Viçosa	2 734	60,77	413	9,18	1 237	27,49	115	2,56

DISTRITO DE LEIRIA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Alcobaça	20 214	72,62	5 330	19,15	1 745	6,27	546	1,96
Alvaiázere	3 320	67,02	1 429	28,85	88	1,78	117	2,36
Ansião	5 369	73,37	1 620	22,14	204	2,79	123	1,71
Batalha	5 160	71,91	1 732	24,14	188	2,62	96	1,34
Bombarral	4 746	70,47	1 281	19,02	556	8,26	152	2,26
Caldas da Rainha	14 655	71,72	3 678	18,00	1 504	7,36	596	2,92
Castanheira Pêra	2 153	83,19	239	9,23	145	5,60	51	1,97
Figueiró dos Vinhos	3 399	76,24	858	19,25	117	2,62	84	1,88
Leiria	37 532	73,87	10 182	20,04	2 201	4,33	896	1,76
Marinha Grande	9 780	61,47	1 269	7,98	4 374	27,49	486	3,05
Nazaré	5 409	75,67	936	13,09	608	8,51	195	2,73
Óbidos	3 924	76,91	694	13,60	363	7,11	121	2,37
Pedrógão Grande	1 877	74,48	498	19,76	88	3,49	57	2,26
Peniche	8 915	74,90	1 246	10,47	1 458	12,25	284	2,39
Pombal	16 419	74,57	4 441	20,17	724	3,29	433	1,97
Porto de Mós	8 121	69,98	2 581	22,24	606	5,22	296	2,55

DISTRITO DE FARO

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Albufeira	6 691	76,63	1 143	13,09	672	7,70	225	2,58
Alcoutim	1 711	71,56	262	10,96	322	13,47	96	4,02
Aljezur	2 040	68,02	200	6,67	643	21,44	116	3,87
Castro Marim	2 618	78,03	270	8,05	335	9,99	132	3,93
Faro	17 232	69,70	3 713	15,02	3 124	12,64	653	2,64
Lagoa	6 262	74,01	927	10,96	1 008	11,91	264	3,12
Lagos	8 348	71,98	1 061	9,15	1 741	15,01	448	3,86
Loulé	18 254	76,18	3 531	14,74	1 605	6,70	572	2,39
Monchique	3 341	73,30	622	13,65	466	10,22	129	2,83
Olhão	11 862	71,25	2 368	14,22	1 810	10,87	609	3,66
Portimão	14 066	70,92	2 628	13,25	2 415	12,18	725	3,66
S. Brás de Alportel	3 175	76,49	497	11,97	390	9,40	89	2,14
Silves	11 028	69,87	1 710	10,83	2 609	16,53	437	2,77
Tavira	9 299	76,76	1 506	12,43	958	7,91	351	2,90
Vila do Bispo	1 999	72,38	173	6,26	472	17,09	118	4,27
Vila R. St.º António	5 624	65,61	721	8,41	1 911	22,29	316	3,69

DISTRITO DE LISBOA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Alenquer	12 987	68,86	1 678	8,90	3 730	19,78	465	2,47
Arruda dos Vinhos	3 479	75,11	412	8,89	631	13,62	110	2,37
Azambuja	7 025	67,17	853	8,16	2 070	19,79	511	4,89
Cadaval	5 717	77,52	1 083	14,68	425	5,76	150	2,03
Cascais	47 427	64,28	14 739	19,98	9 696	13,14	1 925	2,61
Lisboa (*)	224 572	62,80	66 188	18,51	55 681	15,57	11 176	3,13
Loures	100 282	65,05	16 727	10,85	32 256	20,92	4 891	3,17
Lourinhã	8 114	74,24	2 271	20,78	320	2,93	224	2,05
Mafra	17 561	78,34	2 547	11,36	1 852	8,26	455	2,03
Oeiras	45 718	62,55	13 634	18,65	11 451	15,67	2 292	3,14
Sintra	80 261	68,10	14 955	12,69	18 831	15,98	3 812	3,23
Sobral de M. Agraço	2 592	65,97	240	6,11	1 001	25,48	96	2,44
Torres Vedras	24 226	73,76	3 985	12,13	3 865	11,77	770	2,34
Vila Franca de Xira	29 580	60,36	4 115	8,40	13 821	28,20	1 493	3,05
Amadora	55 455	63,91	9 814	11,31	18 550	21,38	2 958	3,41

(*) Faltam as freguesias de Belém, Santos e Prazeres.

DISTRITO DA GUARDA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Aguiar da Beira	2 221	72,94	681	22,36	71	2,33	72	2,36
Almeida	3 763	69,79	1 296	24,04	204	3,78	129	2,39
Colorido da Beira	3 057	70,71	909	21,03	265	6,13	92	2,13
Fig. Castelo Rodrigo	3 124	73,56	866	20,39	148	3,48	109	2,57
Fornos do Algodres	2 395	70,75	774	22,87	137	4,05	79	2,33
Gouveia	6 337	73,40	1 455	16,85	665	7,70	177	2,05
Guarda	14 589	69,42	4 348	20,69	1 494	7,11	584	2,78
Manteigas	1 333	62,29	432	20,19	324	15,14	51	2,38
Meda	2 873	74,86	743	19,36	155	4,04	67	1,75
Pinhel	4 715	73,49	1 303	20,31	294	4,58	104	1,62
Sabugal	6 336	88,71	2 241	24,30	373	4,04	272	2,95
Soia	11 168	74,63	2 288	15,28	1 228	8,21	283	1,89
Trancoso	4 154	68,12	1 560	25,58	232	3,80	152	2,49
Vila Nova de Foz Coa	3 573	73,01	980	20,02	219	4,47	122	2,49

DISTRITO DE PORTALEGRE

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Alter do Chão	1 608	59,53	264	9,77	777	28,77	52	1,93
Arronches	1 488	69,28	220	10,38	390	18,40	41	1,93
Avis	1 419	39,31	230	6,37	1 887	52,27	74	2,05
Campo Maior	2 532	56,71	235	5,26	1 606	35,97	92	2,06
Castelo de Vide	1 713	73,14	248	10,59	294	12,55	87	3,71
Crato	1 918	62,76	271	8,87	778	25,46	89	2,91
Elvas	8 279	69,76	1 287	10,84	1 996	16,82	306	2,58
Fronteira	1 486	58,00	265	10,34	763	29,78	48	1,87
Gavião	2 247	66,38	339	10,01	694	20,50	105	3,10
Marvão	2 137	81,18	262	9,95	169	6,42	65	2,47
Monforte	1 163	58,59	206	10,38	557	28,06	59	2,97
Nisa	4 111	68,10	687	11,38	1 075	17,81	164	2,72
Ponte de Sor	5 052	51,76	961	9,85	3 448	35,32	300	3,07
Portalegre	11 187	75,84	1 769	11,87	1 677	11,25	275	1,84
Sousel	1 850	52,17	449	12,66	1 160	32,71	87	2,45

Nacional

PRESIDENCIAIS 91

Os resultados

DISTRITO DE SETÚBAL

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Alcácer do Sal	4 473	52,85	396	4,68	3 315	39,17	279	3,30
Alcocheto.....	3 195	55,22	303	5,24	2 054	35,50	234	4,04
Almada	46 870	58,08	7 940	9,84	22 374	27,72	3 520	4,36
Barreiro.....	21 803	47,89	2 872	6,32	18 883	41,56	1 874	4,12
Grândola	4 473	51,03	571	6,51	3 478	39,68	244	2,78
Moita	13 287	44,15	1 944	6,46	13 287	44,15	1 579	5,25
Montijo	11 074	59,87	1 623	8,77	5 199	28,11	602	3,25
Palmela	12 188	59,85	1 502	7,38	6 004	29,48	669	3,29
Santiago do Cacém	8 976	55,25	1 458	8,97	5 402	33,25	410	2,52
Seixal	28 318	56,38	4 480	8,92	15 576	31,01	1 852	3,69
Sesimbra	9 003	64,06	1 181	8,40	3 311	23,56	560	3,98
Setúbal	32 001	61,73	5 225	10,08	12 402	23,92	2 211	4,27
Sines	3 316	55,85	460	7,75	1 947	32,79	214	3,60



DISTRITO DO PORTO

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Amarante (*)	20 175	81,98	2 388	9,70	1 460	5,39	588	2,39
Baião	8 654	86,18	696	6,93	546	5,44	146	1,45
Felgueiras	21 123	83,93	2 422	9,62	1 295	5,15	326	1,30
Gondomar	51 821	73,89	7 409	10,56	9 490	13,53	1 412	2,01
Lousada	16 412	84,64	1 570	8,10	1 139	5,87	270	1,39
Maia	34 966	76,27	5 747	12,53	4 206	9,17	929	2,03
Marco de Canaveses .	17 800	83,11	2 247	10,49	975	4,55	395	1,84
Matosinhos	58 728	76,97	7 949	10,42	8 079	10,59	1 542	2,02
Paços de Ferreira	17 613	81,42	2 160	12,07	1 177	5,44	232	1,07
Paredes	28 470	80,74	4 386	12,44	1 809	5,13	598	1,70
Penafiel(*)	26 233	81,63	3 148	9,80	2 166	6,74	591	1,84
Porto	113 221	69,69	26 208	16,13	19 600	12,06	3 442	2,12
Póvoa de Varzim	19 318	72,03	5 579	20,80	1 527	5,69	395	1,47
Santo Tirso	41 960	79,18	6 500	12,27	3 735	7,05	800	1,51
Valongo	26 998	75,95	3 842	10,81	3 826	10,76	881	2,48
Vila do Conde	26 397	78,01	4 412	13,04	2 511	7,42	518	1,53
Vila Nova de Gaia	96 849	77,00	14 514	11,54	11 951	9,50	2 458	1,95

(*) Falta a Freguesia de Chapa (**) Falta a Freguesia de Peroselo

DISTRITO DE SANTARÉM

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Abrantes	17 492	71,22	2 555	10,40	3 591	14,62	921	3,75
Alcanena.....	5 349	69,19	1 241	16,05	948	12,26	193	2,50
Almeirim	7 613	68,63	1 069	9,64	2 153	19,41	258	2,33
Alpiarça	1 938	42,04	227	4,92	2 304	49,98	141	3,06
Benavente	4 584	55,81	733	8,92	2 636	32,09	261	3,18
Cartaxo	8 216	70,04	1 072	9,14	2 028	17,29	415	3,54
Chamusca	3 861	60,86	553	8,72	1 735	27,35	195	3,07
Constância	1 654	73,54	211	9,38	321	14,27	63	2,80
Coruche	7 242	57,10	844	6,65	4 227	33,33	371	2,92
Entroncamento	5 273	69,18	864	11,34	1 206	15,82	279	3,66
Ferreira do Zêzere	4 174	77,07	972	17,95	162	2,99	108	1,99
Golegã	1 961	61,80	269	8,48	857	27,01	86	2,71
Mação	4 499	72,08	1 141	18,28	466	7,47	136	2,18
Rio Maior	7 299	72,19	2 139	21,16	449	4,44	224	2,22
Salvaterra Magos	5 927	68,38	629	7,26	1 805	20,82	307	3,54
Santarém	22 696	70,09	4 285	13,23	4 493	13,88	907	2,80
Sardoal	1 912	71,40	478	17,85	188	7,02	100	3,73
Tomar	17 101	73,65	4 022	17,32	1 547	6,66	550	2,37
Torres Novas	14 382	72,04	2 291	11,48	2 680	13,42	612	3,07
Vila Nova Barquinha ...	2 954	68,63	485	11,27	705	16,38	160	3,72
Ourém	15 149	72,59	4 850	23,24	495	2,37	375	1,80

Em Foco

Avante!

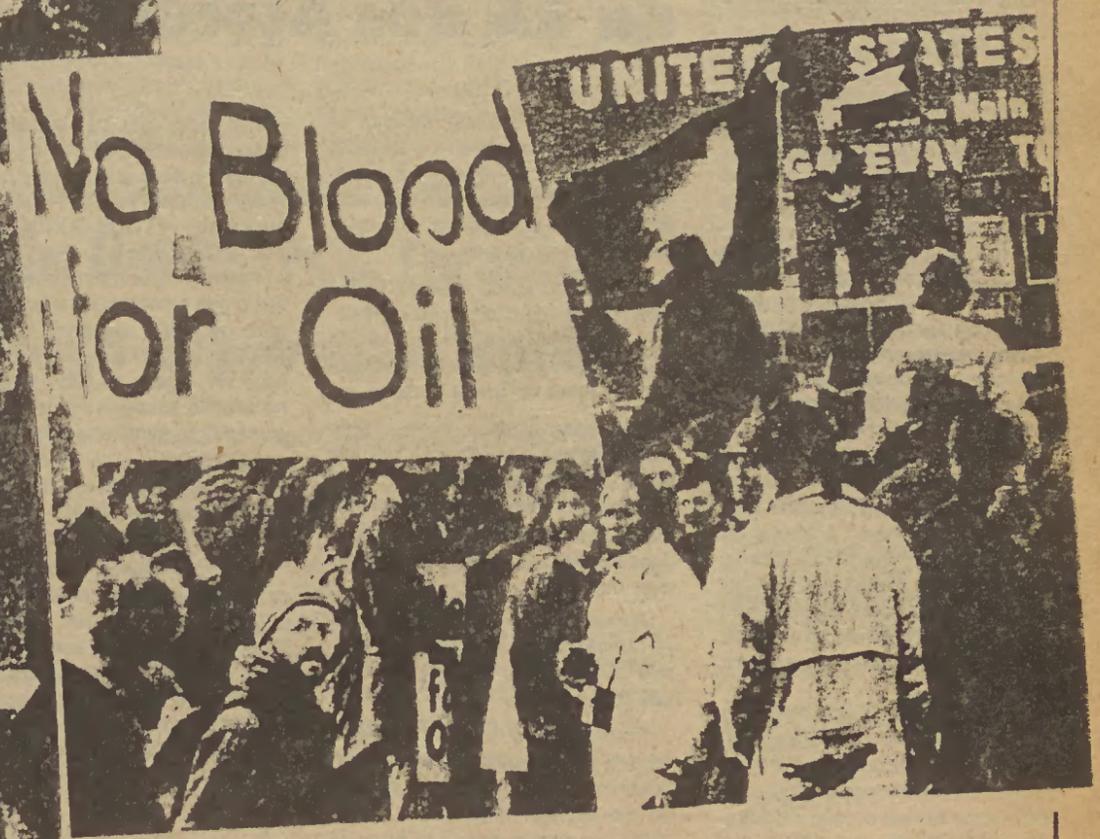
Ano 61 - Série VII
N.º 891

18 de Janeiro de 1991

3.º Caderno

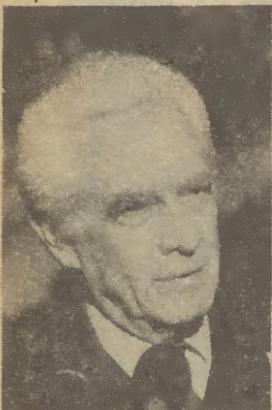
Não pode ser vendido
separadamente

Não à guerra



Comunistas portugueses tomam posição a favor da paz

PCP tem defendido nos órgãos institucionais o desenvolvimento de esforços com vista a uma solução política e pacífica para a crise do Golfo, afastando qualquer tipo de participação de Portugal numa possível guerra no Próximo Oriente. Ainda recentemente estas posições foram apresentadas por Álvaro Cunhal em Conselho de Estado e numa reunião dos líderes dos partidos políticos com assento parlamentar e membros do Governo, realizada na passada semana na residência oficial de S. Bento, no final da qual o secretário-geral do PCP fez uma breve comunicação à imprensa.



Declarações de Álvaro Cunhal

«A reunião com o Primeiro-Ministro, ministro da Defesa e ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou que, como consequência da crise do Golfo, vivemos um momento particularmente grave da vida internacional e da vida do nosso país.

Tive ocasião de expressar ao Governo a posição do PCP. Posso resumir-la em quatro pontos referentes aos últimos desenvolvimentos:

1º O PCP considera necessário continuar (sem desde já admitir que 15 de Janeiro é o extremo limite) os esforços para uma solução política e pacífica do conflito.

2º A política do Governo tem arrastado Portugal para uma participação (embora com meios limitados) numa escalada movida designadamente pelos Estados Unidos que visa o isolamento da questão Koweit e o desencadeamento da guerra contra o Iraque.

3º Portugal pode ser arrastado para uma guerra devastadora pela perda de vidas humanas e de bens materiais e de consequências incalculáveis sem que nenhum interesse nacional o possa justificar. O PCP alerta o povo português para esse perigo.

4º O PCP considera que a atitude e actuação do Governo português deveriam orientar-se segundo duas ideias fundamentais: a busca de uma solução pacífica ainda possível para o conflito e a recusa a qualquer participação na escalada militar designadamente ao envio de forças armadas portuguesas para a região.

Tive ainda ocasião de referir ao Governo que, para justa tranquilidade do povo português, seria de desejar da parte do Governo uma declaração formal de que Portugal não participará na guerra do Próximo Oriente se ela vier a desencadear-se.»

Nota da Comissão Política

1. A Comissão Política do PCP alerta o povo português para o momento particularmente grave da vida internacional decorrente da agudização da crise do Golfo que coloca a Humanidade perante a ameaça crescente de uma guerra de proporções e consequências incalculáveis.

Portugal está a ser progressivamente envolvido neste gravíssimo conflito através da cedência de bases militares, de apoios logísticos e outras facilidades e corre o risco de ser arrastado para uma conflagração devastadora, sem que nenhum interesse nacional o justifique.

2. O PCP condenou desde a primeira hora a invasão e ocupação do Kuwait pelo Iraque, mas condenou igualmente a escalada militar conduzida especialmente pelos EUA, visando o desencadeamento da guerra contra o Iraque e a ocupação de posições ao serviço da sua estratégia hegemónica no plano regional e mundial.

O PCP pronunciou-se firmemente por uma solução política negociada do conflito.

3. O PCP chamou igualmente a atenção para que a solução do conflito implica a consideração global dos problemas acumulados na região, designadamente a resolução do problema nacional palestino. Não se pode condenar a grave violação do direito internacional e o desrespeito das resoluções da ONU praticadas pelo Iraque e simultaneamente ignorar e silenciar as violações praticadas por Israel em relação à Palestina e países árabes vizinhos em frontal desrespeito pelas resoluções da ONU. Neste sentido o PCP manifesta o seu apoio à realização de uma Conferência Internacional para a paz no Médio Oriente.

4. O PCP salienta que a procura de uma solução pacífica não deve ficar condicionada a qualquer data, nem depender da perigosa e inaceitável pretensão dos Estados Unidos de determinar o desenvolvimento do processo e decidir unilateralmente sobre o desencadeamento da guerra.

5. O PCP considera que é de exigir do Governo português uma posição activa e empenhada em defesa da paz. Ao contrário do que até agora tem acontecido com a sua posição de expectativa e seguidismo em relação aos EUA, à NATO e à UEO, e ausência de iniciativas autónomas, é de exigir que o Governo se empenhe na procura de uma solução pacífica, se demarque claramente dos defensores e propagandistas da confrontação e apoie todos os esforços e iniciativas destinados a evitar a guerra.

6. O PCP entende necessário que o Governo dê garantias inequívocas ao povo português de que Portugal não será envolvido no conflito militar, fazendo uma declaração formal de que as forças armadas portuguesas não participarão na guerra do Golfo, se ela se vier a desencadear.

7. O PCP entende também que é indispensável em matéria de tão graves riscos para o nosso país que todos os órgãos de soberania, nas áreas das suas competências, intervenham nas decisões. Neste sentido reitera a proposta de um urgente debate no plenário da Assembleia da República onde o Governo e os diferentes partidos definam no plano institucional as suas posições.

8. O PCP salienta que tudo deve ser feito para afastar a ameaça de guerra que paira sobre a Humanidade. É urgente deter e inverter a dinâmica de confrontação e a avalanche de propaganda militar que a acompanha.

O PCP apela à classe operária, a todos os trabalhadores, aos amantes da paz, ao povo português, para que, por todos os meios ao seu alcance, façam sentir a condenação das políticas que podem conduzir à guerra e reclamem do Governo e outros órgãos de soberania iniciativas e acções a favor de uma solução política negociada do conflito do Golfo.

10 de Janeiro de 1991

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

A vulnerabilidade da RA dos Açores

Na cena política internacional as perspectivas do desencadeamento de uma guerra de dimensões imprevisíveis para o Mundo adensa-se e ensombra de certa forma esta campanha eleitoral no país.

Para lá do apelo à participação eleitoral e à votação no seu candidato — Carlos Carvalhas — o PCP-Açores não pode deixar de se pronunciar sobre tão grave situação.

Na nossa opinião, e de acordo com a defesa que fazemos de uma saída pacífica para esta crise, o primeiro passo a dar desde já seria o de abater o fantasma da data de 15 de Janeiro como data limite para o que quer que seja.

Apoiaremos, e apelamos para que os outros o façam também, uma posição destas no respeitante à participação portuguesa.

Por outro lado não temos dúvidas de que tal participação (limitada embora) está neste momento enquadrada num esforço de guerra e numa escalada agressiva dos EUA para desencadear efectivamente um conflito armado no Golfo.

Por esse facto, os Órgãos do Poder competentes podem vir a arrastar Portugal para a guerra, sem que nenhum interesse nacional esteja posto em causa — O QUE CONDENAMOS TOTALMENTE!

Para Portugal e para os portugueses o que é necessário é que tais Órgãos do Poder assumam AGORA E FORMALMENTE o compromisso, esse sim lógico, da não participação no conflito armado (em caso da sua eclosão) e, simultaneamente, pelos canais próprios e de acordo com as suas possibilidades de intervenção, joguem mais convicta e abnegadamente na solução política do conflito.

Não é de mais recordar que caso se desencadeie o conflito armado, pelo facto de na Região estar sediada uma importante base militar dos EUA, esta se encontra perigosamente vulnerável. Daqui o direito que nos assiste de exigir do Governo Regional uma posição firme e igualmente definitiva pela solução política do conflito.

Ponta Delgada, 10 de Janeiro de 1991
O Secretariado da DORAA

Base do Montijo não deve ser utilizada

A agudização da crise do Golfo coloca a humanidade perante a ameaça crescente de uma guerra de proporções e consequências incalculáveis, a que o nosso país poderá não ficar imune.

Condenando desde a primeira hora a invasão do Koweit pelo Iraque, o PCP condenou igualmente a escalada militar conduzida especialmente pelos EUA, e o progressivo envolvimento de Portugal neste gravíssimo conflito, sem que nenhum interesse nacional o justifique.

Os patriotas e democratas do distrito de Setúbal, cujo movimento de opinião pública contra a cedência da Base Aérea n.º 6 do Montijo para utilização de forças estrangeiras em guerra teve já reconhecida expressão, continuam a proclamar que a solução do conflito implica a consideração global dos problemas acumulados na zona e em particular a resolução do problema nacional palestino.

Reunido a 15 de Janeiro de 1991, o Executivo da DORS do PCP exige do Governo português uma posição activa e empenhada em defesa da paz, não expectante e seguidista, fazendo uma declaração formal de que as Forças Armadas Portuguesas não participem na guerra do Golfo caso esta venha a deflagrar.

Especialmente exige a não utilização da BA 6 do Montijo como plataforma de apoio à guerra, respeitando a vontade popular que infatigavelmente se afirma pela defesa da paz, com relevância na luta contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

Apela ao povo, aos trabalhadores, às mulheres e jovens do distrito que continuem a reclamar uma solução política do conflito e uma atitude do Governo e das instituições consequente com os interesses da paz, a independência e soberania nacionais, o progresso e desenvolvimento do nosso país e do nosso distrito.

Barreiro, 15 de Janeiro de 1991
O Executivo da DORS do PCP

Comunicado do Secretariado do CC sobre o desencadeamento da guerra

1. O Comité Central do Partido Comunista Português ontem reunido aprovou uma resolução alertando o povo português para o perigoso agravamento da crise do Golfo, a iminência de guerra e a necessidade de tudo fazer para a impedir.

2. O PCP, que desde o primeiro momento defendeu uma solução pacífica negociada do conflito, condena firmemente o desencadeamento da guerra conduzida pelos EUA.

3. Nenhum interesse nacional justifica que Portugal se envolva directa ou indirectamente na guerra.

4. A guerra, que nenhum argumento pode justificar, não só não resolverá como agravará os graves problemas acumulados na região.

Impõe-se pôr termo às hostilidades e persistir na via das negociações. Torna-se mais necessário do que nunca a realização de uma Conferência Internacional visando assegurar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

5. O PCP apela aos trabalhadores, aos jovens, às mulheres, aos portugueses para que manifestem a sua veemente condenação da guerra e reclamem o seu imediato termo.

17 de Janeiro 1991

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Comunicado do Comité Central

1. O desenvolvimento da crise do Golfo coloca hoje a Humanidade perante a iminência de uma guerra de proporções e consequências incalculáveis.

Alertando o povo português para a extraordinária gravidade da situação, o CC do PCP salienta uma vez mais que a guerra não é inevitável, que é imperioso abrir caminho a uma situação pacífica negociada do conflito.

2. Condenando a invasão do Kuwait pelo Iraque e a escalada de confrontação e de guerra conduzida pelos Estados Unidos, o PCP chamou desde logo a atenção para o facto da crise do Golfo se inserir numa região perturbada por conflitos de grande envergadura, designadamente resultantes da ocupação de territórios árabes da Palestina, Líbano e Síria pelas tropas de Israel em violação frontal das próprias resoluções da ONU, assim como pelo cruzamento de poderosos interesses imperialistas relacionados com o domínio da principal riqueza da região, o petróleo.

3. O Comité Central do PCP insiste em que a única via para a saída da crise é uma solução política negociada implicando a consideração global dos graves problemas acumulados na região, designadamente o problema nacional palestino. Neste sentido, reitera o apoio à realização de uma Conferência Internacional para a Paz no Médio Oriente.

4. O Comité Central do PCP considera que as possibilidades de uma solução política negociada de modo algum se esgotaram em 15 de Janeiro. Se há que continuar a exigir a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, há simultaneamente que recusar e condenar firmemente a obstinação do imperialismo norte-americano em impor a

sua linha aventureira de confrontação arrogando-se praticamente o direito de «veto» a importantes iniciativas político-diplomáticas.

A ONU e o Conselho de Segurança da ONU, sobre quem pesam graves responsabilidades na defesa da paz mundial tem o dever de apoiar e de promover iniciativas visando impedir a guerra.

5. Na sua declaração de hoje, o Primeiro Ministro não só considera esgotadas as possibilidades de uma solução política e inevitável o desencadeamento da guerra, como minimiza a gravidade das suas possíveis consequências no plano nacional e internacional. O CC do PCP critica uma tal posição e

reclama que o Governo intervenha de forma autónoma e empenhada na procura de uma solução política.

6. O PCP opõe-se firmemente ao envolvimento de Portugal na escalada militar do conflito do Golfo e em particular ao envio de forças armadas nacionais para a região.

O PCP tem reclamado do Governo uma declaração formal de que as forças armadas portuguesas não participarão na guerra do Golfo se esta se vier a desencadear. Neste sentido o CC do PCP regista como importante a declaração hoje proferida pelo Primeiro Ministro de que não serão enviadas forças militares para a zona de guerra.

7. Entretanto, através da cedência de bases militares, apoios logísticos e outras facilidades, Portugal está a ser progressivamente envolvido neste gravíssimo conflito.

O Comité Central do PCP considera com particular inquietação os riscos de envolvimento militar directo de Portugal que decorrem da participação de unidades navais portuguesas nas manobras da NATO no Mediterrâneo Oriental, de uma eventual participação na «Task Force» da NATO na Turquia e mesmo da inaceitável admissão que a participação de Portugal na UEO obrigaria o Estado português a conformar-se com decisões contrárias ao interesse nacional.

O Comité Central do PCP insiste que em matéria de tão decisiva importância, é indispensável que todos os órgãos de soberania, na esfera das suas competências, intervenham nas decisões.

8. O Comité Central do PCP salienta a importância das grandes acções populares pela Paz que têm tido lugar em numerosos países do mundo e o importante significado de iniciativas visando a cooperação ou convergência na acção das forças amantes da paz. Neste sentido valoriza o Apelo subscrito conjuntamente pelo PCP com o Partido Progressista do Povo Trabalhador do Chipre (AKEL), Esquerda Unida (Espanha), Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia e Partido Comunista Unificado da Turquia.

9. A defesa da Paz é hoje uma tarefa inadiável para todos os povos e para cada homem, mulher e jovem. É da salvaguarda do futuro da Humanidade que se trata.

Defender a Paz, erguer uma inultrapassável barreira à escalada da guerra é uma urgente tarefa colectiva e uma urgente responsabilidade individual.

O Comité Central do PCP dirige a todos os portugueses um apelo para que juntem a sua voz à voz dos milhões de homens que em todo o mundo exigem a Paz.

O Governo português e todos os órgãos de soberania da República têm de respeitar e de traduzir em actos esta profunda e inabalável vontade de Paz.

Não à Guerra!

Por uma solução negociada para o conflito do Golfo!

16 de Janeiro de 1991

PCP, AKEL, Esquerda Unida, PCU Turquia, PC Francês e PC Grego subscrevem apelo

Texto de apelo subscrito pelas seguintes forças políticas da Europa mediterrânica: Partido Progressista do Povo Trabalhador do Chipre (AKEL), Esquerda Unida (Espanha), Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista Português e Partido Comunista Unificado da Turquia.

«A solução pacífica do conflito do Médio Oriente é possível. A guerra não é inevitável. Tal guerra seria uma catástrofe incalculável que nenhum argumento pode justificar. Urge pôr termo à escalada de confrontação e à avalanche de propaganda militarista que a acompanha. É obrigação dos governos e ins-

tâncias internacionais tudo fazer para impedir a catástrofe, encontrar uma solução política negociada do conflito e alcançar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, cumprindo as resoluções da ONU tanto sobre o Golfo como sobre o Médio Oriente.

Conscientes da nossa responsabilidade nacional e internacional junto dos trabalhadores e dos povos, apelamos a que façam ouvir a sua voz pela paz, bem inestimável de toda a Humanidade, unindo a voz de todas as forças que reclamam soluções pacíficas.»

15.1.91

O Gabinete de Imprensa do PCP

O Comité Central do Partido Comunista Português



Nunca mais!

Tudo em defesa da Paz!

Memória do primeiro dia de guerra

Meia-noite

A notícia do começo da guerra interrompeu o 24 horas da RTP, deixando o jornalista de serviço a sincopar durante alguns minutos uma entrevista que estava a fazer sobre Cabo Verde. À meia-noite já todo o País se inclinava para o televisor, tal como o apresentador da RTP se inclinava para o monitor na obsessão de distinguir o som de rebentamentos por trás da voz do repórter da cadeia de televisão norte-americana CNN, que, entretanto, fazia um relato notavelmente profissional dos acontecimentos, descrevendo o que via numa voz tranquila e com um discurso de frases curtas e precisas. Vai chegando mais gente ao estúdio da RTP e, às tantas, a preocupação que se instala na emissão da 5 de Outubro é mesmo, a de identificar o som dos tiros ou explosões, como se isso fosse o bilhete de identidade da guerra. Isto na Televisão de um País que sabe, numa experiência própria de 15 anos, que o bilhete de identidade da guerra não é o barulho. É a destruição, a violência, a morte.

HC

2h00m

George Bush dirige-se ao mundo. Indesmentível a qualidade mediática da mensagem. Continuamos em pleno mundo da encenação e dos *media*.

O presidente americano recorre mesmo à técnica do *testemunho*, recorre ao que em publicidade se designa por *testimonial*.

«Ouçamos o 1º cabo Fulano, ouçamos o soldado Cicrano, ouçamos o capitão Beltrano». As palavras carecem de qualquer consistência séria: quem são esses homens? Existem de facto? Disseram isso de facto? Se sim, em que circunstâncias? Estas são as únicas afirmações deste tipo que foram produzidas? Se não, porque foram estas seleccionadas?

O homem que tem na mão o desencadear da mais poderosa máquina de guerra do Mundo recorre, para se justificar, ao *testemunho* e ao apoio do homem anónimo, do soldado anónimo a quem ele próprio ordena. Mas esta encenação tem no fundo o cultivo, o namoro a valores democráticos: o respeito pelo cidadão anónimo, a importância da opinião pública, a auscultação das sociedades.

O 1º cabo Fulano e o capitão Beltrano são os protagonistas de um duplo drama: o da guerra lá longe, o da encenação aqui perto. Ambas devastadoras. - R.C.

3h10m

É noite também na Alemanha. Mas em Colónia e em Berlim sai-se para a rua exigindo a paz e o cessar das operações militares.

O povo português não teve, ao longo destas últimas semanas, acesso a uma informação correcta sobre a vaga de manifestações em favor da paz que varreram o mundo. A imprensa portuguesa, aliás, na sua prática totalidade, teve o comportamento de «falcões». O tratamento do drama do Golfo foi em Portugal o de *jogos de guerra*.

Houve quem dissesse que iria chegar o maior espectáculo do século, a guerra em directo. Nero cantando as chamas devorando Roma?

Entretanto, os órgãos de imprensa mais prestigiados dos próprios Estados Unidos - «Washington Post», «New York Times» - fizeram campanha por uma solução negociada da crise, manifestaram-se inequivocamente pela paz. - R.C.

3h20m

Chegam notícias de que um míssil iraquiano terá sido disparado contra um alvo na Arábia Saudita. É a primeira reacção iraquiana ao ataque. O míssil perde-se nas areias do deserto.

Chegam notícias de que outros quatro terão tido o mesmo destino.

Recordo-me da estranheza que me despertaram as extensas monografias da imprensa internacional nos primeiros dias da crise sobre o potencial bélico do exército iraquiano, os cenários que eram traçados sobre as suas capacidades de poder criar problemas à própria máquina de guerra norte-americana.

Pareceu-me então um tanto contraditório com o empatado desenlace do conflito Irão-Iraque tal potencial bélico de Bagdad, pareceu-me igualmente estranho o tom peremptório com que se afirmavam os riscos para os marines.

Mas a repetição acabou por me convencer. Que Bagdad não desmentisse as potencialidades que os *media* ocidentais lhe atribuíam não era de estranhar: no arriscado jogo de Saddam Hussein isso poderia tornar-se benéfico.

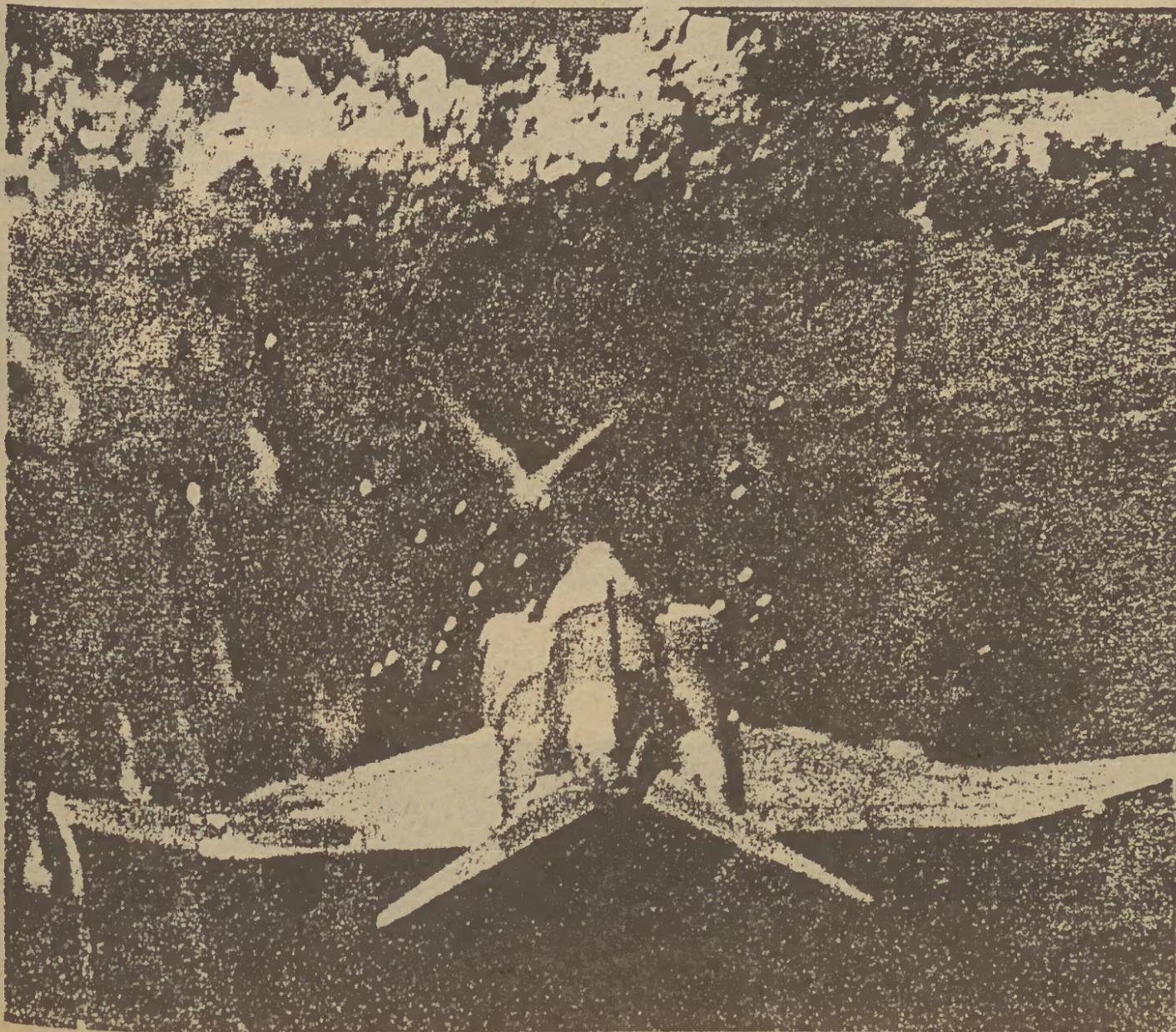
E por cá ficámos, soterrados sob um mar de «cadeias de comando eficazes e provadas», armas químicas e biológicas às toneladas, unidades de infantaria e tanques motivados e temperados pela guerra com o Irão, possibilidades de acesso até ao nuclear. Bagdad teria mesmo comprado um pouco por todo o mundo quase tudo quanto haveria para comprar em armamento sofisticado.

A inócua nuvem de areia levantada no exército saudita por mísseis iranianos, a eficácia arrasadora que tudo indica ter tido o ataque americano, de novo me levantam o problema.

Teremos todos sido envolvidos na teia de uma gigantesca operação de contrapropaganda em que os perigos do potencial militar foram levados aos limites necessários à cobertura e justificação de contra ele se movimentarem os meios de guerra mais sofisticados que a Humanidade conheceu?

Ao aceitar tal mistificação por interessar à sua política, ao não desmascarar este eventual exagero dos seus meios, terá Saddam Hussein sido enredado numa teia mortal, sido vítima da sua própria arrogância?

Porque a verdade é que, talvez mais do que nunca, esta guerra é também da informação. - R.C.



Memória do primeiro dia

4h00 m

Para a RTP só existem dois «especialistas» em assuntos militares neste País — o comandante Virgílio de Carvalho e o articulista de «O Diabo» Nuno Rogeiro. Mal rebentou a guerra no Golfo lá apareceram eles no estúdio, de ciência muito engratada como se estivessem por ali à espera.

Com **nuances**, ambos começaram por hesitar na apreciação do conflito, refugiando-se em especulações tático-tecnológicas, construção de cenários estratégicos e, até, alguma mitigada apreensão pelas consequências de tão grave confronto na vida da Humanidade. Sem **nuances**, ambos se lançaram numa irreprimível campanha de propaganda pró-americana quando ouviram dizer que os EUA estavam a concretizar os seus objectivos de destruição na primeira fase do ataque ao Iraque, com o comandante Virgílio a considerar que «os árabes são imprevisíveis» e Nuno Rogeiro a explicitar que «são imprevisíveis mas têm de compreender que quem manda na economia mundial são os EUA», devendo deixar-se, por isso, de querer controlar o petróleo mundial.

— HC

4h30m

A guerra no Golfo não deve ser motivo de satisfação para ninguém, mas a preocupação com o que está a ocorrer naquela região do mundo afecta os países de formas diversa. De forma diversa se manifestam também os povos.

Mas todos os povos, sem excepção, se têm afirmado nestas horas dramáticas contra a guerra. Significativas têm sido neste contexto as manifestações pacifistas na Alemanha, justamente o único país desenvolvido da Europa ocidental não envolvido no conflito.

Como antes do início da guerra, também mal ela começou os alemães saíram à rua a exigir a paz.

As manifestações realizadas em Berlim e Colónia, muito mais do que as de Paris, Londres ou Madrid, devem ser motivo de reflexão.

Os alemães condenam a guerra porque ainda não se esqueceram das dramáticas consequências daquela outra guerra desencadeada a partir do seu próprio país. A maioria da população sabe bem do que fala quando fala de destruição e morte. A memória dos povos não se apaga com tanta facilidade como por vezes se diz. É sempre possível olhar para trás e encontrar na memória a dor, as privações, o desespero, as terríveis marcas que o passar do tempo pode minorar mas não apagar.

O clamor pela paz que nestas horas dramáticas chegam da Alemanha são - deveriam ser - um alerta para toda a Europa, para todo o mundo. - A.F.

4h50m

Mário Soares soube da guerra pela TV. Acompanha a evolução pela TV. Na embaixada do Iraque sabe-se do que se passa apenas pela TV. Na residência do primeiro-ministro acompanha-se o desenrolar dos acontecimentos também pela TV. O Governo francês soube do início do ataque pela TV.

George Bush fala ao mundo pela TV. A rádio cita a TV. A imprensa repete a TV.

A TV já não se limita a **informar** a realidade: a TV começa a ser (já é?) a **própria realidade**.

Pode esquecer-se que esta TV fala inglês, que é americana? - R.C.

5h00 m

O racismo aí está, mais uma vez ateadado pela lógica de quem quer e faz a guerra e, por isso, intoxica a opinião pública com terrores, alarmismos, suspeições e anátemas friamente imaginados e divulgados.

O medo, os preconceitos e a histeria colectiva fazem o resto, como está a acontecer no sul de França, onde se registou uma corrida à compra de armas, numa óbvia fobia pela numerosa comunidade árabe emigrada ali residente. E às vezes o próprio poder dá uma «ajuda», como também está a acontecer na Alemanha, onde as autoridades de Berlim já ordenaram revistas a casas de árabes.

Basta para nos arrepiarmos com esta outra «face» da guerra do Golfo. HC

7h30 m

O semblante de quem saía de casa para o trabalho, embora repetindo os gestos do quotidiano — tomar o autocarro, atravessar a rua, bater a porta do carro e ligar a ignição no frio — não é já a mesma do dia anterior. Que se perdeu?

Certamente boa parte da esperança que muita gente acalentava de que a guerra não fosse uma inevitabilidade.

É que, apesar do fracasso de todos quantos se haviam empenhado numa solução diplomática — o próprio secretário-geral da ONU já tinha confessado a inutilidade dos seus esforços —, a esperança de que a guerra não rebentasse era ainda forte. E manifestara-se entre as pessoas, não cedendo ao pânico que alguns lançavam propagandeando actos de açambarcamento.

Para muitos era o inacreditável que acontecera. A própria ligeireza com que certos correspondentes portugueses partiram para a zona de conflito, mais preocupados, entre sorrisos, em mostrar um equipamento sofisticado contra as armas químicas, fazia crer que nem eles acreditavam na possibilidade

de guerra

real de deflagramento da guerra. E as informações chegadas nas primeiras horas mostraram que a guerra os ultrapassara. As primeiras notícias, que ao longo da madrugada se foram revelando contraditórias — os EUA destruíram o essencial, afinal não fora tanto assim, o Iraque não reagiu, afinal 14 aviões dos EUA tinham sido destruídos, Hussein fez uma declaração, afinal não seria ele mas uma gravação, fugiu, não fugiu — foi mostrando a quem não dormira nessa noite ou a quem acordara cedo para ouvir de surpresa em surpresa as contradições de uma guerra que começara, que ela poderá estar aí para durar. E na sombria manhã de ontem, enquanto na rádio se podia ouvir um comentador dizer que a guerra faz bem ao dinheiro, a maioria das pessoas sentia-se mais pobre. Mas não tão pobre que uma nova esperança lhe não acalente a vontade. A esperança de que, apesar de as bombas e da metralha se terem desencadeado já, o retorno à paz é possível e necessário. E mesmo imperioso. — L.M.

8h00m

É sabido que em situações de crise as pessoas reagem muito mais com o instinto do que com a razão. Nem é preciso ser especialista ou ter lido tratados sobre o assunto para o perceber. Mais forte do que todos é o instinto de conservação. E se algo ameaça, mesmo que hipoteticamente, a sobrevivência, nada mais natural do que a tomada de medidas para o evitar. A crise do Golfo, muito naturalmente, preocupou e preocupa os portugueses. Por mais serenas que sejam as declarações dos governantes, e têm-no sido, os portugueses estão preocupados. Não tanto com as consequências a curto e médio prazo desta crise na economia do país, mas já com o dia-a-dia. Assim se entendem, ainda antes do eclodir da guerra, as de certo modo ingénuas - porque na verdade inúteis e contraproducentes - corridas às bombas de gasolina ou aos supermercados, na tentativa de arrecadar o que amanhã pode faltar. Sem se perceber sequer que esse é justamente o primeiro passo para que

as faltas se tornem realidade. Mas se isto é natural na psicologia de massas, o mesmo não se pode dizer em relação a quem tem obrigação de não só manter a serenidade mas também de contribuir para isso. Não é o que a RTP tem estado a fazer. Profissionais da informação saíram para a rua de máquina de filmar em punho dispostas a mostrar ao país que a corrida ao açambarcamento já tinha começado. Perguntar aos cidadãos que em bombas de gasolina atestam os depósitos dos carros se o fazem devido à crise no Golfo e transmito-lo para milhões de pessoas só muito dificilmente não redundará numa verdadeira corrida dos outros que até ao momento não o tinham feito. A gasolina é um exemplo. Mas qualquer produto serve. A questão está em começar. Em causa está, na verdade, o entendimento desta importante função que é informar. Que não significa, que não pode significar em qualquer circunstância, o ignorar das consequências do que se afirma, o lavar as mãos de toda e qualquer responsabilidade. - A.F.

10h15m

Palavras de um comentador: «surge um sentimento de alívio por tudo indicar agora que o desenlace da crise está para breve e a confiança parece voltar». Alívio? Confiança? Poderão eles ser obtidos depois desta resolução de um problema pelo uso de uma força gigantesca? Que perigos iremos correr com a aceitação de tal prática como eficaz, como legítima, como desejável? Estaremos no limiar de uma era em que de novo a força será o padrão das relações entre os Estados e os povos? De que forma se repercutirá esta vivência na própria vida das sociedades? O culto do mais forte? A busca servil da sua protecção? O receio de afirmar para não afrontar o poderoso autorizado a exercer a sua força? Alívio? - R.C.

11h00m

As bolsas de Tóquio e as da Europa entram em subida. Os analistas dizem que as perspectivas de uma vitória esmagadora dos americanos e de um desenlace rápido do conflito estimularam os investidores. Desenlace rápido? E haverá quem queira esquecer a tão velha máxima militar que, depois de todos os ataques, depois de todas as batalhas, a vitória é de quem fica no terreno? Haverá quem queira esquecer que, mesmo depois de todos os bombardeamentos aéreos, terá de ser a infantaria a avançar? E que aí começa outra guerra em que se não morre só quem está no caminho das bombas lançadas do céu? E mesmo que o exército iraquiano tenha sido atingido até ao colapso, será que tudo está concluído? Uma "nova ordem internacional"? Baseada na força das armas e não no esforço de entendimento dos homens? Forjada pela guerra e não pela Paz? Será possível imaginar que todo este problema é exclusivamente militar? Que é só petróleo? Será possível esquecer as profundíssimas feridas já abertas e agora revolvidas no mundo árabe? As humilhações, as revoltas que sobrevivem aos estilhaços de bombas e ao impacte de balas? Será possível não temer o evoluir de um fenómeno tão complexo como o do Islão, do seu fundamentalismo, desse mesmo que há mais de um ano obriga um escritor a viver oculto no meio do mundo - porque condenado à morte por blasfemo? Problema resolvido em blitzkrieg? E o resto? - R.C.



Não à catástrofe da guerra

Em vésperas do previsível início de acções militares no Próximo Oriente, várias foram as iniciativas promovidas por diferentes organizações políticas, que à semelhança do que se tem passado em todo o mundo, lançaram os últimos apelos à continuação dos esforços pacíficos para resolver a crise do Golfo e deram um redundante não à guerra.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) convocou com este objectivo uma vigília na Praça do Rossio, onde participaram várias centenas de pessoas.

Para esta organização «qualquer solução militar constituirá uma grande catástrofe para a humanidade e inevitavelmente agravará a situação na região e no mundo», afirmando que «por mais complexas e difíceis que se revelem» as soluções, estas «só poderão ser alcançadas pela via das negociações».

O CPPC divulgou entretanto as conclusões da apreciação que efectuou, em reunião dos seus órgãos directivos, da decisão do Governo português, comunicada aos representantes dos partidos políticos de oposição parlamentar, de não envolver efectivos militares em operações de guerra na área do Golfo.

Todavia, segundo indica, «as facilidades já concedidas e as que acabam de ser oferecidas em território nacional, embora se limitem a formas de cooperação logística e humanitária, comprometem Portugal num conflito que poderá implicar consequências negativas para o tradicional relacionamento do nosso país com os povos e Estados árabes».

Altamente preocupado com as gravíssimas e incontroláveis consequências de uma guerra na área do Golfo, o CPPC refere não só «os seus custos em vidas humanas, como a «inevitável catástrofe ecológica», e apela aos órgãos de soberania para que Portugal se

empenhe numa contribuição positiva no sentido de se encontrar uma solução política e pacífica para os problemas da região.

Também o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) divulgou uma nota à imprensa em que dá conta da sua apreensão perante a crise que hoje se vive no Golfo, e alerta a opinião pública para os graves e incontroláveis reflexos que o desencadear de uma guerra irá provocar. O SPGL lançou neste sentido uma campanha a ser desenvolvida pelos docentes junto dos alunos, com a realização de pequenos actos simbólicos de apelo à paz no mundo e à solução negociada dos conflitos.

Tropas dos EUA e europeias fora do Golfo

Frente à embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, na terça-feira passada, mais de uma centena de manifestantes pediu a paz e a retirada das tropas americanas e europeias do Golfo. Na sua maioria eram jovens de escolas secundárias da área de Lisboa e vieram ali ter, já ao cair da noite, para entregarem um documento com assinaturas ao embaixador norte-americano e sublinharem com canções e slogans a sua posição contra a intervenção militar no Golfo.

a paz negocia-se

Na origem desta manifestação esteve a recém-criada Comissão Contra a Intervenção no Golfo, constituída em Outubro passado, e apoiada por organizações políticas como a FER — Frente de Esquerda Revolucionária e a OCPO — Organização Comunista «Política Operária», para além de conhecidas personalidades como a actriz Maria do Céu Guerra, o coronel Varela Gomes, o cantor Vitorino e outros.

Como objectivos fundamentais, esta comissão entende dever denunciar e repudiar «a intervenção das potências ocidentais — dos Estados Unidos, em particular — contra os povos árabes, e o alinhamento pró-imperialista do Estado e da classe política portuguesa».

Contudo, a CCIIG considera que a defesa dos povos do Golfo é do Iraque face à agressão e à chantagem militar, política e económica do Oci-

dente não significa qualquer «cobertura ou branqueamento dos actos passados e futuros do regime ditatorial e antipopular de Saddam Hussein, regime a que não dá qualquer crédito ou apoio político», afirma.

Indentificando os «EUA e o Ocidente rico» como o agressor e uma vítima os povos árabes, «que não dispõem de potencial económico e militar que se assemelhe minimamente ao que está a ser mobilizado



Frente à embaixada dos Estados Unidos, em Lisboa, concentraram-se, na passada terça-feira, algumas centenas de jovens de várias escolas secundárias da região de Lisboa, que reclamaram a retirada das tropas americanas e europeias da zona do conflito. A iniciativa foi promovida pela Comissão Contra a Intervenção no Golfo





Os manifestantes recusaram qualquer participação de Portugal em caso de guerra, quer através do envio de tropas quer pela cedência de apoio logístico



Os casos de Granada, Panamá, Timor ou da ocupação da Palestina são justamente evocados para desmontar a alegada legitimidade da intervenção dos EUA na região do Golfo

para a região com o objectivo fundamental de garantir o controlo dos poços de petróleo», a comissão entende que o Governo português se tem «subordinado totalmente aos interesses dos EUA, concedendo-lhes todas as facilidades para a utilização da Base das Lajes e de outros aeroportos do país», acusando-os de ter já «enviado e querer enviar

mais tropas que poderão ser envolvidas em acções agressivas contra o Iraque».

Entre outras iniciativas a favor da paz no Golfo, é de referir ainda uma vigília promovida sábado passado em Setúbal na Igreja de S. Francisco, onde falou o Bispo da diocese, D. Manuel Martins, escutado por mais de quinhentas pessoas. Para o pre-

lado sadino, «a guerra é a vergonha da civilização. Deus não quer a guerra e os homens acreditam que a paz é possível», acrescentando que «o argumento dos que querem justificar a guerra é que nenhuma das partes quer perder. Mas não é vergonha nem derrota ceder em nome do bem supremo que é a paz».

Igualmente, simpatizantes do

PSR têm vindo a desenvolver acções de protesto, nomeadamente junto da Base Cimberlant (NATO), em Oeiras, onde repudiando o envio para a zona do conflito de 150 mil sacos para cadáveres, ofereceram um «cadáver» ao comandante da base. No dia seguinte, ainda em Oeiras, este partido exibiu um cartaz de 25 metros com a inscrição:

«Guerra à guerra do Golfo». Várias pessoas com caras tapadas por máscaras em branco e preto com frases pacifistas reclamaram a paz frente à base da NATO.

Na quarta-feira, um grupo de estudantes da Escola Secundária de Benfica promoveu, de manhã, uma concentração no Rossio a que aderiram várias centenas de jovens. ■



Na foto um aspecto da vigília na Praça do Rossio, promovida no início da semana pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, sob o lema: «Pela paz e por uma solução negociada do conflito do Golfo»

A guerra é uma catástrofe sem regresso

Terça-feira, 15 de Janeiro de 1991. Às 19h de Lisboa, quando se entrava já na contagem decrescente para o termo da data limite fixada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para a retirada do Iraque do Kuwait, tinha início na redacção do «Avante!» uma mesa-redonda sobre a crise no Golfo.

João Amaral, deputado na Assembleia da República e **Domingos Lopes**, da secção Internacional do Partido, ambos membros do CC do PCP, e **Miguel Urbano Rodrigues**, jornalista e deputado do PCP na AR, juntaram-se para falar connosco desta crise que está a abalar todo o mundo. Não fizeram futurologia sobre o que pode estar já a acontecer à hora em que o «Avante!» chegar às bancas, ou sobre o que a qualquer momento pode vir a acontecer. Falaram, sobretudo, das contradições de uma ordem internacional em que a paz continua a não estar garantida e da necessidade cada vez mais forte dos povos de todo o mundo encontrarem um caminho para a solução dos seus conflitos que não passe por essa catástrofe sem regresso que é a guerra.

O sonho humanista

Av. - Há quem afirme que o optimismo criado com o fim da guerra fria não passou de um episódio provisório e que, uma vez mais, não se encontrou uma lógica de paz para ocupar o lugar da confrontação, pelo que o nascimento de uma nova ordem internacional continua a depender, como no passado, de uma lógica de guerra. A crise do Golfo confirma esta tese?

MUR. - A crise do Golfo justifica uma reflexão serena sobre uma questão fundamental que tem merecido pouca atenção da maioria dos analistas. Nos últimos anos o avanço da política do desanuviamento e da redução dos armamentos fortaleceu a convicção de que o fim do confronto entre os EUA e a URSS ficaria a assinalar o início de uma era de paz permanente. Centenas de milhões de pessoas acreditaram que o velho sonho humanista iria concretizar-se: não haveria mais guerras apocalípticas.

Era uma ilusão. O primeiro alerta chegou com a invasão do Panamá, reveladora de que o imperialismo norte-americano tinha um entendimento amoral do que deverá ser uma nova ordem internacional.

A crise do Golfo veio pôr termo à esperança ingénuo de que a facilidade de consensos entre os EUA e a URSS era garantia da solução pacífica, pela via negociada, de todas as situações de beira de guerra.

Que vemos, qual a situação que nestes dias alarma a humanidade?

O mundo sente-se outra vez na borda do abismo, teme uma guerra condenada pela consciência universal - uma guerra que, a irromper, será para o homem uma catástrofe sem regresso, como diz o Papa, qualquer que seja o seu desenvolvimento.

O aspecto inédito no conflito criado é o facto de, pela primeira vez na história, todas as grandes potências industrializadas se encontrarem do mesmo lado. O adversário do mais amplo conjunto de Estados poderosos que se formou até hoje nas Nações Unidas para apoiar uma Resolução do Conselho de Segurança é um pequeno país de 17 milhões de habitantes, rico em petróleo, mas globalmente atrasado. As próprias armas de que o Iraque dispõe foram importadas.

Como foi possível esta situação, mais adequada a uma peça de teatro de absurdo do que ao mundo real no limiar do século XXI?

Seria uma atitude simplista descarregar as culpas todas em cima de Saddam Hussein e explicar a crise através de referências à sua megalomania. Os argumentos éticos e psicológicos não permitem compreender o funcionamento da engrenagem que levou ao Golfo o maior aparelho militar mobilizado pelo Ocidente desde a capitulação do III Reich e do Japão em 1945.

A responsabilidade maior pela imi-

nência da guerra cabe aos EUA que responderam ao gesto desafiador e irresponsável do Iraque com um comportamento ainda mais irresponsável.

Se houver guerra, os historiadores do século XXI identificarão nela o primeiro capítulo de conflitos de novo tipo em que a linha divisória - ou seja a linha das contradições que levam ao choque armado - deixa de separar dois ou mais Estados poderosos. A tendência na viragem do século é para uma clivagem diferente: de um lado os países industrializados que atingiram elevado nível de desenvolvimento e bem-estar; de outro os países atrasados que entram em choque com a minoria que controla o poder e a riqueza.

Penso que não existe ainda uma consciência muito nítida das fissuras que o esmagamento do Iraque pelas armas produziria no mundo. Mas estou seguro de que elas acelerariam a ruptura entre a minoria privilegiada da humanidade, que representa um quinto da população da Terra, e a maioria pobre e atrasada que engloba quatro quintos. É muito preocupante que a minoria disponha de mais de 80 por cento da riqueza produzida.

Essa monstruosa desigualdade na produção e distribuição de bens produzidos e disponíveis começou já a provocar uma formidável e inquietante pressão dos povos desfavorecidos. Assistimos ao início de uma luta de classes de novo tipo que no século XXI tende a explodir em conflitos sangrentos, em genocídios e destruições gigantescas, se não forem encontradas soluções que evitem o choque e o caos no planeta.

A liderança do mundo

DL. - Na análise deste conflito há duas questões que me parecem de grande importância. Em primeiro lugar, lembrar que o Iraque esteve em guerra com Irão. Ficou então com o seu potencial económico destruído, apesar de no plano militar se apresentar com uma máquina que lhe dá uma certa configuração de potência militar regional. Exactamente porque se vivia numa situação de desanuviamento, um processo de desarmamento, pode pensar-se que houve um erro de cálculo de Hussein ao pretender anexar o Kuwait.

Mas imediatamente a seguir, quatro dias depois da invasão, regista-se a intervenção dos EUA. Isto quando estavam a decorrer diversas negociações, incluindo com a participação do Egipto que tinha sido trazido para a nação árabe pelo Iraque por causa de Camp David, com a própria Arábia Saudita que tinha problemas com o Kuwait... Ou seja, a intervenção dos EUA, com a forte presença das suas tropas na Arábia Saudita, impede uma solução árabe.

Repare-se no paralelismo: uma potência imperialista do tipo dos EUA que tem gravíssimas dificuldades de concorrência com a Alemanha e com o Japão, mas que tem uma máquina militar de facto poderosa, como de resto

eles próprios referem ao pretenderem impor a liderança do mundo.

Eu creio que concorrem para esta situação gravíssima que estamos a viver, por um lado a invasão do Kuwait por um país que se quer afirmar como potência regional e, por outro lado, a tentativa de aproveitamento por parte dos EUA desse mesmo acto para impor a sua política, a sua pax americana, tirando proveito das dificuldades na União Soviética, da grande divisão no mundo árabe e também, de alguma forma, visando controlar a CEE que depende do petróleo e conter ao mesmo tempo o próprio Japão, que com o seu ritmo de crescimento não pode prescindir do petróleo do Médio Oriente.

É bom ter presente que os EUA têm petróleo e que é a Europa quem precisa daquela matéria-prima. Pelo que podemos concluir que os EUA, por via militar, estão a procurar impor o que no plano económico estão a perder.

Será isto uma consequência inevitável do fim da guerra fria? Eu não acho que seja. É ingénuo, como diz o Miguel, pensar-se que por ter avança-

suação dos povos do Terceiro Mundo, como o Miguel referiu, mas é forçoso dizer que o Iraque lhes prestou um mau serviço e não deu o exemplo de que necessitam para fazerem face a esta ordem económica e política internacional injusta.

JA. - Eu não estabeleço uma relação entre o fim da guerra fria e este conflito. Vi estabelecer essa relação a partir desta ideia: as autoridades do Iraque aproveitariam uma situação de distensão para praticar aquele acto de anexação do Kuwait pensando que ficaria impune. Não vejo qual é a relação entre uma coisa e outra.

O chamado fim da guerra fria é, no fundo, a evolução da situação internacional para uma situação em que não há confronto de blocos político-militares. É uma situação que se verifica e que contribuiu de maneira activa para a resolução de uma série de conflitos regionais.

Esta crise do Golfo, que nasce a partir da anexação do Kuwait pelo Iraque é, no meu entender, a mais inoportuna das crises provocada no momento



João Amaral

do o desanuviamento tal bastava para o consolidar; que o imperialismo, por ter sido obrigado a ceder, perdia o seu carácter agressivo. Este conflito revela o contrário. Mas não é inevitável que à lógica de eventual fim da guerra fria se tenha de opor a lógica de confrontação.

Creio que a comunidade internacional está agora colocada perante uma nova situação ainda não totalmente revelada, de que desconhecemos o desenlace, mas que configura ou o caos ou um novo reordenamento na comunidade internacional.

Nós estamos numa situação muito delicada post-crise nos países socialistas, com o papel internacional da União Soviética extraordinariamente debilitado pela sua crise interna. Neste contexto, afirma-se um novo papel para as Nações Unidas, particularmente através da necessária democratização do Conselho de Segurança, de forma a que possa realmente desempenhar a sua missão. Esta é de resto a única forma que os países do Terceiro Mundo têm de poder fazer valer os seus direitos.

Neste momento, a questão que estamos a debater é: qual vai ser o desenlace?

Será que a coligação internacional que se formou para impor um embargo económico ao Iraque se vai manter em caso de guerra? Creio que nenhum de nós pode responder a essa pergunta. Penso que é de facto dramática a

histórico em que vivemos. Para além dos efeitos concretos que tem sobre a região, tem efeitos extremamente negativos nos desenvolvimentos internacionais em curso.

Subscribo a tese já referida de que, provavelmente, o século XXI será marcado por grande confronto entre um Norte rico, poderoso e um Sul famélico. Mas essa confrontação, económica e que pode assumir aspectos sociais, não é forçosamente uma confrontação bélica. Não posso inserir a lógica do início deste conflito do Golfo nessa lógica, pois seria quase uma forma de absolver o acto que a gerou.

Estabelecida esta diferenciação, penso que o que aqui está equacionada é a questão de saber se desta crise vai sair fortalecido ou enfraquecido o reconhecimento do direito internacional.

O papel da ONU

Av. - Justamente um problema que esta crise tem levantado é o do papel da ONU cujas resoluções, até ao momento, pouco mais têm sido do que letra morta. O que nos leva à ligação entre a saída do Iraque do Kuwait e a realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, sempre recusada pelos EUA e por Israel.

Qual é o efeito da crise do Golfo sobre a credibilidade do direito internacional?

JA. - Eu acho que o efeito é contraditório. Por um lado, não há dúvida nenhuma de que quando as resoluções da ONU são (ou não) aplicadas conforme os interesses da potência imperial, isso conduz a que o uso da força para a aplicação do direito internacional fica eticamente enfraquecido. É o que sucede no Médio Oriente: em relação ao Iraque a potência imperial actua de uma certa forma e em relação a Israel actua de forma completamente oposta. A aceitar-se tal situação, isso levar-nos-ia a que a aplicação do direito internacional ficasse dependente dos interesses do mais forte, o que seria a negação do direito.

Mas, por outro lado, diria que há um efeito secundário da crise que é necessário ter em atenção: o que se está a passar em torno desta resolução da ONU abre um vastíssimo campo de reclamação para a comunidade internacional, para os interessados e para a opinião pública em relação à aplicação das outras resoluções da ONU sobre muitos outros problemas.

Penso que se reforça na comunidade internacional e na opinião pública a convicção de que as resoluções são para ser cumpridas e que é ilegítimo obstar à tomada de medidas necessárias ao seu cumprimento.

A questão mais preocupante é a de saber como é que esta contradição se vai resolver. Creio que isso vai depender muito da mobilização da comunidade internacional e da opinião pública. Mas é necessário passar do movimento de reclamação para o funcionamento dos mecanismos institucionais adequados ao cumprimento das resoluções, como é o caso por exemplo da resolução sobre a Palestina.

Para que tais mecanismos funcionem, é óbvio que a estrutura da ONU tem de ser modificada e actualizada. Coloca-se a questão da actualidade de uma estrutura criada há 45 anos. E deixo um ponto para reflexão: os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, que são os determinantes no funcionamento deste organismo, situam-se todos acima do trópico de Câncer - EUA, França, Inglaterra, URSS e China.

MUR. - Pegando nesta questão, chamo a atenção para o facto de nunca, como agora, as Nações Unidas terem desempenhado um papel de primeiro plano tão continuado e tão importante. Neste mesmo momento está a decorrer uma reunião dramática do Conselho de Segurança para debater duas propostas antagónicas: uma joga na guerra e é apresentada pela Inglaterra, limitando-se a ser uma repetição do ponto de vista dos EUA; outra, da França, abre uma saída para a paz e vem na sequência de outras entretanto rejeitadas. Esta proposta francesa coloca a questão de fundo: o reconhecimento de que os problemas do Golfo só podem ser resolvidos no âmbito de uma conferência que discuta globalmente os problemas da área. O que passa pela resposta a este problema: porque é que a humanidade está à beira de uma guerra e os EUA invocam a exigência do cumprimento da resolução 678 de 29 de Novembro de 1990 e, como dizia há dias o ministro dos Estrangeiros iraquiano, Tariq Aziz, nunca se colocou a hipótese de uma guerra. de uma intimação, de um ultimato similar a Israel por ignorar a resolução 242

Agenda

Avante!

Ano 61 - Série VII
N.º 891

18 de Janeiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

APELO DE PAZ

Os EUA invadiram o Iraque e deram início a uma guerra de consequências e dimensão imprevisíveis.

Qualquer solução militar constitui uma grande catástrofe para a Humanidade e agravará a situação na região e no Mundo.

O único e mais seguro caminho para a Paz são as soluções políticas e negociadas.

Portugal deve procurar contribuir para fazer travar todas as operações militares e implementar iniciativas ao diálogo e à Paz.

Apelamos à população da Região de Lisboa a participar na CONCENTRAÇÃO/DESFILE a realizar amanhã, 6.ª feira, dia 18 de Janeiro/91, pelas 18 horas, na Praça do Rossio.

CONCENTRAÇÃO/DESFILE
18 JANEIRO — 6.ª FEIRA — 18 HORAS
PRAÇA DO ROSSIO

CPPC

Conselho Português para a Paz e Cooperação

CGTP

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

SPGL

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

MDM

Movimento Democrático de Mulheres

UMAR

Movimento pela Emancipação Social das Mulheres Portuguesas

Associação dos Médicos Portugueses para Prevenção da Guerra Nuclear

Associação «Amar o Tejo Viver a Paz»

APD

Associação Portuguesa de Deficientes

UCNOD

União Coord. Nacional das Org. de Deficientes

Voz do Operário

ALOOC

Associação Livre dos Objectores de Consciência

17.01.91

Sexta 18

● LISBOA

Plenário de militantes no Centro de Trabalho do Lumiar para as freguesias de Lumiar, Charneca e Ameixoeira - às 21.30, com a participação do camarada Carlos Grilo.

Plenário do Sector Sindical - no Centro de Trabalho Vitória, às 19.30, com a participação de José Casanova.

● AMADORA

Plenário da célula da Câmara Municipal - às 18.30, no Centro de Trabalho da Amadora.

Plenário da célula da freguesia de Falagueira (Venda Nova) - no salão da Junta de Freguesia, a partir das 21.30.

Plenário da célula da freguesia de Buraca - às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

● LOURES

Plenário das organizações das freguesias da Zona Oriental do concelho de Loures - em Sacavém, às 21.30, com a participação do camarada Francisco Lopes.

Plenário das organi-

zações das freguesias da Zona Ocidental de Loures - em Odivelas, às 21.30, com a participação do camarada Vidal Pinto.

Plenário das organizações das freguesias da Zona Norte de Loures - às 21.30, no Centro de Trabalho de Loures, com a participação do camarada Octávio Pato.

● VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes de Sta. Iria da Azóia - às 21.00.

● SINTRA

Plenário de militantes do Cacém - no Centro de Trabalho, às 21.30.

Plenário de militantes de Queluz - às 21.30, no Centro de Trabalho.

Sábado 19

● LISBOA

Plenário das organizações das freguesias de Benfica, S. Domingos de Benfica e Carnide - às 15.00, no Centro de Trabalho de Benfica, com a participação da camarada Manuela Bernardino.

Plenário da organização de Campolide - às 15.30, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglez.

Plenário das organizações das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, N. Sra. de Fátima e S. Sebastião - às 15.00, no CT da Av. António Serpa, com a participação de Joaquim Judas.

Plenário das organizações das freguesias de Marvila e Beato - às 15.00, no CT do Beato, com a participação de Carlos Rabaçal.

Encontro

de eleitos comunistas no concelho de Almada

- Balanço do 1.º ano do mandato
- Linhas de trabalho para o futuro

Sábado às 18.30
CT concelhio de Almada

Plenário das organizações das freguesias de Alcântara e Belém - às 15.30, no Centro de Trabalho de Alcântara, com a participação do camarada Blanqui Teixeira.

Plenário da organização de freguesia Santo Condestável - às 15.00, no Centro de Trabalho Pedro Soares, com a participação do camarada Dias Lourenço.

● AMADORA

Plenário da organização da freguesia de Venteira - às 21.00, no Centro de Trabalho da Amadora.

● VIALONGA

Plenário da organização de freguesia -

às 21.00, no Centro de Trabalho.

Terça 22

● LISBOA

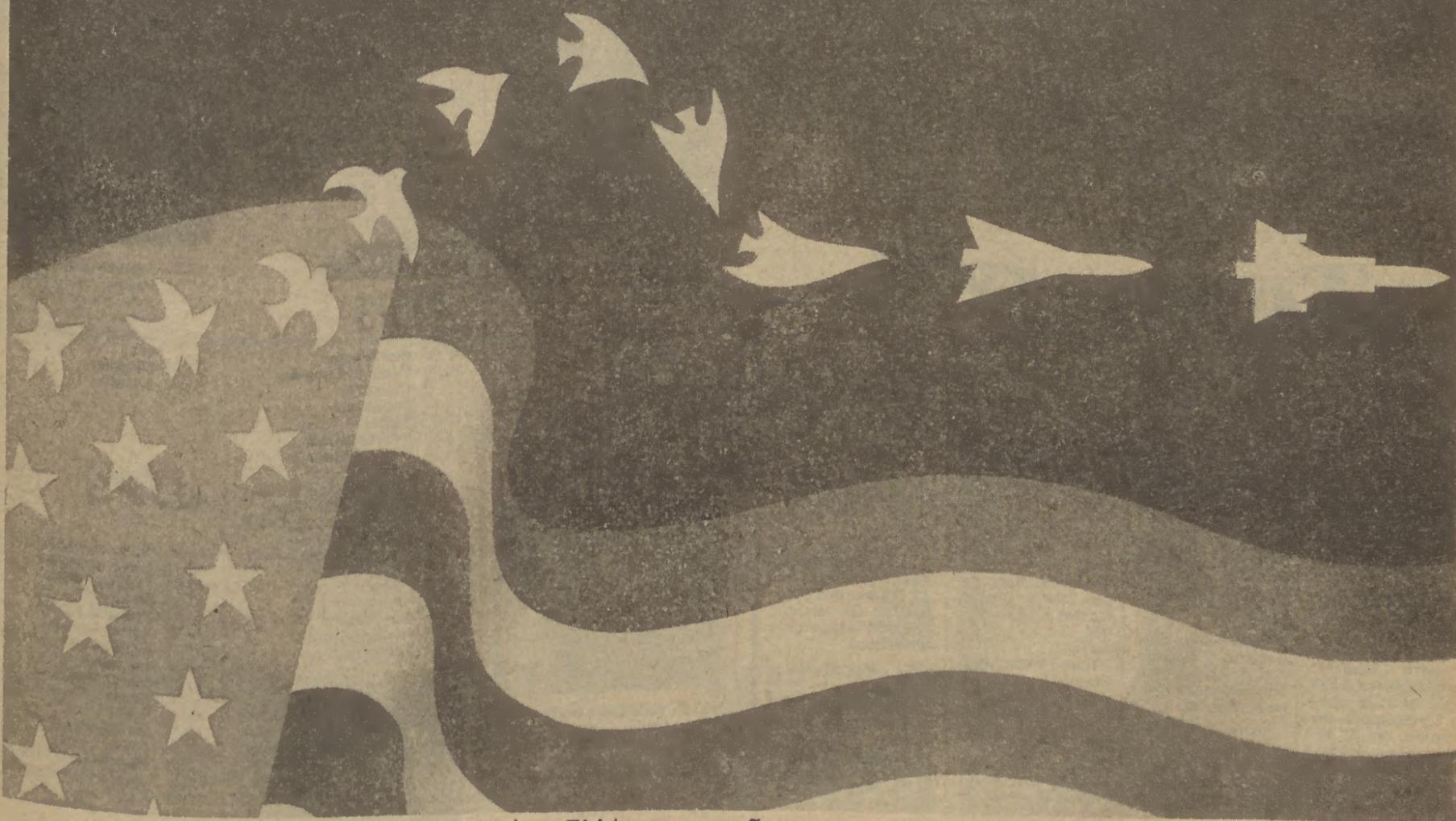
Plenário do Sector Seguros de Lisboa - às 18.00, no Centro de Trabalho do Chiado, com a participação do camarada Cláudia.

Plenário da célula dos CTT - às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação da camarada Marília Vilaverde Cabral.

Plenário do Sector Função Pública de Lisboa - às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Edgar Correia.



«МИРНАЯ» ПОЛИТИКА США В ДЕЙСТВИИ



«A política "de paz" dos EUA em acção», A. Ziaiev e T. Takhtarova no álbum «Satira v borbe za mir», Moscovo, 1985

TV **O Programa**

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.25 - Primeira Matinée - «O Mundo é um Manicómio», real. Henry Coster, interpr. Danny Kaye (EUA/1949, 103 min.)
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Festivais do Mundo (série, 1º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Tieta
- 21.15 - Sessão da Noite - «48 Horas», real. Walter Hill (EUA/1982, 93 min.)
- 23.00 - Querido John (4º epis.)
- 23.25 - 24 Horas
- 00.00 - Remate
- 00.25 - Sessão da Noite - «Eternamente Amigas», real. Garrya Marshall (EUA/1988)

RTP2

- 12.00 - Universo Juvenil (9º epis.)
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Falar de Macau
- 13.25 - Armação Ilimitada (25º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.50 - Caçador de Sonhos (série, 1º epis.)
- 16.15 - Novos Horizontes
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Desporto - Campeonato Mundial de Nataçao
- 18.30 - Charlot (15º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.30 - Via Rápida
- 19.40 - Circo
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (16º epis.)
- 22.15 - Rotações
- 23.15 - Pop-Off
- 23.40 - As Telas da Lei (11º epis.)
- 00.25 - Boletim Meteorológico

Sábado

RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - A Marquesa de Vila Rica (2º epis.)

- 14.30 - Sinead P'Connor
- 15.30 - Primeira Matinée - «A Grande Muralha», real. Frank Capra (EUA/1932, 90 min.)
- 17.00 - Fogo Grego (últº epis.)
- 17.30 - Hooperman (17º epis.)
- 18.00 - Palavras Vivas (série de Mário Viegas)
- 18.30 - A Volta ao Mundo em 80 Dias (2º epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.20 - Desenhos Animados
- 21.30 - Alentejo Sem Lei (3º e últº epis.)
- 22.25 - Casa Cheia (concurso)
- 23.10 - The Brotherhood of The Rose (série, 1º epis.)
- 00.10 - Última Sessão - «O Uivo», real. Jerzy Skolimowski (GBR/1978, 83 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - National Geographic (23º epis.)
- 11.50 - Forum Musical
- 13.00 - Agarra o 2
- 14.05 - Cine-Sábado - «O Último Take», real. Yoji Yamada (Japão/1986, 113 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso)
- 19.45 - Clube Paraíso (10º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Estádio
- 23.30 - Espectáculo de Fim-de-Ano no Terreiro do Paço
- 00.25 - Retrato de Um Casamento (série, 1º epis.)
- 01.15 - Boletim Meteorológico

Domingo

RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Dick Turpin (4º epis.)
- 13.40 - Volta ao Mundo em 80 Dias (documental)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock



- 15.35 - Primeira Matinée - «Rio Bravo», real.
- 17.20 - Que Família (12º epis.)

- 18.00 - Regresso ao Passado
- 19.00 - McGyver (30º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo



- 21.00 - Kananga do Japão (16º epis.)
- 22.25 - Domingo Desportivo
- 23.55 - Controvérsias

RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu
- 18.05 - Vida Nova (18º epis.)
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - Grandes Processos Históricos (série, 1º progr.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra
- 21.35 - Artes e Letras - Aaron Copland
- 22.30 - Noite de Cinema - «Era Bom Que Estivesse Aqui», real. David Leland, (GBR/1987, 89 min.)
- 24.00 - Boletim Meteorológico

Segunda

RTP1

- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.15 - Primeira Matinée - «Quando a Cidade Dorme», real. John Huston (EUA/1950, 109 min.)
- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.45 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Tieta
- 21.15 - Ah, Uma Coisa do Outro Mundo
- 21.40 - O Preço Certo
- 23.00 - Só Sei o Meu Nome (3º epis.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 12.00 - Johnny Quest
- 12.15 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Musical - «1990»
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - A Terra (2º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Fora de Horas
- 19.00 - Ti-Ti-Ti
- 19.30 - Via Rápida
- 19.40 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas



- 22.30 - Bailado - «It Just Happened» (Fred Astaire/Ginger Rogers e o bailado na comédia musical dos anos 30)

Terça

RTP1

- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.20 - Primeira Matinée - «A Actriz», real. George Cukor, interpr. Spencer Tracy, Jean Simmons (EUA/1953, 90 min.)
- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mundo
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Tieta



- 21.15 - O Polvo (4º epis.)
- 23.00 - Alô, Alô
- 23.25 - 24 Horas
- 24.00 - Remate

RTP2

- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasma
- 12.25 - Curso de Alemão
- 12.40 - Filhos e Filhas



- 13.05 - Variedades no Teatro Apollo
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora Escolha
- 16.00 - Viajando pelo Mundo (18º epis.)
- 16.20 - Os Anderson
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Especial Desporto



Filmes

- «O Jardim Secreto» - 5ª, 14.30, RTP-1
- «O Herói Sacrifego» - 5ª, 23.00, RTP-2
- «O Inspector Geral» - 6ª, 14.25, RTP-1
- «48 Horas» - 6ª, 21.15, RTP-1
- «O Último Take» - sáb., 14.05, RTP-2
- «A Grande Muralha» - sáb., 15.30, RTP-1
- «O Uivo» - sáb., 00.10, RTP-1
- «Rio Bravo» - dom., 15.35, RTP-1
- «Era Bom Que Estivesse Aqui» - dom., 22.30, RTP-2
- «Quando a Cidade Dorme» - 2ª, 14.20, RTP-1
- «A Actriz» - 3ª, 14.20, RTP-1
- «Um Verão Com o Avô» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «Os Corredores da Montanha» - 4ª, 14.30, RTP-1
- «A Missão» - 4ª, 21.30, RTP-1

Música

- Quinta
- 19.25, RTP-2: Via Rápida

- Sexta
- 19.25, RTP-2: Via Rápida
- 23.15, RTP-2: Pop-Off

- Sábado
- 11.50, RTP-2: Forum Musical
- 13.40, RTP-1: Sinead O'Connor

- Domingo
- 09.00, RTP-2: Outras Músicas

- Segunda
- 19.45, RTP-2: Via Rápida

- Terça
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

- Quarta
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.35), 6ª (00.00), 2ª (00.30), 3ª (24.00), 4ª (00.20)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 22.15
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.55
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00
- Futebol - Grécia-Portugal - RTP-1, 4ª, 16.25

- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 22.00 - Cinemadois - «Um Verão Com o Avô», real. Hou Hsiao-Hsien (Japão/1984, 98 min.)

- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola



- 21.30 - Lotação Esgotada - «A Missão», real. Roland Joffé, interpr. Robert De Niro, Jeremy Irons (EUA/1986, 120 min.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

Quarta

RTP1

- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.30 - Primeira Matinée - «Os Corredores da Montanha», real. Michael Ritchie, interpr. Robert Redford, Gene Hackman (EUA/1969, 97 min.)
- 16.00 - O Corpo Humano (18º epis.)
- 16.25 - Futebol - Grécia-Portugal
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal



- 20.10 - Tieta

RTP2

- 12.00 - Os Centuriões
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.00 - Nono B (5º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Madeira - Cá entre nós
- 17.00 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Chanel (3º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções
- 22.00 - Joaquim Letria
- 23.30 - Especial Desporto

Teatro **O Cartaz**

LISBOA

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb., às 21.30, dom. às 16. **Muito Barulho Por Nada**, de Shakespeare, encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Ai Cavaquinho**.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb., às 21.30, dom. às 17. **Liberdade em Bremen**, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11.

De 3ª a sáb., às 21.30, dom. às 16: **Quem Tem Medo de Virginia Woolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa. - 5ª e 6ª às 19, sáb., dom. e 2ª às 22: **Terminal Bar**, de Paul Selig, encen. Carlos Fernando.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Politécnica, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb., às 21.30, dom. às 16. **Casa de Boneca**, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano.

Teatro S. Luís, R. António Maria Cardoso. **Sala Estúdio** - 6ª, sáb. e dom. às 19: **A Birra do Morto**, de Vicente Sanches, encen. Mário Viegas - Sáb. e dom. às 11: **O Regresso de Bucha e Estica**, encen. Mário Viegas - Sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16: **Três Actos de Beckett**, encen. Mário Viegas, interpr. Carmen Dolores e Mário Viegas

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. **A Grande Festa** (revista), encen. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom.

também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

Para crianças

LISBOA

Til, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **O Sabor dos Sonhos**, de Carlos Correia, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

PORTO

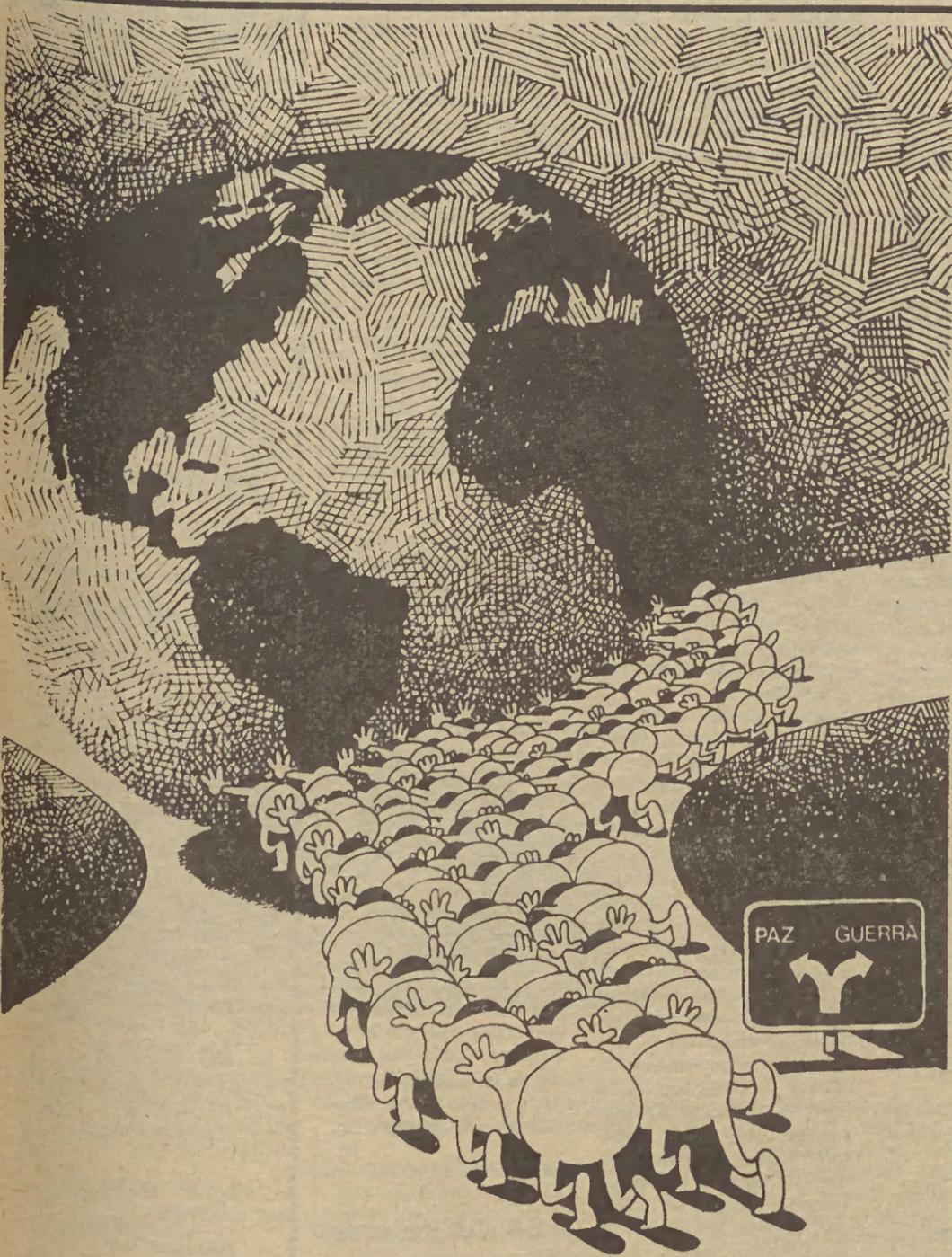
Auditério Nacional Carlos Alberto. De 3ª a sáb., às 21.45, dom. às 16. **História de Um Cavalo**, de Leon Tolstoi, encen. Norberto Barroca, pela Seiva Trupe.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	O Bobo	—	★★★	—	★★★
B	Cyrano de Bergerac	—	★★★	—	★★★★★
C	A Rapariga Indiscreta	—	★★	—	★★
D	O Sangue	—	★★	—	★★
E	Tudo Bons Rapazes	★★★	★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. José Álvaro Morais — King Triplex/2 (16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45), Sétima Arte (14.30, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Michael Verhoeven — Quarteto/3 (14.15, 16.15, 18.15, 20, 22, 24) — Lisboa.
- D — Real. Pedro Costa — Forum Picoas/1 (14, 16, 18, 20, 22) — Lisboa.
- E — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/4 (13.45, 16.30, 19, 21.45, 24), Quarteto/2 (14.15, 17, 20, 22.30) — Lisboa.



Exposições



«Papagaios de Papel: Pinturas no Céu» na Gulbenkian

LISBOA

António Dacosta, Botelho, Lurdes Castro - Tapeçarias segundo cartões inéditos. Galeria de Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J (até fins de Fevereiro)

Canto da Maia, Escultor. Palácio da Ajuda - Galeria de Pintura do Rei D. Luís. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1)

Colecção de Fotografias da SEC (Internacional). Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 3/3)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

Fernando Calhau - Objectos em ferro e néon. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais

Homenagem a Raúl Lino. Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo (até fins de Fevereiro)

Isabel Laginhas e João Antas - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2ª a sáb. das 9.30 às 20 (até 18/1)

João Salema e

José de Guimarães - Pintura e serigrafia. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34. Das 16 às 20

João Taborda - Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, Rua das Chagas, 17, 2ª. De 3ª a 6ª das 18.30 às 22.30 (até 30/1)

José Luís Tirado - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c (até 16/2)

José Pedro Croft - Escultura. Galeria Aida Cortez, Largo de Santos, 1. Das 15 às 20

Lima de Freitas - «Ilustrações na Literatura Portuguesa». Biblioteca Nacional, Campo Grande

Madalena Seixas - Aguarelas. Biblioteca Nacional, Campo Grande (até 31/1)

Manuel Filipe - Pintura. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41 (até 26/1)

Michel Bouvet - «Vive L'Affiche» (cartazes sobre temas e acontecimentos culturais). Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 9. De 2ª a 6ª das 9 às 20

Papagaios de Papel («Pinturas no Céu», colectiva internacional). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 3/2)

Rocha de Sousa - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 28/1)

Rosa Almeida - Escultura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42 (até 26/1)

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

António Bretaño Pestana - Pintura. Galeria dos Patudos (até 10/2), ALPIARÇA

Artur Bual - Pintura. Galeria Municipal, AMADORA

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

Pedro Calapez - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA

Cabrita Reis - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

Luz Maia - «3 Mundos», pintura e escultura. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 3/2), LOURES

Artur Bual e Alberto Peixoto - Pintura. Galeria Espiral, R. Cândido dos Reis, 90, OEIRAS

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

PORTO

Armando Aguiar - Pintura. Galeria Inter-Atrium, Av. Boavista, 1471, Lj.3 (até 2/2)

Eugénio de Andrade (exposição biblio-icónica). Galeria da Praça, Pç. da Liberdade, 66 (até 28/1)

Lurdes Robalo - Pintura; Dália Almeida - Tapeçaria. Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque (até 23/1)

Leonel Moura - «Amália», pintura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125 (inaugura sábado)

OUTRAS LOCALIDADES

António Pimentel - Pintura. Até 4/2, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANSIL

Tempo Fin de Semana

Céu geralmente muito nublado. Vento fraco de Leste, soprando moderado e por vezes forte no Algarve.

Possibilidades de aguaceiros nas regiões do Sul.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

...e ainda Música, debates, etc.

Música

Com um programa integralmente preenchido com obras de Mozart - Serenata em dó menor, K.388, e Missa em dó menor («Grande Missa») - tem hoje lugar às 18.30 no Grande Auditório Gulbenkian o segundo dos dois concertos dirigidos pelo maestro Frans Bruggen com a participação das sopranos Jennifer Smith e Nancy Argenta, do tenor Jamie MacDougall e do baixo Stephen Varcoe, e

ainda do Coro e Orquestra Gulbenkian.

Na terça-feira, na mesma sala e também ao fim da tarde, um recital de **The Nash Ensemble** com a cantora Sara Walker, que inclui igualmente obras de Mozart, assim como de Fauré, Ravel e Dvorák.

Finalmente: na quarta-feira às 18.30 apresentam-se num concerto único no Grande Auditório Gulbenkian os **Pequenos Cantores de Viena**.

Ballado

No Teatro da Trindade a **Companhia Nacional de Ballado** apresenta hoje às 21.30 e amanhã, sábado, às 18.00 um programa constituído por «Concerto Barroco» (Balanchine/Bach), «Variações Nostálgicas» (Armando Jorge/Rachmaninov) e «Napolí/Festival das Flores».

Este espectáculo será de novo apresentado na mesma sala na próxima semana - nos dias 25, 26 e 27

Ópera

Nos Coliseus de Lisboa e Porto o Teatro Nacional de S. Carlos promove a apresentação de **Il Trovatore**, de Verdi. A direcção musical é do maestro Michelangelo Veltri e a interpretação do Coro e Orquestra Sinfónica do TNSC e dos cantores Robert McFarland, Sharon Sweet, Fiorenza Cossotto, Stefano Algieri, entre outros.

No Coliseu dos Recreios o espectáculo realiza-se na segunda-feira às 20.30 e no Coliseu do Porto no dia 25 à mesma hora.

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES



«A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português».

edições **Avante!**

A DIFERENÇA DE UMA VISÃO CIENTÍFICA DO MUNDO

a TV

Cravos a sério e rosas de plástico

Noite das eleições. Previsão. Para Carlos Carvalhas, há a base de nove por cento.

Primeira entrevista, conduzida pela jornalista Olga Almeida, que faz alusão aos cravos vermelhos na Soeiro Pereira Gomes. Flores que não se viram noutras sedes — onde houve até quem cheirasse rosas... de plástico!

Pormenor do diálogo:

Olga — Vejo-o muito bem disposto. A tendência da percentagem é para subir?

C. Carvalhas — A tendência é para ficar bem disposto...

«O mais jeitoso...»

Mais tarde, já no fim da emissão, Álvaro Cunhal em entrevista que encerrou a noite de eleições, falava do êxito conseguido, êxito unanimemente reconhecido, diga-se de passagem. Houve até quem dissesse que, dos candidatos, Carlos Carvalhas fora «o único vencedor».

A que se devera tal êxito? Segundo Álvaro Cunhal, devera-se à linha política, à coerência de uma posição de esquerda bem definida, ao facto de os portugueses conhecerem e apreciarem o comportamento, a maneira de ser do PCP — mas também às qualidades pessoais do candidato.

Nada mais certo. A mim, como crítico de televisão, compete-me reconhecer que Carlos Carvalhas conquistou a sua posição eleitoral também porque conquistou a televisão.

A sua simplicidade, a sua firmeza não agressiva, a sua capacidade política mas também a sua capacidade de humor, a sua recusa em entrar no «faz de conta» que só serviu para obliquar a objectividade política, a sua postura diante das câmaras — tudo isso lhe grangeou uma adesão popular muito para além do significado percentual dos votos, certamente de forte projecção futura.

«O mais simpático», «o mais educado» e até «o mais jeitoso» foram expressões que, ao longo da campanha, ouvimos na televisão.

Não à banha de cobra!

Foi de facto muito valiosa a posição assumida por Carlos Carvalhas.

Os outros candidatos deram um festival de «eus». Eu faço, eu prometo, eu eu, eu penso... Eu, eu, apenas eu. Carlos Carvalhas nunca se colocou no poleiro da primeira pessoa. Falou sempre em colectivo. «Nós pensamos que...», «a minha candidatura pretende...»

Os telespectadores não são tolos. Percebem as coisas melhor do que alguns pensam. A banha de cobra pega cada vez menos.

Certas aparências iludem...

Mais uma vigarice

Permitam agora, caros amigos, que me debruce um pouco sobre a grande «vigarice» da noite.

Começemos pelo princípio.

A certa altura, José Eduardo Moniz anunciou uma sondagem... sobre as eleições legislativas com o pretexto de que, naquela noite, se falara muito nisso...

Ficámos a saber, por essa tal sondagem, que, se essas eleições se fizessem agora, o grande vencedor seria o PSD. Na adesão do eleitorado, Cavaco Silva era o maior. O confronto seria entre o PSD e o PS. Quanto ao PCP, ficaria reduzido a uns 7,9 por cento...

Incrível, avançar com uma «sondagem» precisamente no dia que assinalava o fracasso das «sondagens». De facto, os cinco por cento atribuídos a Carlos Carvalhas haviam-se transformado em treze por cento...

Os deputados João Amaral e Mariana Coissoró denunciaram a má-fé da inclusão da reportagem naquela noite. Na realidade, tratava-se de uma atitude que, no mínimo, há-de classificar-se como indecente.

Dado que se partia do pressuposto de que as ditas eleições se realizavam agora, vários analistas e comentadores lançaram-se em considerações procurando demonstrar quão pouco influíram nas legislativas os resultados das Presidenciais. Só que...

Só que a dita «sondagem» se realizara... antes das Presidenciais, e partir de Dezembro e com fecho em quatro de Janeiro...

A indicação passara em legenda, no decorrer da fita gravada, e a grande velocidade. José António Saraiva e Vicente Jorge Silva, bem como outros interpelados, não deram por isso e quando J. E. Moniz e o responsável do trabalho abriram jogo, o mal estava feito. Irreparável.

A gravidade do facto justificava imediato inquérito, para conhecer da má-fé ou da azelhece profissional.

Nada vai acontecer. Quem sabe se, pelo contrário, não haverá prémio...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Doze vírgula nove?!

«Surpreendente», «vitória da máquina» ou «surdez quanto aos acontecimentos do Leste» foram algumas observações que os comentaristas da imprensa diária fizeram na segunda-feira ao resultado obtido por Carlos Carvalhas nas eleições presidenciais da véspera. Conforme os interesses a defender por cada um dos comentaristas, lá se foram apresentando razões que aparentemente «justificariam» este resultado eleitoral.

«Timidez» e «dificuldades»...

(...) O actual Presidente foi reeleito com os votos do centro e da esquerda moderada. Mas não conseguiu outro objectivo declarado, que era o de chamar a si uma área significativa do eleitorado do PCP, reeditando parcialmente o feito de 1986. E, aqui, a grande surpresa chamou-se Carlos Carvalhas. O mais discreto e menos carismático dos candidatos, cuja timidez e dificuldades de comunicação eram notórias, acabou por fixar claramente o eleitorado do seu partido — ficou ligeiramente aquém dos resultados da CDU nas legislativas de 87 —, num momento em que, como se sabe, a conjuntura internacional era particularmente desfavorável ao PCP. O «low profile» do candidato acabou por funcionar positivamente, suavizando as arestas da ortodoxia comunista e esvaziando de significado político o movimento de dissidência de que o partido foi recentemente palco. Por outro lado, o «score» de Carvalhas compromete também algumas veleidades do PS relativamente à polarização do «voto útil» de toda a esquerda. A bipolarização ainda parece longe — e os comunistas, depois da tentativa de desvalorização política das presidenciais, encontraram com Carvalhas um novo e inesperado fôlego político. (...)

(Editorial do Público, assinado por Vicente Jorge Silva)

O núcleo «homogéneo»

(...) Carlos Carvalhas e Carlos Marques, visivelmente os menos candidatos de todos ao Palácio de Belém, cumpriram com a eficiência possível as missões a que se propunham — aproveitar os tempos de antena para denunciar as insuficiências sociais do regime, fixar eleitorados, eventualmente «rodar-se» a si mesmos, perante a opinião pública, para próximas batalhas político-eleitorais.

Talvez o que mais arriscou seja precisamente o candidato do PCP, que dispensaria o discutível benefício desta campanha, tanto aos olhos do eleitorado exterior como perante os seus próprios camaradas de partido. É mais difícil ser candidato a sucessor de Álvaro Cunhal, mesmo legitimado por este, do que a sucessor de Mário Soares, numa eleição como a de ontem,

Comparativamente, Carlos Marques tinha menos a perder. Mas se era de fixar eleitorado que se tratava, Carlos Carvalhas conseguiu-o, junto de um núcleo de militantes comunistas que se mantém notavelmente homogéneo apesar de tudo o que os dois últimos anos significaram para a sua zona política. (...)

(Editorial do Diário de Notícias)

O treino da «Máquina»

(...) Melhor sorte teve Carlos Carvalhas que, contrariamente a muitos vaticínios, conseguiu o excelente resultado de 12,9%, fazendo praticamente o pleno do eleitorado comunista tradicional e dando assim boa nota do recado encomendado por Álvaro Cunhal, o velho e sempre inteligente estratega do Partido Comunista.

Ao levar o seu candidato até às urnas, Cunhal tinha como objectivo usar esta eleição como forma de mobilizar o seu eleitorado natural, não o deixando órfão num momento que é de dúvida generalizada em todo o mundo da esquerda e no mundo comunista em particular. Deixar os eleitores à deriva poderia significar a sua perda para outras áreas políticas presentes nesta disputa, fenómeno tanto mais perigoso quanto está perto outro acto eleitoral de maior importância estratégica — as eleições legislativas. Ao fazer avançar o seu delfim — aparentemente sem grandes hipóteses de reeditar a euforia nas bases comunistas — Cunhal não cometeu afinal nenhum suicídio estratégico, antes pelo contrário, ganhava em toda a linha. Não só lançou e impôs Carvalhas como seu prolongamento na direcção do PC como treinou a máquina do partido para as legislativas que se aproximam, criando uma expectativa de bom resultado que retira definitivamente ao Partido Socialista de Jorge Sampaio a ambição de absorver uma fatia significativa do seu eleitorado, por qualquer efeito directo do que se passa no Leste da Europa e na URSS. (...)

(Comentário do Correio da Manhã)

«Grande beneficiário»

Qualquer que seja a leitura que se faça dos resultados do escrutínio eleitoral de ontem

(e pondo de lado, por gasta e, no caso presente, despropositada ideia de que «todos foram vencedores»), Carlos Carvalhas terá de surgir como o «grande beneficiário» deste sufrágio presidencial, em que conseguiu atingir metas que talvez até nem estivessem nos seus horizontes pessoais mas que por certo estava quanto aos seus reflexos no futuro próximo do PCP, nos anseios, mais que nos objectivos programados, dos comunistas ainda fiéis ao partido de Álvaro Cunhal.

E é aqui, nos benefícios evidentes e significativos recolhidos por Carvalhas para o PCP, numa fase de contestação interna e de deserção de algumas importantes figuras do seu valioso «naipe» de militantes, efectivamente representativas da «inteligentia» nacional, que se pode colocar uma questão pertinente, de solução apenas prevista para as próximas legislativas: De quem o mérito? Do candidato ou da «máquina» do partido?

Uma coisa é certa: Carlos Carvalhas, enquanto dirigente do Partido Comunista Português, trouxe para a campanha eleitoral, sem o mínimo desvio ideológico, um discurso diferente; isto é, libertou-se da «cassete». Primeiro mérito. O segundo, foi ter surgido «emancipado» da tutela de Álvaro Cunhal, que o apoiou, e não pouco, é certo, mas em termos que revelaram a preocupação de respeitar uma certa «autonomia» do candidato, o que, recorde-se, nunca chegou a acontecer (em 1976!) com Octávio Pato. O terceiro mérito de Carvalhas envolve, além da questão objectiva da segurança e, boa educação do seu discurso, a subjectividade de uma certa atracção física que lhe foi atribuída, com efeitos no eleitorado feminino — pormenor cada vez menos desprezível.

Seja como for, Carlos Carvalhas obteve, pelos resultados que atingiu, e que superaram, em termos de número de eleitores, o próprio eleitorado comunista estabilizado, a sua confirmação como número dois do PCP, abrindo ao partido perspectivas que, por certo, neutralizarão, pelo menos durante uns tempos, os «abalos» provocados pelos críticos da sua direcção «histórica» — e reforçarão a sua posição, «indiferente» perante as transformações que têm vindo a ocorrer no Leste. Mas duvida-se de que Carlos Carvalhas deseje que também esse «mérito» lhe seja atribuído...

(Comentário do Diário Popular)

«Só ele defende os trabalhadores»

(...) Dentro da escola, poucos arriscavam a influenciar ou gracejar sobre a votação dos outros. Limitavam-se a pequenos e insignificantes comentários: «Já votou? Vote bem, hem...» ou «então, veio cumprir os seus deveres republicanos?» Guardavam quase sempre para si a identidade do candidato em que tinham votado.

«Você não tem nada de saber», respondia-me um irritado votante, «gostava de estar a sair da sala de voto e perguntarem-lhe em quem votou?» Mas outros não escondiam as suas preferências: «Votei no Carvalhas», respondeu uma mulher, «só ele defende os trabalhadores». (...)

(Reportagem de o Público em Lisboa)

Damas

CCLXXXVII — 17 de Janeiro de 1991

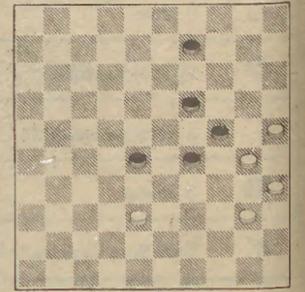
Proposição n.º 287

Por: Féraud

— ca. 1935

Pr.: [5]: 9-19-24-28-29

Br.: [5]: 25-30-35-38-40



Branças jogam e ganham

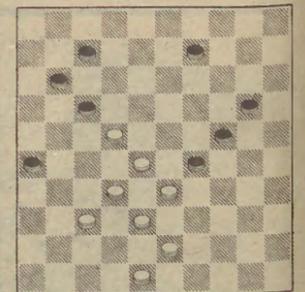
Golpe N.º 287

Por: Benedictus Springer

Tous les jeux, Ag. 1931

Pr.: [8]: 7-9-11-17-20-24-26-29

Br.: [8]: 22-28-32-33-37-38-43-48



Branças jogam e ganham

Soluções do N.º CCLXXXVII

N.º 287 (F.): 1. 25-20, (24×15); 2. 30-24, (29×20); 3. 38-33, (28×39); 4. 40-34, (39×30); 5. 35×4=D+

Golpe N.º 287 (B.S.): 1. 28-23, (17×39); 2. 23×34, (39×30); 3. 37-31, (26×28); 4. 38-33, (28×39); 5. 43×3=D

A. de M. M.

Xadrez

CCLXXXVII — 17 de Janeiro de 1991

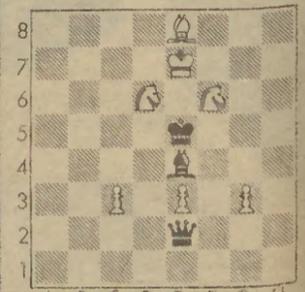
Proposição n.º 287/A

Por: Wolfgang Pauly

V. 3301 Schweiz Schachzeitung, Maio/1920

Pr.: [3]: B64-D62-R65

Br.: [7]: Ps.ç3, e3, g3-Cs. d6, f6-B68-R67



Mate em 4 lances

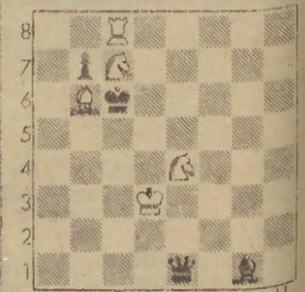
Proposição n.º 287/B

Por: T.B. Gorgiev

Ceskoslov. Sach, 1930

Pr.: [4]: P67-Bq1-D61-Rc6

Br.: [5]: Cs.ç7, e4-Bb6-Tç8-Rd3



Branças jogam e ganham

Soluções do N.º CCLXXXVII

N.º 287/A — (W.P.): 1. Bd7, Bg6; 2. Bç5, B68; 3. C64 e g.

— Se: 1. ..., Bd5; 2. Bç8, Bg6; 3. Cd7+, Rd5; 4. Bb7+

— Se: 1. ..., Da2; 2. ç4... ++ N.º 287/B (T.B.G.): 1. Cd5+, R:d5; 2. Cf6+, R66; 3. T68+ R:16; 4. Bd8+, D67; 5. T: 67, B66; T68+ R:7; 7. Th8, Rg7; 8. Bf6+ e g.

A. de M. M.

strofe SO

que exige a sua retirada dos territórios árabes ocupados?

Há de facto dois pesos e duas medidas. É evidente que não basta o simples mecanismo de uma organização como é a ONU e do Conselho de Segurança como seu executivo, para que estas questões se resolvam. Aquilo a que estamos a assistir neste momento é de facto à instrumentalização do Conselho de Segurança pelos interesses estratégicos dos EUA.

Av. - Não estás com essa argumentação a minimizar o significado da invasão do Kuwait?

MUR. - O significado da invasão do Kuwait não deve ser minimizado. A agressão do Iraque, independentemente das suas motivações, justifica o protesto e a condenação. É verdade que o Kuwait foi inventado pela Inglaterra para servir os interesses do imperialismo britânico. Posteriormente, aquele país sobreviveu para benefício do imperialismo americano, das transnacionais do petróleo e de um emir e meia dúzia de famílias. Mas ao ocupar

porque foram os EUA quem concebeu esta guerra e para ela empurraram o mundo - é esmagadora e se a lógica funcionar a resistência do Iraque não deverá ser prolongada. Mas a lógica nem sempre funciona nestes casos. Segundo Dan Quayle, vice-presidente dos EUA, o ataque americano será devastador e a vitória imediata. Mas o Vietname ensinou aos generais do Pentágono que na guerra nunca há certezas. Se as armas falarem e o Iraque não for derrotado em poucos dias a frente interna dos EUA abrirá rimbos enormes. O povo norte-americano está também contra a guerra. O debate no Congresso e a votação no Senado foram esclarecedores do estado de espírito da opinião pública.

Av. - E se apesar disso houver mesmo guerra?

MUR. - Se os canhões dispararem no Golfo o resultado da opção de Bush será uma soma de desastres infinitamente maior do que os males decorrentes da ocupação do Kuwait pelo Iraque.



Domingos Lopes

um território de um Estado artificial o Iraque tripudiou sobre princípios do direito internacional, violou a Carta da ONU e desafiou a ordem mundial vigente.

A reacção dos EUA configura, porém, uma atitude farisaica e ainda mais amoral do que a iraquiana.

Av. - Porquê?

MUR. - Porque, simulando assumir a defesa de princípios éticos e jurídicos, Washington começou por se antecipar às Nações Unidas quando enviou tropas para a Arábia Saudita. Desde então, apresentando-se, sem procuração, como porta-voz da ONU, os EUA fizeram tudo o que podiam para fechar a porta a uma solução negociada.

Na guerra não há certezas

É óbvio que o Iraque não tem condições - e os senadores Sam Nunn e George Mitchell salientaram essa evidência - para resistir por muito tempo às sanções económicas da comunidade internacional. Seria forçado a ceder. E, apesar disso, o Governo Bush prefere a guerra.

A superioridade militar dos EUA -

só a complexa estratégia da Casa Branca. Os EUA encontram-se no limiar de uma recessão (já reconhecida pelo seu presidente) que ameaça abalar os alicerces económicos e portanto sociais da grande República. Em vez de olharem para dentro e arrumar a casa, Bush e o seu *brain trust* insistem, com o apoio do complexo militar-industrial, numa estratégia de dominação (agora sem a oposição da URSS) na qual pesam decisivamente os interesses de gigantescos grupos transnacionais. Os EUA teimam em reservar para eles o papel de gendarme do mundo.

É uma política inaceitável que somente pode produzir resultados funestos para a humanidade.

ONU posta à prova

DL. - Penso que este problema da indivisibilidade do direito internacional é particularmente importante.

Talvez valha a pena lembrar que quem habituou o mundo a desrespeitar as resoluções das Nações Unidas foram os EUA. Agora, numa determinada correlação de forças e perante um facto muito concreto, os EUA aparecem como os seus maiores defensores.

Mas para além deste aspecto, o que é importante é ver como se encara esta correlação de forças: se de uma forma dinâmica, se de uma forma estática. Penso que a comunidade internacional, a opinião pública mundial, a luta dos povos, pode desempenhar um papel activo em favor da paz. Repare-se que o Conselho de Segurança decidiu permitir o uso da força a partir de uma certa data, mas não encarregou ninguém de declarar a guerra. Os EUA não têm mandato nenhum, nem do Conselho nem da Assembleia Geral da ONU, para declarar a guerra. É o comité militar do Conselho de Segurança que deve decidir a forma, o método e a declaração de guerra.

Não são os EUA que têm legitimidade para no dia x e à hora y desencadear a guerra. Se o fizerem estarão completamente fora da legalidade.

O Miguel apontou uma questão importante ao referir as votações na Câmara dos Representantes e no Senado para dar autorização a Bush para declarar a guerra; no Senado, o resultado foi de 52 votos a favor e 47 contra, o que dá bem a medida das diferenças que existem a nível interno sobre esta questão.

Penso também que de alguma forma a ONU vai ser posta à prova nesta crise e que da forma como ela se desenrolar dependerá muito o seu papel no futuro. Se conseguir manter uma posição de defesa do que é o seu primeiro artigo - a resolução pacífica de todos os conflitos - pode reforçar o seu prestígio; mas se vai permitir que os EUA se utilizem dela para aplicar a sua política imperial, protegendo uns e penalizando outros (caso da Palestina, Timor, etc.), então creio que a ONU vai ser posta em causa.

JA. - Nós acabámos por avançar no debate e estamos já a ver se há um caminho para a paz. Eu acho que é indiscutível que há um caminho para a paz e sublinho o que disse o Domingos a esse respeito: a ONU não decretou nenhum dia para a guerra. Há que procurar um caminho para a paz enquanto houver uma fresta, e essa fresta existe. Desde logo, passa pela conferência internacional sobre o Médio Oriente. Mas esse caminho existia desde o início e não houve o que parte do Conselho de Segurança e dos seus cinco membros permanentes capacidade ou vontade política para impor essa ligação dos problemas. Ao ser votado o recurso à força, nenhum dos membros permanentes utilizou o seu direito de veto. É dessa forma que se chega à situação actual.

Av. - Não é apenas o petróleo...

MUR. - O petróleo é um factor importantíssimo, mas não explica por si

Creio que todos os esforços devem ser feitos, por todos, para abrir o caminho para a paz; já se falou bastante da prática dos EUA, pelo que não vale a pena repetir. Mas saliento que também seria necessário que Saddam Hussein desse um sinal de estar empenhado na paz.

A propósito, recorde uma entrevista dada em 14 de Setembro último pelo irmão do rei Hussein da Jordânia, em que a dado passo afirmava: «Não nos podemos dar ao luxo de não ouvir os comunicados de Bagdad». Ora, penso que se pode dizer que todos nós temos ouvido, com toda a atenção, os comunicados de Bagdad, mas o que não descortinamos é uma palavra, uma que seja, que abra a fresta para a solução pacífica do problema.

A ideia de extremar o conflito, pensando nas fragilidades da opinião pública americana ou nas fragilidades do Senado americano, pensando nas possibilidades de divisão entre a frente norte-americana e a frente europeia, ou pensando que a deflagração do conflito vai fazer alterar a posição dos países árabes se colocados em confronto com Israel, é para mim jogar o jogo da morte.

Responsabilidades

MUR. - Chamou-se aqui a atenção para um aspecto muito importante: os EUA, que neste momento tanto invo-

cam as resoluções da ONU, estão na fronteira da mais perigosa violação das resoluções aprovadas.

Não tenho falado do Saddam Hussein porque me parece óbvio que ele merece a condenação universal e tem sido alvo dela. Mas neste processo ele funciona como um catalisador. Por isso creio que não podemos colocar em pé de igualdade os erros, as irresponsabilidades, o crime cometido, a violação do direito internacional, o desafio à ordem feito pelo Saddam Hussein, e as responsabilidades do Presidente Bush, que representa um país com outra dimensão e com outra influência.

Ou seja, para minorar os efeitos da acção de Hussein, para restabelecer a ordem internacional, a humanidade está a correr o risco de ser cometido um crime cujos efeitos são infinitamente maiores. Há dias, o director da revista «Der Spiegel», num interessante artigo publicado no «Diário de Notícias» que faz duras críticas ao Saddam Hussein, lembra a atitude de Bismark que evitou uma guerra num momento que podia ter precipitado várias guerras europeias; a propósito cita o comentário de Bismark: «ai do homem de Estado que não pensa se o argumento que justifica uma guerra também continuará a ser válido depois dessa guerra ter terminado».

É evidente que se os EUA desencadear acções que sejam de legalidade duvidosa e condenadas por outros membros - as tropas francesas, segundo foi dito, não participarão num ataque ao Iraque, tal como o Egipto e a Síria - pode-se estabelecer um grande caos em toda aquela região. Se tal acontecesse, em nome do prestígio das instituições internacionais, o que se veria seriam acções que contribuíram para o seu desprestígio.

JA. - Tenho a opinião de que o Iraque partilha da responsabilidade da



Miguel Urbano Rodrigues

crise e nesse aspecto discordo do Miguel...

MUR. - Não disse o contrário, acho que o nível de responsabilidade é que é diferente.

Os meios para a paz

JA. - Por isso digo que as autoridades iraquianas também têm de dar um sinal para evitar a guerra.

Um outro aspecto que vale a pena sublinhar é o que se refere aos meios para o conseguir. A ONU decretou um embargo, de que pouco ou nada se fala actualmente. E não se fala porque a ONU subiu a parada ao permitir o uso da força.

A ONU decretou um embargo que tem carácter obrigatório para todos, embora nem todos os países membros estejam obrigados a deslocar forças para a zona para aí fazer cumprir o embargo, todos os países estão obrigados a fazer limites ao comércio que têm com o Iraque, impedindo o comércio dos produtos que fazem parte da lista aprovada. Este embargo tem que produzir efeitos. O Iraque é um país

Aqui é que se coloca a questão. Nós esperamos até ao último minuto que





Nunca mais!

Tudo em defesa da Paz!

Afinal, foi a guerra

O dia de quarta-feira estava a chegar ao fim quando cheguei a casa a sonhar com um bom banho quente e uma leitura repousante antes de mergulhar no sono.

Horas a fio sentada ao computador a trabalhar na mesa-redonda sobre a crise no Golfo dá cabo das costas de qualquer um. Horas e horas a escrever sobre um conflito iminente, consciente da sua gravidade e convicta da sua não inevitabilidade, estão longe de ser a melhor forma de aliviar tensões.

E apesar de tudo a esperança, naquela noite de quarta-feira, de que o dia seguinte seria um outro dia e que os caminhos da paz não estavam ainda encerrados.

Dramática ironia. O gesto quase automático de ligar o rádio, já na cama, antes de mergulhar no sono, tornou-se desta vez num despertar cruel. Passava das onze horas. Em catadupa, colegas de profissão diziam do outro lado do fio que a guerra começara!

Em directo de Bagdad o som do bombardeamento invadiu-me a casa.

A milhares de quilómetros de distância sinto a angústia terrível da guerra.

Na televisão as notícias repetiam-se.

Correspondentes e enviados especiais nos vários países da região atropelavam-se com informações e comentários, numa gigantesca campanha informativa, reflectindo toda a excitação do momento. Nem sempre com lucidez, nem sempre com coerência.

Pergunto-me de repente quem deu a ordem para atacar. Em lado nenhum ouço qualquer referência ao comité militar do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a única entidade com legitimidade para o fazer, como de resto se afirma na mesa-redonda que hoje publicamos e cuja actualidade se mantém na íntegra porque embora a guerra tenha deflagrado a verdade é que não se esgotaram os caminhos da paz.

Tudo indica que foram os EUA a declarar a guerra. Sem mandato para tal. Uma questão que não poderá ser ignorada quando as armas se calarem.

A noite é de angústia.

O mundo tem razões para estar preocupado. Uma vez mais os homens não souberam ou não tiveram vontade bastante para impedir a guerra. A convivência pacífica continua a ser um sonho. Possível, mas distante.

■ Anabela Fino

com 17 milhões de habitantes, que não pode viver em regime de auto-suficiência, que necessita das divisas que actualmente não recolhe e do comércio internacional para adquirir os produtos que actualmente não consegue comprar.

Av. - Há quem afirme que seriam precisos pelo menos dezoito meses para o embargo dar resultados. A pergunta óbvia é porque é que não se espera?

JA. - Suponhamos que é necessário esse tempo. Não valerá a pena esperar? Eu penso que sim. Quando se decretou o embargo sabia-se que haveria que esperar até que se produzisse efeitos. E seguramente nem demoraria tanto tempo; a nível das próprias forças armadas, o embargo pode não estar ainda a produzir efeitos mas vai seguramente produzi-los dentro de algum tempo. Também há quem afirme que há um momento a partir do qual o Iraque já não poderá fazer guerra nenhuma. Portanto, cabe perguntar porque é esta precipitação, a quem é que ela interessa?

Refiro isto para salientar que este caminho do embargo não está esgotado e devia sê-lo. Mesmo em matéria de meios militares deslocados para a região, no que se refere aos países da Europa, cabe lembrar que esses meios são os adequados para fazer cumprir o embargo e não para intervenção em eventual batalha. A ocorrer, segundo tem sido dito, essa batalha será aereoterrrestre; os únicos países da área NATO que dispõem de meios para essa eventual batalha são os próprios EUA, a Inglaterra e em muito menor grau a França. Nenhum dos outros países tem esses meios, mas sim os destinados ao cumprimento do embargo.

O embargo é um caminho para a paz que deve ser explorado. É inadmissível que o não seja.

MUR. - A propósito, cito aqui o senador americano Sam Nunn que, sobre o embargo, afirmou, criticando o Presidente Bush: «se houver guerra nunca poderemos saber que consequências teria produzido o embargo».

DL. - O Iraque contraiu uma responsabilidade na nação árabe que é histórica. Até ao momento, ainda nenhum país do Terceiro Mundo, salvo o caso da Indonésia em relação a Timor, tinha anexado outro país. E isto quando na região problemas tão sérios como o palestino continuam por resolver e o povo árabe tem pela frente um inimigo poderoso como é Israel.

Mas acho que essa responsabilidade do Iraque, pequena potência regional, é apesar de tudo diferente da responsabilidade dos EUA, grande potência mundial, cuja presença na Arábia Saudita está ainda por explicar, sobretudo tendo em consideração as diligências diplomáticas que estavam a ser feitas a nível árabe.

Estou completamente de acordo com os camaradas no respeitante ao embargo. Mesmo que fosse preciso esperar dezoito meses, que custos seriam esses comparados com os custos de uma guerra? Seriam precisos 400 mil soldados para fazer cumprir o embargo?

Há que reconhecer que a posição dos EUA não é muito clara.

Incógnitas

JA. - A posição dos EUA é tão pouco clara que não se sabe se pensam sair da zona, nem tão pouco se lhes bastaria que o Iraque retirasse do Kuwait, isto é, se reclamam mais; se reclamam que as forças armadas do Iraque fossem reduzidas a um nível que os EUA considerassem aceitável.

DL. - Acho que o embargo seria uma medida mais do que eficaz, uma

medida até moralizante, que iria permitir equacionar problemas já abordados no início e que são centrais quando se fala dos meios para uma saída política. O confronto, a existir, vai potenciar todos os conflitos gravíssimos que existem agora a níveis inimagináveis. Por exemplo, as matérias-primas da região ficam com quem? Se elas já são um factor de tensão social por estarem na posse de reinos, emirados, sultanatos, em desprezo completo por todos os povos árabes e para permitirem investimentos em Zurique ou em Londres, imagine-se se passarem para mãos de ocidentais...

E a segurança da região, os problemas libaneses, palestinos e outros?

Estes são problemas de que devemos ter consciência, tal como de que com uma solução militar tudo será agravado.

Será que os EUA, que sabem tudo isto muito melhor do que nós, não querem mesmo provocar uma tal situação?

Av. - Afésta uma questão que se pode relacionar com a dívida externa norte-americana em crescimento, com a situação de estagnação em perspectiva em que se encontrava a indústria de defesa dos EUA, com a necessidade de controlar a política petrolífera...

A armadilha

MUR. - Antes disso gostaria ainda de fazer uma referência à forma como os EUA foram tão rapidamente para a Arábia Saudita, tema de resto muito focado pela imprensa norte-americana. Importantes revistas como a «Time» e a «Newsweek» falaram daquilo que designam por «teoria da armadilha». Cito o facto sem comentários, porque não quero fazer especulações. Publicaram declarações de um membro do conselho de segurança nacional dos EUA, conselheiro pessoal de Bush, que visitou o Iraque semanas antes da anexação do Kuwait. Segundo aquelas revistas, este responsável terá deixado implícito em conversas com Hussein que os EUA ficariam impassíveis ante uma hipótese de convulsões no Golfo. Quando depois se verificou a invasão do Kuwait, esse mesmo responsável, cujo nome veio publicado, terá tido o seguinte comentário: «os iraquianos estão onde nós queríamos que eles fossem».

A isto chamam a teoria da armadilha.

Quanto à questão agora colocada, é evidente que se pode fazer a ponte com a crise do Golfo. Os EUA atravessam uma crise profundíssima, têm a maior dívida externa do mundo, a banca americana está a abrir falências em cadeia, deixaram de ser o primeiro exportador mundial para passaram para terceiro lugar, deixaram de ser o primeiro investidor para passarem a ser o terceiro (atrás do Japão e da Alemanha), etc. É evidente que estamos perante o desespero de uma grande potência militar e de um país cuja economia está de péssima saúde.

Consequências para Portugal

Av. - E se houver guerra? Que consequências para Portugal? O Governo afirmou que o país não se envolveria militarmente no conflito, a menos que a Turquia, membro da NATO, fosse atacada.

JA. - A participação de Portugal numa guerra, por força da nossa condição de membro da NATO, não é verdadeira. Portugal, por pertencer à NATO, não está obrigado a participar na guerra; aliás, a NATO, como tal, não pode participar na guerra do Iraque. O que tem sido colocada é a possibilidade de a Turquia ser atacada e, nesse caso, os membros da Aliança estariam obrigados à sua defesa.

Devo dizer que será realmente espantoso se o Iraque, além de atacar Israel, a Arábia Saudita e sabe-se lá que mais, ainda tenha força para atacar a Turquia. Em tantos azimutes ainda é capaz de conseguir o círculo de quatrocentos graus!

Se isso sucedesse - e tanto quanto se sabe - a NATO tem planos que envolvem forças que não incluem Portugal. Não vejo por isso qualquer possibilidade de a questão de Portugal participar face a eventual ataque à Turquia se venha a colocar.

Se se colocar, então isso terá de ser decidido pelos órgãos de soberania portugueses.

Mas esse é apenas um aspecto. Outro é o dos efeitos económicos de uma guerra. Tem sido dito que os efeitos serão relativamente suportáveis pelas economias dos países ocidentais e que não haverá nenhuma crise; que mesmo que o preço do barril de

petróleo dispare as economias poderão aguentar e não haverá uma recessão tão grave que atinja as questões de fundo...

Av. - As pessoas parecem não acreditar. Já há notícias de bombas de gasolina esgotadas, corridas aos supermercados...

JA. - Não vou falar dessas reacções, que se calhar são naturais. Vou falar do que se passará realmente. E tenho as máximas dúvidas de que as consequências sejam tão ligeiras como isso. Naturalmente que as consequências serão pesadíssimas para os países que não são produtores de petróleo, como é o caso de Portugal.

Para um país não produtor, com reservas muito limitadas, que vai ter de comprar no mercado internacional todo o petróleo de que necessita, as consequências sobre a economia vão ser devastadoras. Essa é uma questão que tem sido sonogada à população.

MUR. - Sobre esta questão, importa salientar que não há nada nas resoluções políticas aprovadas pelo Conselho de Segurança que implique a participação portuguesa na guerra do Golfo, nem nada que justifique o envio do navio S. Miguel para o Golfo ou da fragata para o Mediterrâneo. Aqui há uma confusão entre o discurso em torno da solidariedade para com os nossos aliados e os actos. O ministro dos Estrangeiros dizia há dias, a desculpar-se, que Portugal tem um envolvimento mínimo e que pela Base das Lajes passaram menos de 10 por cento do

material que transitou pelas bases espanholas e muito menos do que pelas bases italianas. Isso para nós não é consolação nenhuma.

A questão está bem posta no documento da Comissão Política do Partido, ao defender que se mantenha Portugal fora da guerra, não apenas não enviando tropas mas também não envolvendo Portugal de maneira nenhuma, de forma a não sermos co-responsabilizados por uma hecatombe que possa ocorrer naquela zona.

Em defesa da paz

DL. - O que foi dito é também válido para os acordos com os EUA; não é por haver esses acordos que, por decisão unilateral dos EUA, eles podem utilizar a Base das Lajes quando entendem. A soberania portuguesa não acaba com esses acordos.

O não envolvimento significa que Portugal deve ter uma posição muito própria, muito autónoma, muito de acordo com os interesses nacionais, com o seu futuro relacionamento com todo o mundo árabe, com toda a comunidade internacional.

Qualquer decisão do Governo português nesta matéria exige uma grande responsabilidade e uma grande solidariedade entre os vários órgãos de soberania.

JA. - Como sempre acontece, muito ficou por dizer neste debate. Mas para finalizar, quero sublinhar que o papel de Portugal tem sido bastante negativo em toda esta crise. As facilidades concedidas representam um enorme encargo político-militar e diplomático a que o país não estava obrigado e que envolve Portugal de uma forma que os portugueses não querem. Por outro lado, os passos que estão a ser dados representam de alguma forma um envolvimento de Portugal, que se está a processar à margem do quadro constitucional definido. O país não pode, como está a suceder, ser envolvido numa escalada de pequenos passos num sistema que conduz à guerra sem que os órgãos de soberania discutam e apreciem a questão tal como a Constituição obriga, e designadamente a Assembleia da República. Esse debate na AR é inadiável.

Para além disso, Portugal, por razões da sua própria história e da sua localização geográfica, tinha todas as condições para ser, no bloco dos países ocidentais, um país com uma política particularmente activa de pontes para a paz. Um país que tem fácil relacionamento com o mundo árabe, que tem excelente relacionamento com um vasto conjunto de países africanos e do Terceiro Mundo, que até por não ser uma potência tem todas as condições para ter um relacionamento fraterno que permitiria aprofundar o diálogo. Portugal não tem aproveitado estas condições e é pena que não esteja a dar a contribuição para a solução pacífica que podia e tinha todas as condições para dar. ■

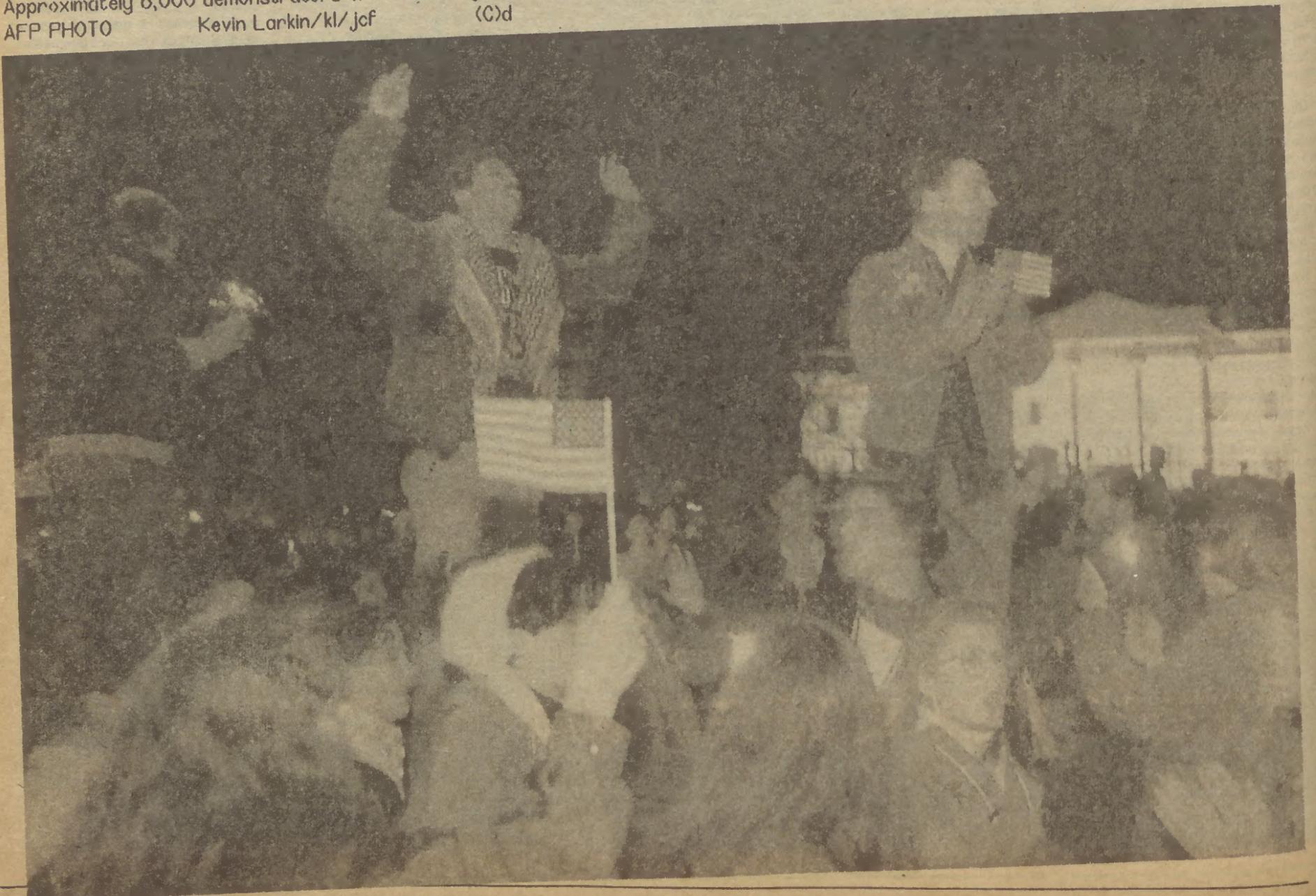


ORD03-14 JAN 91-CHICAGO: Police drag off an anti-war protester after she joined with hundreds of demonstrators blocking a courtown street. Approximately 50 people opposed to a possible Persian Gulf war were arrested 14 Jan.
EPA PHOTO AFP/Eugene GARCIA/ag/jcf (C)zX0960

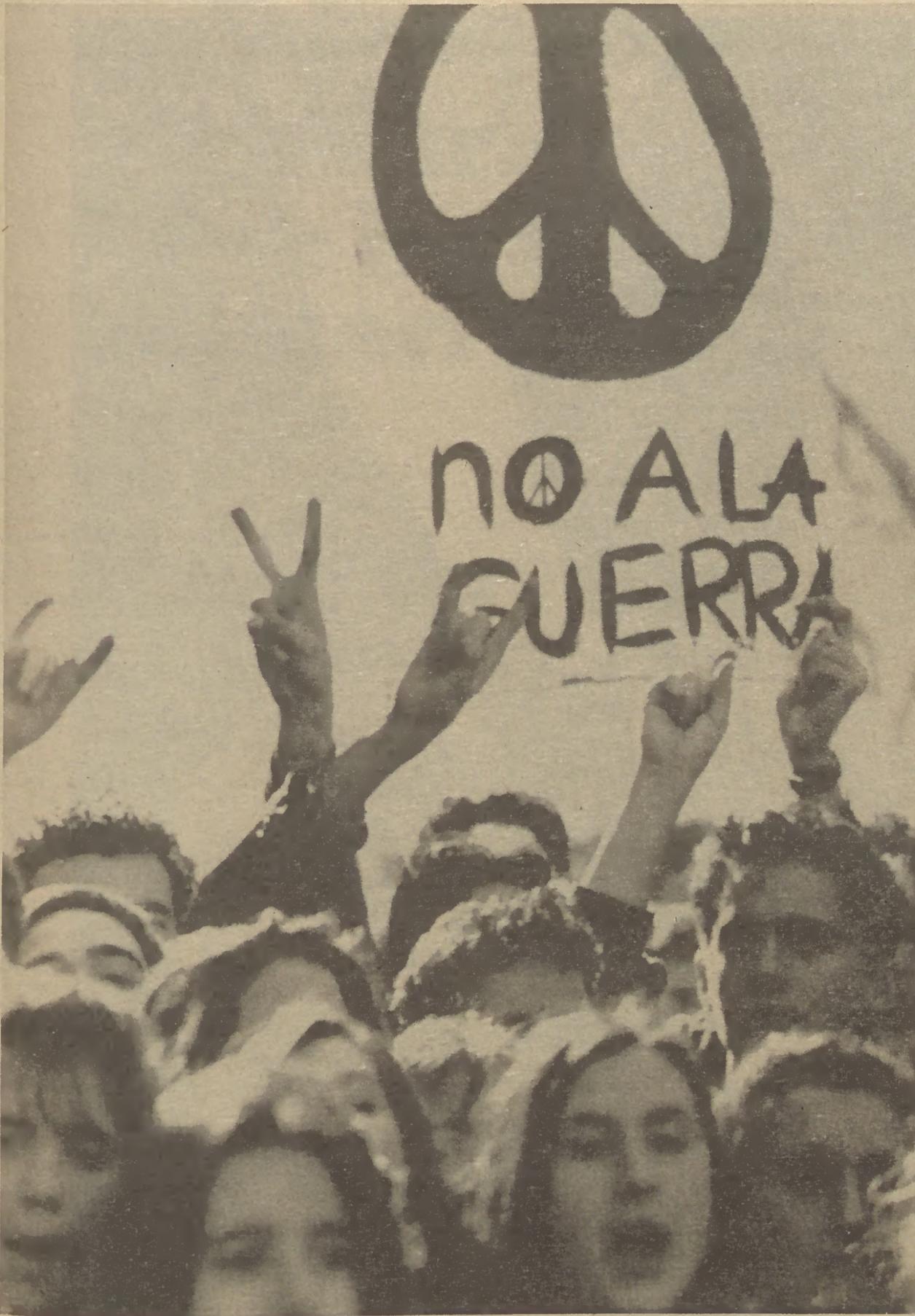


Sim à paz!

DCA09-14 JAN 91-WASHINGTON: Peace activists shout anti-war slogans 14 Jan during a candlelight vigil in front of the White House. Approximately 6,000 demonstrators of various organizations called for peace in the Persian Gulf.
AFP PHOTO Kevin Larkin/kl/jcf (C)d



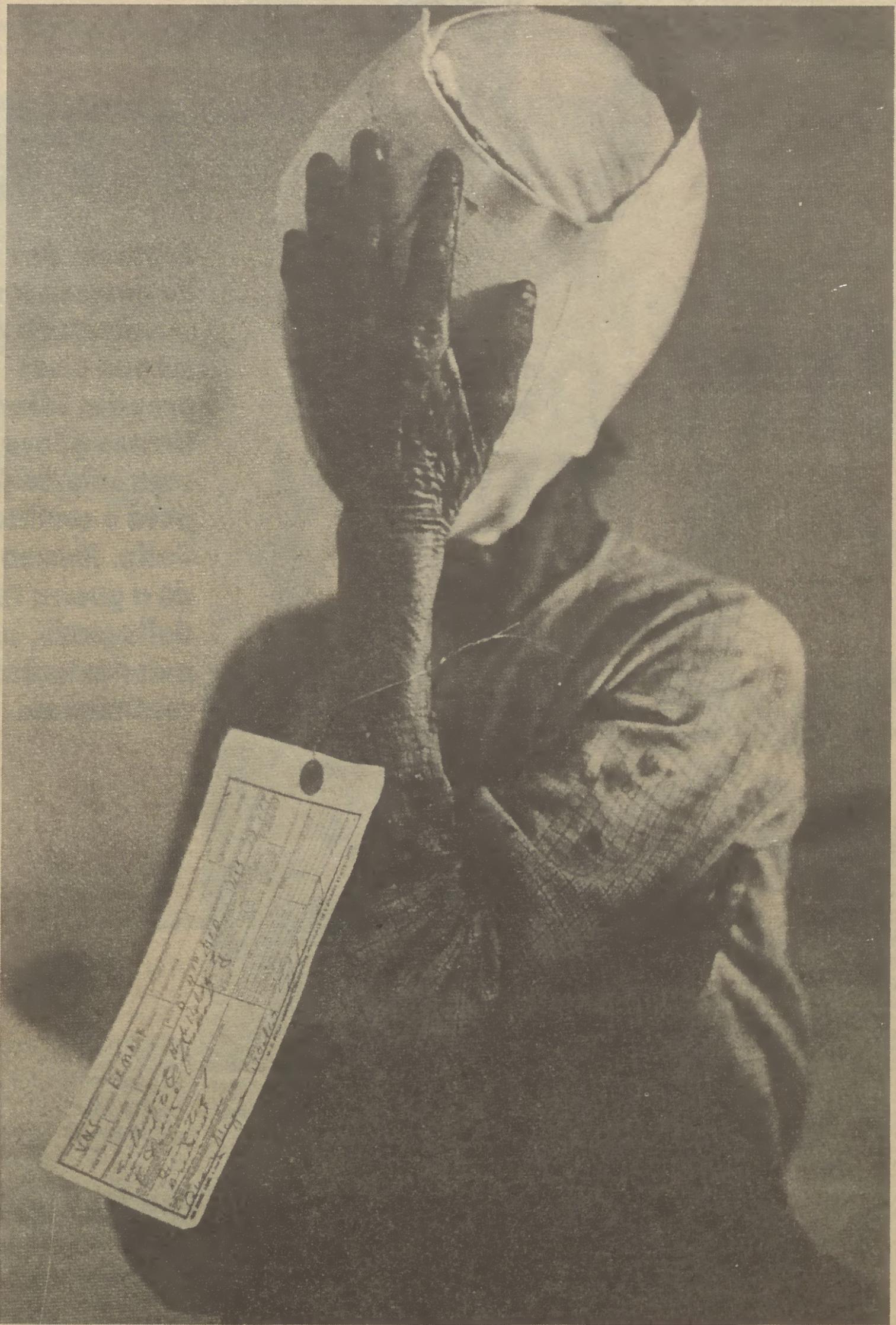
MD15-15JAN91-MADRID: Some 20,000 demonstrators gather for a peace march called by two dozen youth organizations 15 Jan. Police reported that many of the youth took to the street causing heavy damage to area property. Sign reads no to war.
EFE/Barrilopedro/lui
EPA PHOTO



Centenas de milhar de pessoas têm-se manifestado na Europa e nos próprios Estados Unidos a favor de uma solução pacífica para o conflito no Golfo. Mesmo depois de a guerra ter deflagrado, as manifestações continuaram

FRANKFURT, JAN. 13-- PROTESTS HI HIK BHSE-- Demonstrators hold up a banner with the slogan "No Blood for Oil," left, and a peace dove, center, during a rally of about 5,000 people in front of the main gate of the U.S. air base in Frankfurt Sunday, protesting against a possible breakout of war in the Gulf. The Frankfurt air base is the main link in Europe to the Gulf for U.S. forces. (AP-WIREPHOTO) (FRU11440/STR/HANS EDINGER) 1991





Nunca mais!

Tudo em defesa da Paz!

O Iraque, cenário de incontáveis guerras

O território do actual Iraque é talvez a área do mundo onde mais guerras irromperam desde que as primeiras cidades criadas pelo homem há quatro milénios surgiram nos vales do Tigre e do Eufrates, os dois rios tutelares da região.

Cenário dos primeiros confrontos armados entre sunitas e xiitas, no alvorecer do Islão, foi ali também que em 1916 um corpo expedicionário britânico capitulou em acontecimento mal conhecido e quase sem precedentes na história militar inglesa.

As guerras mais longínquas de que a humanidade tem notícia eclodiram entre cidades da Suméria, antes do apogeu da Babilónia e da expansão do Estado Assírio que durante séculos actuou como a potência mais agressiva da Ásia Ocidental.

No século VI antes da nossa Era, os aqueménidas persas, na sua marcha para Ocidente, tomaram Babilónia, no Eufrates, e puseram fim ao chamado cativeiro dos judeus. Houve então um prolongado período de paz. As guerras recomeçaram, porém, com a invasão de Alexandre, o primeiro conquistador vindo da Europa.

Destruido o poder persa, os gregos espalharam-se como torrente pela Ásia Central e levaram a sua língua e cultura até às fronteiras da China e ao noroeste da Índia, onde cidades greco-bactrianas sobreviveram, isoladas do mundo mediterrânico, até ao início da nossa Era. A presença helenística animou o Golfo e mudou naquela vastidão o sentido e o rumo da vida para muitos povos. Mas 400 anos depois, quando o imperador Trajano, comandando as legiões de Roma, atingiu o Tigre, Seleucida, a capital fundada por um general de Alexandre, já era uma cidade quase desabitada.

Roma encontrou um duríssimo adversário no reino da Pártia. Esse povo havia derrotado os sucessores de Alexandre. Trajano ambicionava estender as fronteiras imperiais até à Índia, retomando o sonho ecumé-

nico do general macedónio. Para o poder romano o domínio do Shat-el-Arab, nas portas do Golfo, era indispensável porque condicionava o acesso a uma das suas rotas marítimas do Oriente. Da permanência imperial no Tigre e no Eufrates dependia em grande parte o comércio (e o preço) dos artigos de luxo produzidos na China e na Índia. A navegação pelo Golfo encurtava a rota marítima para a Índia (a outra era a iniciada no mar Vermelho) e permitia evitar a perigosa Estrada da Seda através dos desertos e montanhas da Ásia Central controlados pelos partos e pelos kushans.

O sonho, contudo, não se materializou. A Mesopotâmia foi sempre um sorvedouro de homens e dinheiro para o maior império da Antiguidade. As legiões romanas avançaram por três vezes até Ctesifonte, a capital do reino dos Partos. Tomaram e saquearam a cidade, mas não conseguiram manter-se ali. As retiradas foram sempre desastrosas; os romanos não foram capazes de encontrar soluções adequadas para neutralizar a cavalaria pesada parta e as incursões dos arqueiros vindos de fortalezas inexpugnáveis como Hatra.

Quando, no século III, a poderosa monarquia dos Sassânidas persas sucedeu aos partos no domínio dos grandes rios, as derrotas de Roma assumiram uma feição catastrófica, acelerando a ruína do Império. Um imperador, Valeriano, foi preso e o rei persa, Shapur, fez dele um escravo (subia para o cavalo usando o César romano como estribo). O mundo estremeceu perante o inconcebível tornado realidade.

Não acabaram as guerras com a decadência de Roma. Prosseguiram, destruidoras, contra Bizâncio, continuadora de Roma.

No século VII, quando os árabes, na sua avassaladora arrancada, puseram fim à existência do Estado Sassânida, Bagdad, contruída próximo de Ctesifonte (e inspirada pelo seu plano), cresceu depressa e tornou-se durante o Califado Abássida a mais populosa, a mais rica e civilizada cidade do mundo medieval, ultrapassando a própria Constantinopla. Os árabes tinham chegado para ficar.

A guerra só voltou à região da antiga Mesopotâmia com a invasão mongol, no século XIII. Bagdade foi então totalmente arrasada pelas hordas de Hulagu, um dos netos de Gengis Khan, e não recuperou mais o seu prestígio.

O Iraque era uma pobre e atrasada província árabe do Império Otomano quando, em 1914, principiou a primeira guerra mundial.

A aliança da Turquia com a Alemanha envolveu no conflito toda a região. As ambições britânicas não constituíram segredo. A riqueza dos lençóis petrolíferos de Kirkut era conhecida e foram uma das razões

que levaram a Inglaterra a opor-se à penetração económica e política do Império Alemão no Médio Oriente. Não houve, portanto, surpresa quando o governo britânico decidiu fazer do Iraque uma das principais frentes da sua luta contra a Turquia.

O governo de Londres estabeleceu unilateralmente nos finais do século XIX o seu protectorado sobre a região do Koweit, separando aquele canto desértico da Província iraquiana do resto do território. Os portos do Golfo foram então utilizados para lançar ao longo do Tigre, desde Bassorá, uma grande ofensiva cujo objectivo estratégico era a conquista de Bagdad e a derrota do principal grupo de exércitos turcos concentrados naquela área após a derrota inglesa em Galipoli, nos Dardanelos. As coisas não correram, entretanto, de acordo com os planos traçados pelo estado maior britânico.

O comandante das forças imperiais era o general C. Townshend, personalidade quase lendária, mais popular em Inglaterra naquela época do que o seria anos depois o coronel Lawrence da Arábia. Townshend assumiria a dimensão de herói do Império em 1895 quando, sendo um jovem capitão, defendeu o forte de Chitral na Fronteira do Noroeste contra as tribos de uma região quase inexplorada, dirigidas por um chefe carismático, Umra Khan. A Inglaterra inteira se comovera com aquele episódio romântico das guerras imperiais: seis oficiais ingleses comandando 400 soldados nativos, batendo-se «pela Pátria e pela Rainha Vitória» nos confins da Índia... Townshend apareceu como personagem de Kipling. Mesmo sob o fogo, cantava e tocava banjo. Foi durante anos o ídolo das jovens da nobreza vitoriana. Os

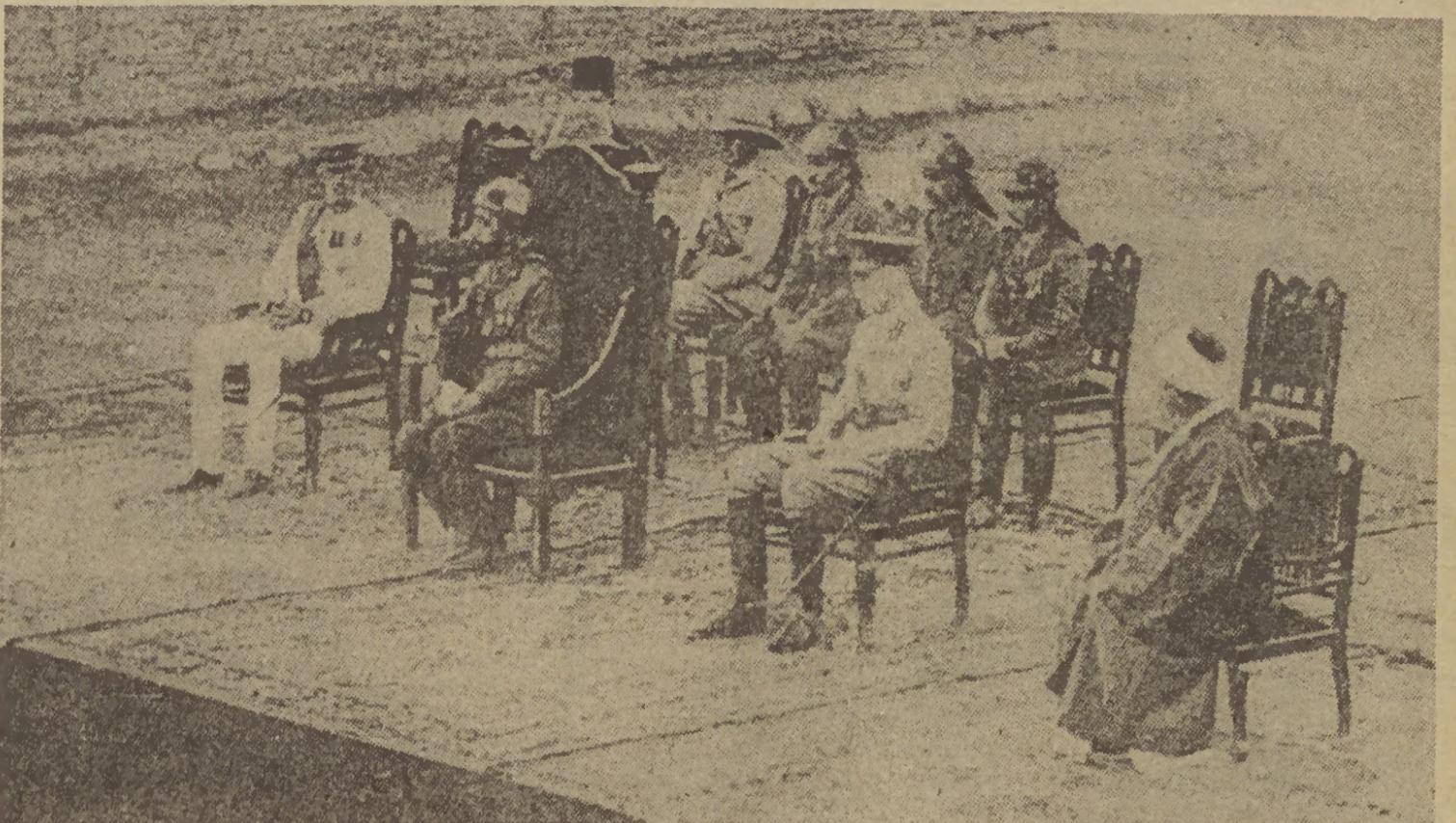
poetas cantaram aquele herói atípico.

No Iraque, contudo, a guerra correu mal ao muito condecorado general Townshend. As forças sob o seu comando avançaram sobre Bagdad, na convicção de que a conquista da antiga capital das Mil e Uma Noites seria pouco mais do que um passeio militar.

A batalha decisiva travou-se nos subúrbios da capital a 24 de Novembro de 1915, na planície do Tigre junto às ruínas milenares de Ctesifonte, onde as legiões de Roma, após vitórias efémeras, haviam iniciado retiradas dolorosas. As tropas britânicas foram desbaratadas pelo exército turco cujo núcleo era ali no fundamental formado por árabes de muitas províncias. O general Townshend, perseguido, refugiou-se com os seus homens na fortaleza de Kut-al-Amara. A Inglaterra acompanhou o cerco com paixão. Esperava que o herói vitoriano repetisse o milagre de Chitral. Por três vezes um exército britânico de socorro, sob o comando do general Eylmeier, tentou romper o assédio a Kut e libertar a guarnição. Mas as três tentativas terminaram com sérios révezes militares. No dia 28 de Abril de 1916, esgotados os víveres e as munições, Townshend rendeu-se e assinou com o alto comando turco os termos da capitulação. O desfecho não foi o das novelas de Kipling (Bagdad só foi tomada pelos ingleses um ano depois, em Março de 1917).

Ctesifonte e Kut foram as primeiras grandes derrotas militares da Inglaterra na Ásia desde que em 1880 o príncipe afegão Ayub Khan destruíra em Maiwand, a norte de Kandahar, as forças invasoras do general Burrows.

■ M. U. R.



Faïçal I, rei do Iraque, ocupou o trono durante 12 anos e fez do seu país um aliado da Inglaterra, interessada na exploração dos jazigos petrolíferos da zona

A cerimónia de coroação de Faïçal I, em Agosto de 1921, na cidade de Bagdad. Particularmente significativa é a presença das autoridades britânicas, que de facto dominaram o país (tal como vastas zonas do Médio Oriente). O rei está sentado entre o Alto Comissário e o comandante chefe das forças britânicas no Iraque

Cronologia do conflito

1990

Julho 17 — Iraque acusa Kuwait de contribuir para a estagnação dos preços de petróleo ao ultrapassar as quotas de venda estabelecidas pela OPEP.

18 — Iraque acusa Kuwait de roubo de 2,4 mil milhões de dólares de petróleo. Presidente egípcio Hosni Mubarak tenta uma primeira mediação entre os dois Estados. Iraque concentra tropas na fronteira com o Kuwait.

24 — Iraque reforça presença militar junto da fronteira koweitiana.

27 — Saddam Hussein exige ao Kuwait perdão de 10 mil milhões de dólares de dívida, compensação pelos 2,4 mil milhões de dólares de petróleo supostamente roubados e ainda a cedência de parte do território do emirado.

31 — Delegações do Iraque e do Kuwait reúnem em Djedá na Arábia Saudita.

Agosto 1 — Fracassam conversações de Djedá. Kuwait recusa reivindicações iraquianas.

2 — Iraque invade e ocupa o emirado do Kuwait. A família real Al Sabah foge para a Arábia Saudita. É decretado o embargo económico contra o Iraque pelos EUA.

3 — Formação de um «Governo Livre do Kuwait». EUA e URSS exigem retirada iraquiana.

4 — CEE decreta embargo comercial parcial contra o Iraque, que ocupa zona neutra entre o Kuwait e a Arábia Saudita.

6 — Embargo comercial e financeiro contra o Iraque é aprovado no Conselho de Segurança da ONU. Navios de guerra ocidentais navegam no golfo Pérsico.

7 — Arábia Saudita denuncia concentração de forças iraquianas



junto à sua fronteira. EUA decidem enviar tropas para a região. Oleoduto entre Iraque e Turquia é encerrado por Ancara.

8 — Bagdad anuncia anexação do emirado do Kuwait. GB decide participar na força multinacional a estacionar no Golfo. Primeiros contingentes americanos chegam à Arábia Saudita.

9 — Anexação do Kuwait é considerada nula e sem efeito pela ONU. Bagdad retém estrangeiros no país.

10 — Doze dos 21 membros da

Liga Árabe decidem enviar forças para defesa da Arábia Saudita. Saddam Hussein evoca «guerra santa» contra estrangeiros e emires do petróleo.

11 — Soldados egípcios e marroquinos chegam à Arábia Saudita.

12 — Saddam Hussein liga solução da crise à retirada de Israel dos territórios ocupados.

13 — Saddam Hussein e o rei da Jordânia encontram-se em Bagdad. Britânicos e americanos ficam reféns no Kuwait.

15 — Bagdad propõe acordo de paz ao Irão, com retirada de tropas e troca de prisioneiros.

17 — Reféns de Saddam Hussein são colocados em instalações militares estratégicas do Iraque.

19 — Bagdad força embaixadas ocidentais no Kuwait a encerrarem.

21 — EUA e GB recusam conversações com Iraque.

22 — Preço do petróleo chega aos 30 dólares por barril. EUA convocam reservistas. Ocidentais recusam fechar Embaixadas.

24 — Embaixadas ocidentais cercadas por tropas iraquianas em Kuwait City.

25 — Resolução da ONU apoia uso da força, se necessário, para a eficácia do bloqueio naval ao Iraque.

27 — Ocidente condiciona conversações à retirada prévia iraquiana do Kuwait.

28 — Bagdad anuncia a criação da 19.ª província iraquiana: Kuwait.

29 — Dez membros da OPEP decidem aumentar produção de petróleo.

31 — Perez de Cuellar (secretário-geral da ONU) reúne com Tariq Aziz (MNE do Iraque), em Amã.

Setembro 1 — Iraque liberta primeiros reféns ocidentais. Continuam 10 000 estrangeiros retidos no Iraque, onde começam os racionamentos.

2 — Cullar e Aziz terminam o encontro sem resultados.

4 — URSS relança ideia de conferência internacional de paz para o Médio Oriente. A Armada dos EUA apresa navio iraquiano. Egito recebe proposta de perdão de dívida de 7000 milhões de dólares dos EUA.

5 — Jordânia, Egito e Turquia recebem ajuda financeira da CEE.

9 — Bush e Gorbatchov encontram-se em Helsínquia. ONU vê o seu papel reforçado na crise do Golfo.

10 — Iraque oferece petróleo gratuito a países do Terceiro Mundo e restabelece relações diplomáticas com Teerão.

14 — Embaixadas francesa e canadiana no Kuwait são ocupadas. Início de manobras da NATO no Mediterrâneo Oriental.

17 — Países da CEE expulsam adidos militares iraquianos.

19 — Bloqueio aéreo ao Iraque é decidido pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

21 — Iraque retalia com expulsão de alguns diplomatas ocidentais.

22 — Anexação do Kuwait é considerada irreversível e eterna por Bagdad.

24 — Barril de petróleo atinge novo record: 40 dólares.

25 — Resolução 670 da ONU aprova bloqueio aéreo ao Iraque. URSS endurece posição contra Bagdad.

27 — Londres e Teerão reatam relações diplomáticas.

30 — Moscovo e Telavive iniciam relações consulares.

Outubro 1 — Pela primeira vez presidente Bush liga solução da crise ao conflito israelo-palestiniano.

8 — Agravamento da situação em Jerusalém, onde morrem 28 palestinianos. Saddam Hussein evoca libertação de Jerusalém.

13 — Aprovada resolução da ONU contra a actuação de Israel nos territórios ocupados.

21 — Sobe de novo tensão em Israel. Edward Heath (ex-PM de GB) vai a Bagdad e liberta alguns reféns britânicos.

23 — Saddam Hussein reafirma desejo de manter relações diplomáticas com a França, anunciando libertação de todos os reféns franceses.

25 — Washington anuncia envio de efectivos no Golfo de 10 mil para 310 mil homens. No Kuwait estão estacionados 430 mil soldados iraquianos.

30 — Deixam o Iraque 262 reféns franceses. Perigo de ataque dos EUA é anunciado por Bagdad.





31 - Tropas iraquianas entram em estado de alerta máximo. Fragata «Sacadura Cabral» parte para o Mediterrâneo Oriental.

Novembro 1 - Forças do Iraque: 570 mil soldados, 1300 tanques, 700 aviões e 50 fragatas.

Força multinacional: 450 mil soldados, 2000 tanques, 900 aviões e 95 fragatas.

3 - Saddam Hussein promete libertar todos os reféns sob compromisso de não ser atacado.

4 - Bagdad denuncia violação do seu espaço aéreo. Chega ao Iraque ex-PM japonês Nakasone.

5 - Willy Brandt chega a Bagdad para libertar reféns alemães.

7 - Margaret Thatcher faz «deradeiro ultimato» a Hussein. Preço do barril de petróleo está nos 35 dólares.

8 - Washington anuncia reforço da sua capacidade ofensiva com envio de mais 200 mil soldados para o Golfo.

9 - Baker termina périplo diplomático junto de aliados anti-Iraque.

10 - Mais três porta-aviões americanos partem para o Golfo.

12 - Rei de Marrocos, Hassan II, propõe cimeira árabe para resolver a crise. Iraque rejeita proposta e anuncia medidas económicas restritivas.

17 - James Baker admite iminente saída militar para a crise.

26 - EUA impõem prazo de 1 de Janeiro para retirada iraquiana, França propõe 15 de Janeiro e URSS, 31.

29 - CS da ONU aprova Resolução 678 contra o Iraque, com consentimento de recurso à força caso Bagdad não retire do Koweit até 15 de Janeiro de 1991.

30 - Washington propõe a Saddam Hussein troca de negociadores para resolver crise.

Dezembro 1 - Bagdad aceita proposta de diálogo de Washington.

9 - Bagdad liberta 268 reféns.

13 - Japão concede 130 milhões de contos à força multinacional estacionada no Golfo.

14 - Presidente argelino procura solução pacífica regional para a crise em périplo por capitais árabes. Fragata «Sacadura Cabral» regressa a Lisboa vinda do Mediterrâneo Oriental.

18 - CEE recusa receber MNE iraquiano antes de Washington.

20 - Aprovada pelo CS da ONU resolução sobre conferência internacional para o conflito israelo-árabe.

21 - Novo PM britânico, John Major, reitera em Washington apoio britânico a acção militar americana no Golfo.

22 - Reúne no Qatar o Conselho de Cooperação do Golfo, que decide não negociar com Saddam Hussein antes da retirada do Koweit.

23 - Sadam Hussein ameaça Telve como primeiro alvo de ataque iraquiano.

26 - EUA aconselham americanos residentes no Golfo a abandonar a região antes de 15 de Janeiro.

27 - Israel denuncia reforço de tropas jordanas junto da sua fronteira.

28 - Parte para o Golfo frota de 17 navios dos EUA. GB convoca reservistas médicos para o Golfo.

30 - Em mensagem de fim de ano, Saddam Hussein ameaça interesses vitais dos EUA no Mundo com ataques terroristas em caso de guerra. Recusa retirar do Koweit e ignora data-limite imposta pela ONU. Desloca tropas para a fronteira

ra com a Turquia, possível segunda frente de batalha. Novos aviões de combate americanos chegam à Arábia Saudita.

31 - Nova presidência da CEE (Luxemburgo) propõe encontro com MNE iraquiano, Tareq Aziz. Bagdad convoca jovens de 17 anos.

1991

Janeiro 1 - Dan Quayle, na Arábia Saudita, diz que Iraque sairá do Koweit em 1991. A guerra será curta, não haverá outro Vietname.

2 - Casa Branca admite deslocação de Baker a Bagdad. Frota americana deixa as Filipinas a caminho do Golfo. Rei Hussein da Jordânia inicia périplo pela Europa e Khadafi propõe nova cimeira árabe.

3 - Congresso norte-americano reúne para nova sessão legislativa, mas em que a crise do Golfo é principal assunto. NATO decide enviar três esquadilhas de aviões (belgas, alemães e italianos) para defesa da Turquia.

4 - O Iraque aceita a proposta dos EUA para realizar um encontro dos

ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países. A CEE propõe para dia 10 um encontro com Tarek Aziz.

5 - O MNE do Iraque recusa a proposta da CEE.

6 - Saddam Hussein rejeita retirar do Kuwait e previne os norte-americanos para a eventualidade de terem de enfrentar uma grande guerra, num discurso considerado por Israel como uma declaração de guerra. Caças belgas são enviados para a Turquia. Familiares de soldados norte-americanos manifestam-se contra a guerra em S. Francisco e Atlanta.

7 - Na reunião de Cavaco Silva com os líderes dos partidos de oposição com assento parlamentar é recusado o envolvimento de tropas portuguesas no conflito do Golfo. James Baker inicia em Londres uma série de contactos diplomáticos, advertindo para a impossibilidade de se encontrar com o MNE iraquiano após esta ronda. Quatro pilotos iraquianos desertam com aparelhos e pedem asilo político na Arábia Saudita.

8 - O Paquistão envia mais 6 mil soldados para o Golfo. A Alemanha chama o seu embaixador em Bagdad. São expulsos 7 funcionários da embaixada iraquiana em Berlim sob acusação de espionagem.

9 - James Baker e Tarek Aziz têm conversações infrutíferas em Genebra. O rei Hussein inicia conversações com a CEE, e são encerradas as fronteiras da Jordânia com o Iraque. O MNE português suspende a partida do embaixador Mesquita de Brito para Bagdad. Bush declara emergência nacional e autoriza a convocação de um milhão de reservistas.

10 - Conselho de Estado reúne em Lisboa para analisar a situação no Golfo; o Gabinete de Segurança aprova o plano de crise. Em Israel é declarado o estado de alerta máximo.

11 - EUA clarificam prazo-limite para retirada das tropas iraquianas do Kuwait (dia 15). A CNN e três outras estações recusam emitir um anúncio contra a guerra no Golfo por o considerarem sensacionalista. O Iraque pede a mediação do Papa na solução da crise. Mubarak ameaça mudar a posição do Egipto face ao conflito, em caso de envolvimento de Israel.

12 - O Congresso dos EUA autoriza Bush a declarar guerra ao Iraque. Os últimos diplomatas americanos abandonam o Iraque. Milhares de pessoas manifestam-se em Berlim, Roma, Paris, Londres e outras cidades europeias contra a ameaça de guerra no Golfo.

13 - Perez de Cuellar e Saddam

Hussein mantêm em Bagdad conversações sem resultados para a solução pacífica do conflito. Prosseguem manifestações pacifistas na Europa e nos EUA.

14 - Os EUA rejeitam um plano francês para resolver a crise por via pacífica. Os MNE da CEE concluem que, após o fracasso das diligências do secretário-geral da ONU em Bagdad, não há condições para nova iniciativa de paz. Saddam Hussein ordena a colocação nas bandeiras do Iraque de targetas com a inscrição «Alá é grande», o símbolo da guerra.

15 - No dia em que expira o prazo dado pela ONU para que o Iraque retire do Kuwait, o Conselho de Segurança termina uma reunião sem chegar a acordo sobre uma futura iniciativa de paz. São assassinados em Tunis dois dirigentes da OLP.

16 - Cavaco Silva afirma que o Governo português não enviará forças militares para a zona de guerra. As 23.40 horas de Lisboa aviões da força multinacional iniciam o bombardeamento da capital iraquiana.

(Elaborada a partir do trabalho análogo publicado no semanário «O Independente» de 11 de Janeiro e das notícias saídas na imprensa semanal e diária)



Nunca mais!

Tudo em defesa da Paz!



DISTRITO DE VISEU

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Armamar	3 000	75,51	636	16,01	231	5,81	106	2,67
Carregal do Sal	4 182	78,95	807	15,24	212	4,00	96	1,81
Castro Daire	5 884	72,27	1 671	20,52	393	4,83	194	2,38
Cinfães	9 237	85,28	1 069	9,87	372	3,43	154	1,42
Lamego	11 675	77,25	2 282	15,10	955	6,32	201	1,33
Mangualde	6 953	72,16	1 918	19,90	592	6,14	173	1,80
Moimenta da Beira	3 519	67,71	1 293	24,88	292	5,62	93	1,79
Mortágua	3 638	78,64	718	15,52	190	4,11	80	1,73
Nelas	5 627	77,99	1 056	14,64	388	5,38	144	2,00
Oliveira de Frades	4 029	74,25	1 034	19,06	279	5,14	84	1,55
Penalva do Castelo	3 391	79,51	650	15,24	150	3,52	74	1,74
Penedono	1 277	71,86	322	18,12	129	7,26	49	2,76
Resende	5 387	83,13	719	11,10	240	3,70	134	2,07
Santa Comba Dão	4 964	75,74	1 221	18,63	236	3,60	133	2,03
S. João Pesqueira	3 303	77,48	601	14,10	236	5,54	123	2,89
S. Pedro do Sul	7 310	73,43	1 295	12,99	1 175	11,79	178	1,79
Sátão	4 486	72,81	1 423	23,10	161	2,61	91	1,48
Sernancelhe	2 525	71,83	836	23,78	99	2,82	55	1,56
Tabuaço	2 784	71,94	862	22,27	141	3,64	83	2,14
Tarouca	2 381	72,30	590	17,92	261	7,93	61	1,85
Tondela	12 332	73,57	3 482	20,77	696	4,15	253	1,51
Vila Nova de Paiva	2 135	71,76	659	22,15	96	3,23	85	2,86
Viseu	30 455	74,32	7 853	19,16	1 930	4,71	741	1,81
Youzela	4 527	75,64	948	15,84	415	6,93	95	1,59

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Arcos de Valdevez	9 195	79,17	1 719	14,80	511	4,40	189	1,63
Caminha	6 437	76,47	1 061	12,60	707	8,40	213	2,53
Melgaço	3 964	81,82	669	13,81	149	3,08	63	1,30
Monção	7 809	74,66	1 969	18,82	483	4,62	199	1,90
Paredes de Coura	3 798	81,69	509	10,95	225	4,84	117	2,52
Ponte da Barca	5 385	81,04	955	14,37	212	3,19	93	1,40
Ponte de Lima	17 206	75,20	3 972	17,30	1 257	5,49	446	1,95
Valença	5 491	80,04	897	14,53	272	3,97	100	1,46
Viana do Castelo	29 266	70,17	6 010	14,41	5 245	12,58	1 186	2,84
Vila N. da Cerveira	3 761	82,01	536	11,60	202	4,40	87	1,90

DISTRITO DE VILA REAL

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Alijó	5 950	74,37	1 493	18,66	393	4,91	165	2,06
Botiças	2 695	74,51	666	18,90	158	4,48	74	2,10
Chaves	14 874	71,69	4 519	21,78	936	4,51	419	2,02
Mesão Frio	2 171	83,98	238	9,21	141	5,45	35	1,35
Mondim de Basto	2 758	68,17	950	23,48	227	5,61	111	2,74
Montalegre	5 760	70,04	1 057	14,51	354	4,86	116	1,59
Murça	2 485	68,78	819	22,67	191	5,29	118	3,27
Peso da Régua	7 959	82,00	990	10,20	611	6,30	146	1,50
Ribeira de Pena	2 570	77,39	568	17,10	125	3,76	58	1,75
Sabrosa	3 168	78,28	625	15,44	176	4,35	78	1,93
St. Mart. Penaguião	4 417	86,24	414	8,08	243	4,74	48	0,94
Valpaços	6 335	67,58	2 612	27,86	262	2,79	165	1,76
Vila Pouca Aguiar	5 213	73,90	1 282	18,17	379	5,37	180	2,55
Vila Real	18 045	75,40	3 891	16,26	1 540	6,43	456	1,91

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Angra do Heroísmo	12 840	81,99	2 056	13,13	400	2,55	365	2,33
Calheta	1 596	75,43	439	20,75	31	1,47	50	2,36
S. Cruz da Graciosa	1 672	83,23	246	12,24	33	1,64	58	2,89
Velas	2 044	76,81	497	18,68	56	2,10	64	2,41
Praia da Vitória	7 049	82,26	1 076	12,56	176	2,05	268	3,33
Corvo	181	87,02	15	7,21	9	4,33	3	1,44
Horta	5 685	79,70	1 008	14,13	299	4,19	141	1,98
Lajes das Flores	732	83,47	58	6,61	64	7,30	23	2,62
Lajes do Pico	2 081	82,97	290	11,56	71	2,83	66	2,63
Madalena	2 244	77,94	422	14,66	111	3,86	102	3,54
S. Cruz das Flores	988	82,13	96	7,98	73	6,07	46	3,82
São Roque do Pico	1 453	82,14	185	10,46	68	3,84	63	3,56
Lagoa	3 233	82,94	441	11,31	106	2,72	118	3,03
Nordeste	2 065	76,23	426	15,73	103	3,80	115	4,25
Ponta Delgada	16 938	78,37	3 011	13,93	894	4,14	771	3,57
Povoação	2 577	82,41	343	10,97	102	3,26	105	3,36
Ribeira Grande	7 022	82,07	959	11,21	235	2,75	340	3,97
Vila F. de Campo	3 462	83,02	432	10,36	123	2,95	153	3,67
Vila do Porto	1 668	84,71	192	9,75	56	2,84	53	2,69

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

CONCELHOS	MÁRIO SOARES		BASÍLIO HORTA		C. CARVALHAS		C. MARQUES	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Calheta	2 763	50,80	2 457	44,99	113	2,07	128	2,34
Câmara de Lobos	6 587	61,22	3 165	29,41	392	3,64	616	5,72
Funchal	34 699	70,35	9 061	18,37	2 102	4,26	3 463	7,02
Machico	7 223	79,30	872	9,57	162	1,78	851	9,34
Ponta do Sol	1 417	47,20	1 373	45,74	72	2,40	140	4,66
Porto Moniz	729	53,88	564	41,69	23	1,70	37	2,73
Porto Santo	2 082	88,78	207	8,83	15	0,64	41	1,75
Ribeira Brava	2 861	52,53	2 055	37,73	168	3,08	362	6,65
Santa Cruz	7 393	67,36	2 432	22,16	416	3,79	734	6,69
Santana	2 741	66,42	1 064	25,78	112	2,71	210	5,09
São Vicente	1 877	67,32	731	26,22	77	2,76	103	3,69

Nacional

Um dia nas eleições

Votei no domingo passado, é claro, e do mesmo jeito que toda a gente: entregando o bilhete de identidade e o cartão de eleitor, recebendo o boletim de voto, fazendo a cruzinha e recebendo de volta os documentos pessoais e a satisfação de um direito plenamente exercido. Depois entretive-me a ver os outros a fazer o mesmo. Em Lisboa, que é onde vivo. Como a capital continua a ser uma cidade de «muitas e desvairadas gentes», façam o favor de me conceder cientificidade pelo menos equivalente à extraordinária sondagem apresentada pela Euroteste na noite das eleições e encomendada pela RTP, onde se procurou contrariar os factos, que estavam a ocorrer, através de uma ficção que, ainda hoje, só o «vi claramente visto» (que os clássicos perdoem o abuso das citações) me impede de duvidar que tenha ocorrido.



Os hábitos democráticos entraram decisivamente no quotidiano dos portugueses. Votar tornou-se um acto normal que a generalidade dos cidadãos pratica com naturalidade e mesmo, alguma veteranaria, como se viu mais uma vez pelo ritmo de afluência, que deixou para trás aqueles primeiros tempos de engarrafamento das mesas de voto; hoje não se encara com ansiedade a ida às urnas e cada um escolhe a hora que melhor lhe convém para exercer o seu direito de voto.

Daí que o previsível aumento da abstenção nestas eleições presidenciais não devesse ser interpretado pelo visível pingue-pingue de votantes ao longo do dia, na generalidade das mesas de voto, num «conta-gotas» só contrariado por ligeiros picos de afluência a meio da manhã — isto, pelo menos, em Lisboa e fruto duma constante que, segundo os escrutinadores contactados, se instalou pelos hábitos de uma faixa etária do eleitorado: a de que os mais idosos votam preferencialmente de manhã.

Neste quadro de esperada normalidade, a primeira nota a salientar acerca do modo como decorreram as eleições de domingo passado é a confirmação disso mesmo: o ritmo descontraído, regular e sem incidentes que, mais uma vez, caracterizou a ida dos portugueses às urnas.

Quando dizemos «sem incidentes» falamos, naturalmente, da ausência de conflitos ou actos suficientemente graves para comprometer o funcionamento ou a legitimidade do escrutínio — isto na base do que vimos e subemos em Lisboa e com a natural ressalva do que se vier a apurar no cômputo nacional. O que não impede a ocorrência de episódios mais ou menos insólitos e, obviamente, irrelevantes que ocorreram um pouco por todo o lado com a naturalidade da

vida, como dois a que assistimos e que citamos por mera exemplificação.

Um passou-se às portas da Escola Secundária D. Filipa de Lencastre onde um deficiente, de muletas e voz tonitroante, elegera dois bombeiros de serviço para interlocutores de um discurso «anti-situacionista», contra «o desprezo do Governo pelos problemas dos deficientes», erguendo uma voz «que nem o Mário Soares pode calar porque vivemos em democracia» e respondendo, sobranceiro, à ameaça em surdina e sem convicção dos dois bombeiros de «chamar a polícia» com um ainda mais estentóreo «pois chamem! Talvez assim o Governo me dê alguma coisa do que prometeu!».

O outro ocorreu numa mesa da Escola Fernando Pessoa, nos Olivais, onde o respectivo presidente se opôs, inicialmente, a que tirássemos fotografias ao acto de entrega dos boletins, argumentando que tal podia «indiciar o sentido de voto», perante o estapafúrdio da situação e o autoritarismo com que reagiu, quer à nossa recusa em aceitar tão absurdo impedimento, quer ao balbuciante protesto de um outro elemento da mesa, saímos para o exterior com o objectivo de anotar o local do incidente, o que desencadeou no senhor uma autocritica tão reflexa, que lhe aceitámos as desculpas e as explicações que nos veio dar, arrumando o assunto com um cívico aperto de mão. Só não tirámos fotografia porque, por azar, ninguém entretanto apareceu para votar, quanto mais para lhe indicarmos o voto através da objectiva...

A festa não foi para todos

Quanto à previsível subida da abstenção — tão previsível que se confirmou — só podia adivinhar-se através das avaliações feitas pelas mesas de voto contactadas,

avaliações mais ou menos subjectivas mas, de qualquer modo, assentes nas descargas registadas nos cadernos eleitorais.

E a ideia geral apontava para um aumento dos abstencionistas, isto a uma hora e tal do fecho das urnas e quando as expectativas em relação ao afluxo de retardatários já não iludiam ninguém. A maior parte das mesas contactadas registavam percentagens de voto exercido a rondar os 50%, uma ou outra «gabava-se» de 60 e tal por cento, mas mesmo essas relativizando o «score» por conhecimento do que se estava a passar na vizinhança. E os resultados vieram confirmar o panorama, como toda a gente sabe.

Entretanto quaisquer eleições têm, pelo menos, três momentos: o acto eleitoral, propriamente dito, a expectativa que se gera ao fecho das urnas, e, finalmente, as reacções ao veredicto dos resultados.

Quanto ao tempo de expectativa, a «tecnologia» encurtou-o quase ao inadmissível, com projecções de resultados relativamente fiáveis a sair a público um minuto depois do fecho das urnas. Nem dá para espreitar a suspensão da espera, entra-se logo nas reacções aos resultados. Nesse aspecto a televisão é imbatível, mesmo quando procura manipular a realidade ou ajeitá-la, momento a momento, aos desejos de quem comanda a emissão — como aconteceu mais uma vez com as grosserias de Eduardo Moniz, quer mordiscando sarcasmos para a sede da candidatura do PCP quando ainda acreditava nas previsões da sua televisão a darem «nota» mais baixa aos comunistas, quer quando mais tarde procurou, através de uma ficção disfarçada de sondagem, contrariar a verdade do presente com ilusionismos no futuro.

E a televisão cedo mostrou o ar com que ficaram as diversas candidaturas: a de Carlos Carvalhas afirmando com rapidez e alegria os seus notáveis resultados político e eleitoral, a de Mário Soares expandindo uma festa que tinha cara de lhe faltar qualquer coisa (talvez o candidato, que prolongou excessivamente o recolhimento de um óbvio vencedor), a de Basílio Horta dando mais uma piroeta e deixando a ideia, com a pretensa satisfação pelo resultado obtido, que tudo o que disse e ambicionou na campanha foi a reinar, a de Carlos Marques aceitando com facilidade o escasso resultado.

Uma volta pelas sedes de candidatura confirmaram tudo isto, com dois pormenores: a alegria morava, obviamente, no interior e no exterior de apenas duas — a de Carlos Carvalhas e a de Mário Soares. A de Carlos Marques não esperou pela ceia e a de Basílio Horta acho que nem jantou, tão fechada estava.

■ H. C.



RTP — números e palavras

Não teria sido necessária a intervenção televisiva de Alberto João Jardim para que o programa «especial»/eleições da RTP de Moniz tivesse sido um malabarismo aritmético. Muitos dos comentadores que intervieram encarregaram-se disso, dando o dito por não dito ao sabor dos números que caíam, entre sondagens, projecções, estimativas e resultados propriamente ditos.

Os candidatos — que começaram por ser cinco (!), pois desde logo se contou com um 5.º, a abstenção — foram avaliados, ao longo da noite, com os critérios mais díspares. Não viria mal ao mundo se a cada cabeça correspondesse a sua sentença. Mas cabeças houve que produziram as mais contraditórias sentenças...

Logo às dezanove horas, enquanto a repórter nos dizia que o dr. Mário Soares não recebia ninguém, mas que se encontrava bem disposto, assim como a filha, e ainda o dr. Basílio rezava nos Jerónimos pela vitória do velho do Restelo, os primeiros números suscitaram comentários diversos. O primeiro era o de que a abstenção tinha sido a maior de sempre. Vencia assim o «quinto candidato». O que viria a ser desmentido mais adiante. É claro que a percentagem que a «sondagem» atribuía a Carlos Carvalhas — de 9,3 a 12,6 — foi logo aproveitada para especular sobre a «fraqueza» do candidato...

A reportagem «correu» à Soeiro, onde «reinava o silêncio absoluto»... E quando António Abreu, mandatário do candidato comunista, apontou a necessidade de se confirmarem os números, adiantando que, mesmo a confirmarem-se, se tratava de um resultado «muito interessante», Moniz saltou do seu lugar de «moderador», para garantir uma confirmação que não viria a suceder.

A primeira surpresa foram as palavras do mandatário de Basílio. Se a sondagem estivesse certa, batia certa com as previsões... Então e a segunda volta? Na candidatura de Carlos Marques também não havia decepção. Isto tudo terá levado Vicente Jorge Silva, o do «Público», a dizer que na sua opinião havia quatro ganhadores.

Mas o mais curioso comentador foi, sem dúvida, o Arquitecto. Assim foi chamado por Moniz o director do «Expresso», convidando-o muitas vezes a arquitectar um comentário. O primeiro foi o de que Carvalhas tinha sido o mais fraco candidato. Salvo apenas pela «máquina»...

Logo António Barreto lhe foi no encaicho. Se a vitória de Soares «excedia» as expectativas, Carlos Carvalhas tinha feito «os mínimos».

João Amaral chamou a atenção para o facto de que era ilegítima a distinção entre Carvalhas e o PCP, entre o candidato e a «máquina». E deu relevo à previsão do resultado da candidatura comunista, quando três semanas atrás as «sondagens» lhe atribuíam 6 por cento.

Ivo de Pinho, do PRD, pouco disse de interessante durante toda a emissão.

Por seu lado, Pacheco Pereira introduziu novo modo de apreciação. Sublinhando o empenhamento do PSD na campanha de Soares — a luta pela apropriação dos votos soaristas começou logo ali e não vai parar tão cedo —, afirmou que, se houve um perdedor, Basílio, tanto Soares como Carvalhas haviam averbado bons resultados.

Narana Coissoró, do CDS, tinha o difícil papel de servir Basílio e Freitas. Mas sempre foi dizendo que Basílio tivera uma vitória. E que se o centro e a direita se tivessem unido, Basílio teria ganho. A querer dizer que os votos deste foram todos para o CDS.

A RTP, entretanto, entrou em delírio técnico. Anunciou imagens da concentração do MASP e apareceram as do Soeiro Pereira Gomes. Chamou o Funchal e Jardim não respondeu. O som da conferência de imprensa de Soares não funcionava. E... os resultados começaram a desmentir as previsões.

Foi nessa altura que António Barreto declarou que «os socialistas têm agora um problema». A votação de Carvalhas desmentia as profecias de afundamento. E agora? Pacheco Pereira concordou: a votação comunista é «preocupante». Mas sempre foi introduzindo mais um «vencedor» das eleições. Nada menos que o professor Cavaco Silva...

Este veio à ribalta com discrição. Felicitações a Soares. Cumprimentos para os outros. A «vitória do bom senso». As presidenciais não têm a ver com as legislativas. Porque estas são «para escolher o primeiro-ministro»!!! Esvaziando de uma cavacada as presidenciais, aproveitou para esvaziar a Assembleia da República. Afinal quem os eleitores escolhem para a AR não são os deputados. Daqui a uns meses vão é escolher de novo o professor de Boliqueime...

Cada um dava o seu recado, muitos a falarem para dentro do seu próprio partido. Como Freitas, que felicitou Soares e empurrou o «corajoso» Basílio.

Um oásis na baralhação. Carvalhas comenta com satisfação o bom resultado eleitoral que se seguiu ao bom resultado político, um voto que tem expressão no presente e terá expressão no futuro, que sufragou um projecto de esperança. Mais tarde, Álvaro Cunhal sublinharia também os dois êxitos — o da campanha e da candidatura, e o eleitoral, de que muitos duvidavam. Um resultado que não é um limite, um resultado que favorece a convergência democrática.

Entretanto, o surrealismo político continuava. Já não falamos da intervenção de Jardim e da sua difícil contagem de votos. Nem da «sondagem» apresentada no final da emissão, «para as legislativas», em que, por exemplo, os comunistas surgiam com um «score» de 7,9 por cento (!). Nem de Basílio, a dizer que, se não fosse ele, o CDS tinha desaparecido do mapa. Os comentários finais de V. Jorge Silva e do Arquitecto Saraiva é que foram um mimo.

O primeiro afirmou que, no caso de Carvalhas, afinal, o «apagamento» é que funcionou. E que o resultado obtido era espectacular (e paradoxal — uma palavra que resolve muitas dificuldades).

Quanto ao Arquitecto, conclui que afinal havia dois vencedores: Soares e Carvalhas. Basílio fora derrotado. E, que pena, o PCP não tinha já de fazer *perestroika* nenhuma. Que o resultado comunista tinha sido bom, em relação a outras eleições bem mais favoráveis...

Na imagem, por detrás do Arquitecto, podia ler-se: «Expresso, um jornal de confiança»...

■ LM

Trabalhadores

Greves na Função Pública

Após reuniões destinadas a evitar o recurso à greve, esta forma de luta foi adoptada pelos sindicatos na Direcção-Geral da Contabilidade Pública e no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

No primeiro daqueles departamentos, dependente do Ministério das Finanças, no primeiro dia de greve (14 do corrente) registou-se uma adesão de 87 por cento. Segundo a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STEPSA), a greve é da «exclusiva responsabilidade do Governo», que se recusa a pôr em vigor agora uma proposta de grelha salarial para aplicação do novo sistema retributivo da Função Pública, que em Junho do ano passado tinha sido entregue à comissão negociadora sindical, que

a aceitara.

A greve, que deve prolongar-se até hoje, 18 de Janeiro, impede, segundo o Sindicato, «o pagamento atempado de milhões de contos a milhares de fornecedores do Estado, o encerramento das contas do Orçamento do Estado de 1990 e desequilibra a aplicação duodecimal do Orçamento de 1991».

No primeiro dia de greve, com uma adesão elevada na DGCP, o Sindicato (STFPSA) reiterava a sua disponibilidade para a todo o momento «retomar as negociações e chegar de imediato a um acordo, caso o Governo retome a proposta de Junho» a que já se aludiu.

A greve na Direcção-Geral da Contabilidade Pública abrange 550 trabalhadores.

No Instituto do Emprego e Formação Profissional, a gre-

ve anunciada para 14 e 16 do corrente deveu-se, em última análise, ao facto de os resultados da última reunião com o representante do Governo «constituírem um verdadeiro e perigoso retrocesso» relativamente a decisões anteriores no sentido da reestruturação das respectivas carreiras específicas.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, em 11 do corrente, registava, juntamente com o Sindicato do Sul e Açores, elevadas adesões nos serviços ligados à formação, designadamente em Aveiro (91 por cento), Coimbra (90), Viseu (90), Águeda (100), etc. A média, na região Centro, foi de 95 por cento, segundo dados do passo dia 7, quando se iniciaram as paralisações no âmbito do IEFP daquela região.

Recusados na Firestone os 9,5% conduzem à greve

Os trabalhadores da Firestone/Bridgestone decidiram entrar em greve por 24 horas em 18 do corrente. Segundo a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, do Petróleo e Gás (Fequifa), o motivo da luta adoptada é a revisão salarial para 1991.

A Firestone/Bridgestone é uma empresa portuguesa

com capitais japoneses. Instalada no concelho de Alcochete, emprega 600 trabalhadores.

A administração não vai além dos 9,5 por cento de aumentos salariais, enquanto que a Fequifa propõe 16 por cento.

Além da greve às horas

extraordinárias, prevista para ter início já em 17 do corrente e prolongar-se por tempo indeterminado, a Federação sindical Fequifa anuncia que «estão previstos mais três períodos de greve de 24 horas durante o mês de Janeiro, no caso de a administração manter a sua intransigência negocial».

Autosil e Tema anunciam greve

A Comissão de Trabalhadores (CT) da Autosil, com instalações em Paço de Arcos, anunciou em 10 do corrente uma paralisação parcial de dois dias: terça e quarta-feira desta semana. A principal razão da greve é a exigência de uma efectiva negociação do caderno reivindicativo (CR), apresentado em fins de Outubro do ano passado. A empresa tem 378 trabalhadores.

Para a mesma data marcam também uma greve os trabalhadores da empresa Tema, com sede nas mesmas instalações da Autosil. Segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, esta última empresa foi formada recentemente a partir do sector de manutenção da Autosil.

Tanto uma como outra deparam com a falta de contrapropostas para a negociação do CR. O Sindicato acrescenta que, por esta altura em anos anteriores, já as negociações se encontravam concluídas ou em fase de conclusão.

Desta vez, a administração da Autosil e da Tema, durante uma reunião em 31 de Dezembro findo, comunicava aos representantes dos trabalhadores que não negociaria a tabela salarial para 1991 com esta CT, ou seja, com os representantes que acabavam de ser eleitos, 15 dias antes,

por 99,9 por cento dos votos expressos por 68 por cento dos votantes.

Paralelamente, segundo a CT da Autosil, «tem-se assistido a uma escalada repressiva na Autosil, comandada pelo director do pessoal, estando proibida a entrada na empresa dos dirigentes sindicais» (SIESI).

Segundo a CT da Autosil, em comunicado de 10 do corrente, está vedado desse modo aos trabalhadores «o direito constitucional de livre reunião e associação».

O Sindicato das Indústrias

Eléctricas do Sul e Ilhas confirma por sua vez «o impedimento recente de acesso de dirigentes sindicais às instalações comuns» da Autosil e da Tema.

As paralisações parciais, de três horas por dia, conforme o anunciado em 10 do corrente, têm por objectivo a luta contra a repressão dos direitos dos trabalhadores e pelo direito à negociação salarial.

As duas empresas empregam em conjunto 400 trabalhadores, e completam-se entre si na fabricação de acumuladores.



Trabalhadoras da AEP falam ao «Avante!» em Julho findo

Pela reintegração na AEP

As organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) da AEP (Automática Eléctrica Portuguesa) continuavam a exigir em 11 do corrente que a administração reintegre completamente os trabalhadores suspensos (em *lay-off*), cumprindo a lei e pondo termo às «acções e medidas que teima pôr em prática, assim como as que ameaça vir a aplicar e que têm como finalidade destruir a empresa e os respectivos postos de trabalho».

Sexta-feira passada, trabalhadores da AEP concentraram-se em frente às instalações do principal accionista do grupo Centrel, Rocha de Matos, e junto da Inspecção-Geral do Trabalho, em Lisboa.

Sistema educativo Encontro este mês

Apresentado como «importante iniciativa que visa promover a discussão de aspectos centrais da reforma do sistema educativo», está marcado para 28 e 29 do corrente, no cinema São Mateus, em Viseu, o Encontro Distrital de Professores dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário.

O executivo distrital viseense do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC/Fenprof), que promove este Encontro sobre «aspectos centrais da reforma educativa», refere que a respectiva participação depende de ins-

crição prévia a efectuar no SPRC, Av.º Alberto Sampaio, 39, 1.º, Apartado 214, 3500 Viseu, até 22 do corrente.

Os temas em debate serão a formação contínua dos professores e o projecto do Ministério da Educação, a gestão e administração dos estabelecimentos de ensino, a regulamentação do estatuto da carreira docente, os sindicatos de professores, outras organizações profissionais, e a defesa dos interesses dos professores.

O Encontro será dinamizado pelos professores António Teodoro, secretário-geral da

Fenprof, Abel Macedo, do secretariado nacional da mesma Federação, Mário Nogueira, da coordenadora do SPRC e dirigente da Fenprof, Linhares de Castro, presidente da comissão directiva do Instituto Irene Lisboa, Fernando A. Machado, docente da Escola Secundária Alves Martins e elemento ligado à formação de professores.

Entretanto e com apelo da direcção da Fenprof à participação dos professores, efectuava-se em Lisboa a Exporformação (1.º Saíão de Formação Profissional), que decorreu na FIL entre 10 e 13 do corrente.



Covina na rua em Janeiro de 89

Covina Grave violação

A Comissão de Trabalhadores da Covina, com sede em Santa Iria de Azóia, solicitou recentemente a intervenção do Provedor da Justiça, a fim de ser «reparada uma grave violação à Lei 46/79», pois, no seu entender, ao ser decidida a alteração dos estatutos da empresa sem parecer prévio da CT, o Governo e o IPE (Investimentos e Participações do Estado) «cometem uma ilegalidade e uma inconstitucionalidade, passando por cima de um normativo que in-

tegra uma Lei da República». A solicitação ao Provedor foi alvo de voto unânime e de aclamação no plenário geral de trabalhadores da Covina em 7 do corrente.

Ainda sobre este caso, é fortemente criticada pela Comissão de Trabalhadores a posição do Presidente da República, sobre a qual a CT emitiu uma carta aberta, acusando Mário Soares de ter promulgado «a legislação do Governo para a alienação total da Covina ao estrangeiro».

Assembleia da República

ECOS DAS PRESIDENCIAIS

«Melhores resultados, em futuro próximo»

Dois dias depois do acto eleitoral para a Presidência da República, foi ainda este tema, naturalmente, a concitar as atenções dos deputados na sessão parlamentar de terça-feira.

À interpretação dos resultados, segundo o ângulo de cada bancada; se entregaram pois os respectivos líderes parlamentares, procedendo para o efeito a análises que no caso do PS e PSD tiveram em certos momentos o sabor de uma disputa, cada um a puxar para si os méritos do empenhamento para a reeleição de Mário Soares.

Este seria aliás um aspecto comentado por Carlos Brito na sua declaração política em que acentuou a demarcação dos comunistas por tais «disputas de cortesãos», formulando simultaneamente «votos de um mandato presidencial liberto de compromissos eleitorais» e em que o Presidente não seja reduzido a um «simbólico papel moderador que não se conforma com o que a Constituição estabelece».

Antes, o dirigente comunista felicitou Mário Soares pela sua reeleição e exprimiu o desejo de que no seu segundo mandato possa ter em conta «grandes preocupações e aspirações manifestadas por muitos que não apoiaram a sua candidatura».

Positivas foram ainda para Carlos Brito as afirmações do Presidente reeleito no discurso de vitória, nomeadamente quando este afirmou que continuava a ser o Presidente

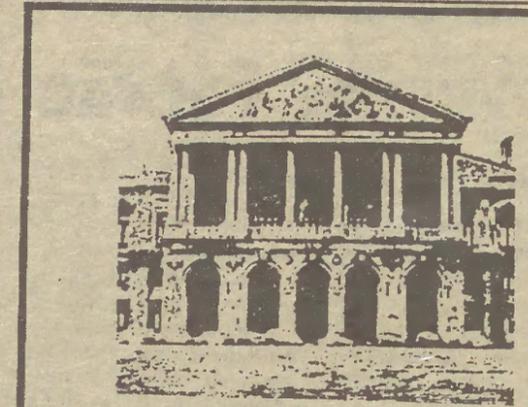
de todos os portugueses e que o MASP se «dissolvia com a sua reeleição».

Em sua opinião tais afirmações facilitam mesmo que se recordem algumas ideias centrais colocadas pela candidatura de Carvalhas no centro do debate político, temas esses que o líder parlamentar chamou à colação, lembrando nomeadamente que o Presidente deve ter «uma acção mais destacada com vista à atenuação das desigualdades sociais e regionais», na «promoção da justiça social», no «combate à corrupção», no acompanhamento do processo de privatizações, na oposição aos «avanços do autoritarismo e às novas tentativas de alterações antidemocráticas das leis eleitorais».

Detendo-se a apreciar os resultados obtidos pela candidatura de Carlos Carvalhas,

o dirigente comunista salientou que eles foram «o justo reconhecimento de uma campanha que recusou o ataque e agressão pessoal e partidária e privilegiou o debate sério e sereno dos problemas», constituindo por outro lado a «merecida recompensa» de uma candidatura que «optou por uma atitude inequivocamente de esquerda, pela demarcação, pela diferença, pela coerência, pela determinação de enfrentar todas as dificuldades, para afirmar estes valores».

«Muitos esperariam encontrar-nos hoje reduzidos, confundidos e derrotados para confirmarem as suas teses sobre o declínio irreversível do PCP. Como mais uma vez se enganaram redondamente, dizem agora que este resultado não é repetível. Não é de facto, mas ao contrário do que pensam, porque abre caminho para muito melhores resultados, em futuro próximo», observou Carlos Brito, antes de concluir, mais adiante, que o PCP sai destas eleições «mais confirmado como uma grande força política nacional que há que tomar em consideração em



«31 de Janeiro» em sessão solene

No último dia do mês corrente a agenda parlamentar será preenchida com uma sessão solene comemorativa do primeiro centenário do «31 de Janeiro».

Da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, que apresentou em conferência de representantes dos grupos parlamentares uma proposta nesse sentido, esta sessão assinalará assim condignamente uma efeméride relevante da história portuguesa, de inegáveis e profundas repercussões no evoluir das lutas pela instituição da República, da liberdade e da democracia no nosso país.

todos os projectos políticos para o País.».

Pronunciando-se ainda sobre números apurados nas eleições e sobre as teses bipolarizadoras afanosamente defendidas por certos sectores políticos, Carlos Brito frisou que os resultados das eleições presidenciais «fazem cair pela base as apressadas simplificações bipolarizadoras», enfatizando aquilo a que considerou simultaneamente uma evidência, «mas

que urge sobremaneira explicitar»: «sem o PCP não há alternativa credível à direita».

Na sua declaração política o líder da bancada comunista recordou ainda que só a candidatura demonstrou que é impossível definir um rumo presidencial «sem inventariar os grandes problemas do País, questionar as orientações que lhe são imprimidas e a acção governativa que lhes dá expressão concreta».

Terra

Em causa preços do vinho e madeiras Agricultores de Lisboa alertam para descalabro

«Começa mal o ano para os agricultores, muito especialmente para os produtores de vinho». Quem o diz é a Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa que sustenta a sua opinião no facto do preço do vinho constituir um verdadeiro descalabro, uma vez que o preço definido pelo Governo e pelo Instituto da Vinha e do Vinho se situa em 46\$00 o litro (na base de 12 graus), quando a Comunidade apontava até 68\$00 o litro, subsidiando 65 por cento a fundo perdido.

Considerando de «ridículo» o valor estabelecido, a Associação, que acaba de lançar uma campanha de informação sob o lema «compreender para resistir», chama a atenção para o quadro de definhamento em que se encontram os viticultores enquanto o produto do seu trabalho é vendido aos consumidores como um «produto de luxo».

«O património vitivinícola no nosso distrito está ameaçado de desaparecimento», alerta ainda a Associação antes

de apelar à mobilização dos produtores em sua defesa e de garantir que não existirão «culturas alternativas à vinha».

Pronunciando-se sobre a crise que afecta o sector, esta estrutura dos agricultores do distrito de Lisboa assinala que passado o período das ilusões, designadamente para os jovens agricultores, hoje «estrangulados com encargos financeiros», fica agora «o amargo de uma dolorosa experiência», que em nada veio alterar o panorama de abandono dos campos, a contínua emigração e o acentuar da desintegração do tecido económico e social das aldeias portuguesas.

Especial atenção no comunicado da Associação dos Agricultores é também dirigida para o sector das madeiras, onde, a seu ver, se instalou o marasmo. A este respeito, é sublinhada a descida em dez por cento do preço do metro cúbico no corrente mês, verificando-se simultaneamente descontos arbitrários à entra-

da da fábrica e a falência de agentes económicos ligados ao sector, indicadores que constituem «sérias advertências para os que promoveram a floresta indiscriminada em detrimento da agricultura».

Factores negativos, no entender dos agricultores, são ainda os aumentos médios de dez por cento registados em praticamente todos os factores de produção, situação que consideram não ser propriamente uma fatalidade, pelo que, sublinham, «pode ser alterada».

A Assembleia da Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa, marcada para fins de Janeiro, com o fim de instituir o «regulamento interno», foi entretanto adiada para data posterior, em virtude, segundo informam, da agenda «particularmente sobrecarregada» neste início de ano.

Reunião em Alenquer

O descalabro dos preços do vinho na produção constitui por sua vez um dos pontos da agenda da reunião que a Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa promove hoje, em Alenquer, mais exactamente na localidade de Estrebeiro.

Com início às 20 horas, a reunião conta com a presença de João Vieira, presidente da Associação, e da ordem de trabalhos constam outras questões como a garantia de escoamento; os subsídios à reestruturação da vinha e eventuais culturas alternativas.

Camaradas Falecidos

Guilherme Casquilho



Guilherme Casquilho pintando um painel para a última Festa do «Avante!»

Faleceu no passado dia 10 o pintor Guilherme Casquilho, natural de Montelavar, Sintra, onde nasceu em 1930.

Militante do PCP desde 1974, Guilherme Casquilho frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio e a ESBAL, tendo sido activista do MUD-Juvenil.

Como outros artistas plásticos da sua geração, foi protagonista com a sua pintura no processo revolucionário e no Portugal democrático, destacando-se na realização de painéis da Festa do «Avante!» e na decoração de múltiplas iniciativas como colaborador da SIP da DORL do PCP.

Sonhador e voluntarioso, como sublinha esta organização do PCP numa nota onde lhe presta pública homenagem, Casquilho foi um homem ao mesmo tempo só e estimado por centenas de ca-

maradas que com ele trabalharam.

Possuidor de grandes qualidades artísticas, não pôde, como outros artistas, beneficiar do seu desenvolvimento, o que, noutras condições, teria sido possível e teria alargado a sua obra.

Mário da Silva Guerra

Vítima de doença incurável, morreu no passado dia 7 de Dezembro, com 70 anos, o camarada Mário da Silva Guerra, militante da organização concelhia de Gouveia do PCP.

Ligado ao Partido desde a década de 40, Silva Guerra, ou Miguel das Beiras como era conhecido entre os camaradas, participou em várias iniciativas de oposição ao regime fascista e continuou depois do 25 de Abril a assumir com coragem e dignidade a sua condição de comunista.

A redacção do «Avante!» apresenta sentidas condolências aos familiares do camarada falecido.

Rectificação

Na última edição do «Avante!» trocámos por lapso o nome de um camarada falecido. Trata-se de Fernando Duarte Costa e não, como foi publicado, de Fernanda Duarte Costa, o comunista de cuja morte demos notícia, pelo que apresentamos as nossas desculpas.



Internacional

CRISE NO QUOTIDIANO

Recessão, «excedentes» e trabalho precário

Num momento em que sem dúvida se vive a maior crise mundial das últimas décadas, outros múltiplos problemas ficam abafados. Por força do peso e da violência da própria ameaça de guerra. Mas também porque não há muito interesse em agitá-los, quando os países capitalistas desenvolvidos, e os EUA em particular, se pretendem apresentar como modelos de desenvolvimento universal.

Entretanto os problemas avolumam-se de forma muito clara no plano económico e social. Referimos aqui tão-só alguns exemplos.

A recessão nos EUA

A crise económica e financeira nos Estados Unidos, é um dado hoje incontrolável, com reflexos, antes do mais, na vida do povo americano. Assim foi nestes dias anunciada mais uma subida da taxa de desemprego. De 5,9% da população activa em Novembro, para 6,1% em Dezembro.

Tendo em conta a amplitude do défice do orçamento norte-americano, e a persistente recusa de iniciar uma verdadeira reforma no plano fiscal, Bush jogã com instrumentos financeiros como as taxas de juro e o dólar. E é isso mesmo que está a ser feito.

Note-se que qualquer redução no valor do dólar permite a redução automática do stock das dívidas acumuladas pelos Estados Unidos, e favorece as suas exportações. Para além das flutuações que o clima de guerra determinará no que se refere ao dólar em particular, o certo é que ele tem vindo a baixar de forma sensível. Desde 1987, depreciou-se em 13,3% face ao Yen, de 18,5% em relação ao marco alemão e de 16,3% no que se refere ao franco.

Como parte considerável das trocas internacionais se processa em dólares, numerosos países sofrem assim uma quebra no valor dos seus produtos, no mercado internacional.

Nos Estados Unidos a quebra de rentabilidade, mesmo dos grandes bancos, é um facto. Entretanto, as empresas terão tendência a utilizar a baixa do dólar para aumentar os seus lucros na exportação, sem reflexos positivos para a economia do próprio país.

A grande aposta está — não no empenhamento da resolução dos problemas internos — mas na utilização dos recursos, a nível mundial, para fazer face à sua própria crise. O que significa o controlo dos fluxos de capitais, o controlo dos recursos decisivos (nomeadamente o petróleo).

Um exemplo do paradoxo: os stocks de manteiga seriam superiores a 200 000 toneladas — o que corresponderia a menos de um quilo por habitante.

Mas há uma componente bem mais grave no quadro desta realidade — completamente esvaziado de uma lógica humana. No mesmo momento em que se fala em excessos de produção na Europa, vêm-nos de África notícias francamente alarmantes.

Segundo o jornal francês «Le Monde», «desde há meses, muitas dezenas de milhar de crianças, descarnadas e seminuas, erram pelas ruas de Monróvia em busca de co-

bique, Angola e Etiópia deverão fazer face a uma das grandes fomes da sua história. Segundo a FAO, «entre 7,5 e 15 milhões de pessoas poderão morrer de fome por causa das muito más colheitas, consequência de dois anos consecutivos de secas e das guerras civis».

Não é um processo automático a transferência dos «excedentes» da Europa da CEE para África. A erradicação das fomes não acenta no auxílio humanitário — entretanto também indispensável. Mas a irracionalidade do sistema fica assim bem à vista.

Trabalho precário

O exemplo vem de França, mas na verdade poderia vir de qualquer outro país capitalista, porque neste como noutros domínios as realidades são comuns.

Segundo um estudo do INSEE (serviços estatísticos), recentemente divulgado, e referente à situação da mão-de-obra em 1989, «a mobilidade continuou a elevar-se. Como nos anos anteriores, abrange sobretudo os jovens, as mulheres e as profissões pouco qualificadas». Assim, os jovens, que ocupam 15% dos postos de trabalho, representam 49% das entradas e 43% das saídas, no mercado de trabalho, o que corresponde a metade do movimento, enquanto os postos de trabalho «firmes» são geralmente reservados «aos adultos dos 25 aos 49 anos».

Neste quadro, os contratos a prazo atingem os 79% entre os jovens, e são predominantes nos novos contractos de trabalho — mais de dois em cada três, em 1989.

O estudo confirma o alargamento do movimento de precarização de trabalho, e uma subida em flecha a partir de 1984. De menos de 300 000 em 84 para mais de 500 000 em 88. Movimento também acompanhado de um espectacular aumento do desemprego — de cerca de 1 795 000 em Maio de 81 para mais de 2 500 000 em 1990.

Uma situação altamente lesiva dos interesses dos trabalhadores, e que está longe de ser exclusiva da França.

Parte dos contratos a prazo no conjunto dos contratos de trabalho

Menos de 24 anos	79,3%
25 a 49 anos	56,7%
50 a 59 anos	51,0%
Mais de 60 anos	56,9%
Conjunto	67,5%

Parte dos contratos a prazo segundo as categorias socioprofissionais

Quadros superiores	19,4%
Profissões intermédias	39,4%
Empregados	74,1%
Operários qualificados	62,8%
Operários não qualificados	83,8%
Conjunto	67,5%

INSEE — França

Alimentos a mais?

Discute-se nestes dias, em Bruxelas, uma possível redução da produção agrícola, considerada «excedentária». Concretamente os frigoríficos e os silos da CEE têm novamente stocks acrescidos de manteiga, carne e cereais. Ignora-se que os excedentes de carne e manteiga coexistem com um subconsumo crónico por parte de milhões de pessoas atingidas por diferentes formas e graus de pobreza, na rica e «excedentária» CEE.

mida». E um responsável dos Médicos Sem Fronteiras afirma que «das cerca de 5000 toneladas de ajuda alimentar que seriam necessárias em cada mês para alimentar os habitantes de Monróvia, apenas chegaram 1200 toneladas nos últimos três meses». As guerras, o ciclo vicioso do subdesenvolvimento, a crónica exploração de recursos pelo mundo capitalista desenvolvido, mutuamente se potenciam para destruir as condições mínimas de vida.

Entretanto, Sudão, Moçam-

Turquia — mineiros em luta

Os mineiros de Zonguldak estão em greve há mais de um mês, contra os salários de miséria e a restrição dos direitos democráticos.

Uma luta que tem vindo também a contar com a solidariedade dos trabalhadores de outros sectores, igualmente atingidos por problemas idênticos, de que é nomeadamente expressão uma taxa anual de inflação que ultrapassa os 70%.

Assim, os dois milhões de filiados das centrais sindicais Turk-Is e Hak-Is, participaram numa greve que abarcou os grandes ramos da indústria, os serviços públicos e os transportes.

A luta dos mineiros tem vindo a assumir várias expressões, nomeadamente a de uma marcha sobre Ankara, considerada como ilegal pelo governo turco.

Depois da intercepção, pela polícia, de mais de um milhar de veículos que transportava os manifestantes a Ankara, os mineiros em greve optaram, com o apoio dos seus sindicatos, por uma marcha de 250 quilómetros, do mar Negro até à capital. Participam quase 60 000 trabalhadores das minas de Zonguldak, e também de Asmara, Armutçuk, Kozlu e Uzulmez.

Os mineiros empreenderam a marcha com as suas famílias, tendo à cabeça do cortejo, Semsi Denizer, presidente do Sindicato dos mineiros, e quinze deputados da oposição.

À sua espera, em Ankara, os representantes dos sindicatos e dos dois principais partidos de oposição, o Partido populista social-democrata (PPSD) de Erdal Inonu e o Partido da justa via (PJV, direita tradicional) de Suleyman Demirel.

A recepção do governo resume-se à mobilização da polícia, que tomou «medidas de segurança» e deslocou blindados para as zonas centrais da cidade, nomeadamente para os ministérios e o palácio presidencial.

Oposição vence eleições em Cabo Verde

Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde, apresentou a sua demissão ao presidente Aristides Pereira, depois da vitória do MPD, da oposição, nas eleições legislativas. O MPD elegeu 54 deputados, com mais de 70 por cento dos votos entrados nas urnas, contra 25 do PAICV. A abstenção também foi particularmente elevada.

Comentando os resultados eleitorais, Pedro Pires afirmou que o PAICV vai «constituir uma oposição construtiva, ao serviço de Cabo Verde, dado que foi a decisão dos eleitores que o partido não continuasse a governar. Não iremos em nenhuma direcção que possa prejudicar Cabo Verde».

Pedro Pires acrescentou ainda — «vamos continuar a trabalhar, vamos reestruturar o partido, dar-lhe uma nova dinâmica. A vida é mesmo assim — umas vezes ganha-se, outras perde-se. Temos agora que pensar, com força, nas eleições autárquicas» que se realizam no fim do ano.

Entretanto, reuniu a Comissão Política do PAICV, para analisar da necessidade (ou não) de realizar um Congresso do PAICV.

Do programa do líder do MPD, Carlos Veiga, consta a liberalização da economia e medidas no domínio social, nomeadamente no que se refere ao ensino e aos salários. No que se refere à política externa, deverá manter-se no essencial a mesma que foi prosseguida pelo PAICV.

Aleksandr Bessmertnikh proposto para o cargo de MNE da URSS

O presidente soviético Mikhail Gorbatchov propôs para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS Aleksandr Bessmertnikh, de 57 anos, actual embaixador nos Estados Unidos.

A escolha feita por Gorbatchov parece indicar que o presidente optou por dar continuidade à política externa soviética, conduzida pelo anterior ministro, Eduard Chevardnadze.

A demissão de Chevardnadze deu-se em Dezembro passado no 4.º Congresso, em reacção às críticas de que a sua política foi alvo e em protesto contra a ameaça de uma ditadura.

«É a sua posição e o seu direito», disse Gorbatchov no parlamento soviético, que analisa a composição do novo governo soviético.

«Chevardnadze justificou as minhas esperanças, dando um grande contributo para aquele trabalho de enormes proporções relacionado com a viragem na nossa política externa», afirmou Gorbatchov.

Explicando a sua escolha, Gorbatchov descreveu Bessmertnikh como «um grande profissional, homem de ampla visão, culto e modesto». «Tenho um grande respeito por este homem», disse.

Bessmertnikh nasceu a 10 de Novembro de 1933 na cidade de Biisk, no território do Altai. É diplomado pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscovo e licenciado em Direito.

Trabalhou no seio do aparelho do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, no Secretariado da ONU e na embaixada da URSS nos Estados Unidos.

Desde Maio de 1990 é embaixador nos Estados Unidos. É membro do Comité Central do PC soviético desde Julho de 1990.



Em 10 anos, o desemprego, em França, passou de 7% para 9% da população activa.

Internacional

GOLFO

A lógica da guerra

Um último apelo de Perez de Cuellar a Saddam Hussein foi a única decisão passível de consenso no Conselho de Segurança da ONU, em vésperas de expirar o prazo estabelecido para uma retirada iraquiana do Kuwait.

No apelo é garantido a Bagdad que não será atacado, caso ceda a cumprir as resoluções da ONU. Perez de Cuellar afirma ainda que «serão feitos todos os esforços para abordar de uma forma global o conflito israelo-árabe, incluindo a questão palestina».

De salientar, neste momento de enorme tensão, que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha recusaram um plano francês de paz, enquanto apoiado pela União Soviética, China (ambos países membros do Conselho de Segurança), pela Alemanha, Itália, Bélgica, Espanha, e

ainda Cuba, Líbano e Líbia.

Em causa, a necessidade de solução global dos problemas do Médio Oriente, e em particular da questão palestina — que ao longo de todo este processo de escalada belicista, os EUA (e naturalmente Israel) sempre se recusaram a considerar.

Neste momento, frente a frente, há mais de um milhão de soldados no Golfo. Cerca de 545 mil iraquianos, concentram-se no sul do Iraque e no emirato do Kuwait. Na

Arábia Saudita e zonas circundantes, está uma «força multinacional» de facto esmagadoramente composta por tropas norte-americanas — 415 mil soldados norte-americanos, 35 mil britânicos, 18 mil franceses, e alguns milhares sírios e egípcios.

Dezenas de milhões de civis serão as vítimas de uma possível guerra, que nada tem a ver com os seus inte-

região (...)» Nesses mesmos dias, o ministro israelita dos Negócios Estrangeiros defendia a manutenção de uma presença militar norte-americana no Golfo.

Afirmações que testemunham ainda uma outra realidade — o desencadear de conflitos, o agudizar de tensões, irá agudizar mais ainda os diferentes problemas que se vivem na zona. E que en-

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina e ao camarada Yasser Arafat o seguinte telegrama:

Queridos Camaradas:

Condenando assassinato altos dirigentes OLP, enviamo-vos sentidas condolências e exprimimo-vos os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses. Empenhado na luta para impedir o desencadear da guerra no Médio Oriente, o PCP tem sempre presente a justa causa nacional palestina com a qual é inteiramente solidário.

resses, nem tão-pouco com propagandeados princípios de direito internacional. E terá cabimento lembrar aqui uma questão há dias levantada no Irão, pelo líder espiritual Ali Khamenei, e que sem dúvida terá alguma razão de ser: «Estão a nossa nação e as outras nações da região mortas para que os EUA possam criar um sistema de segurança para si próprios na

retanto se tem pura e simplesmente tentado ignorar.

Como pano de fundo de todo este dramático evoluir dos acontecimentos, a chocante contradição entre os preparativos e a vontade de guerra ao nível do poder, em particular nos EUA, Grã-Bretanha e Iraque, e a — deliberadamente ignorada e até reprimida — vontade de paz dos povos.



URSS

Dramáticos acontecimentos em Vilnius

A URSS vive actualmente momentos de grande tensão. No quadro de uma difícil situação económica, agudizam-se os problemas das nacionalidades e está em causa o futuro da União. Os dramáticos acontecimentos em Vilnius, onde do confronto com militares resultaram 14 mortos e mais de uma centena de feridos, são disso um testemunho. O evoluir dos acontecimentos reflectiu, aliás, de par da exaltação do nacionalismo, uma clara confusão de poderes, e a aposta na força, por parte de alguns sectores.

A agudização da tensão nas Repúblicas bálticas, com especial relevância para a Lituânia, tem a ver com um processo de declarações unilaterais de independência e mesmo aprovação de nova legislação, à margem da União Soviética. A afirmação do nacionalismo explora raízes históricas, e parece querer furtar-se à prova do referendo.

Os problemas ligados às diferentes nacionalidades — e que sem dúvida reflectem questões muito reais — têm vindo entretanto a desencadear várias situações dramáticas de confronto, de que já resultaram várias dezenas de mortos.

Por outro lado, estão a dar origem — naturalmente enquanto não se chegar a uma superação política da situação actual — a novos problemas sociais. Concretamente, os refugiados internos e o menos-prezo das minorias.

Na sessão especial do Comité Central do PCUS, realiza-

da em Dezembro passado, Gorbachov afirmaria, em relação aos sectores separatistas, que a coberto da liberdade e da democracia, procuram instaurar as «grandes» Lituânia, Ucrânia, Moldávia... Entre eles, espezinham os direitos e interesses legítimos das minorias, «sem falar das centenas de milhares de pessoas que querem conservar a sua cidadania soviética (...). Actualmente, não há perigo maior que o extremismo nacionalista e que o encorajamento às divisões entre as nacionalidades», sublinhou.

Os acontecimentos de Vilnius testemunham de facto esses perigos. Mas não só. E a questão surge — quem deu a ordem de atirar?

Num intervalo da sessão do Soviete Supremo, Gorbachov disse aos jornalistas que só a posteriori tinha tido conhecimento da intervenção do Exército na Lituânia, confirmando assim as informações dadas aos deputados pelo ministro

soviético da Defesa, Dmitri Lazov, de que a ordem para as tropas avançarem em Vilnius fora dada pelo comandante das forças estacionadas na capital lituana.

«Penso que devemos estar prontos para o diálogo seja com quem for», afirmou o presidente soviético, que simultaneamente criticou os nacionalistas lituanos, classificando de «golpe de Estado constitucional» a declaração de independência aprovada em Março passado.

As vias para o diálogo parecem entretanto bem difíceis, o que pode estimular as pseudo-soluções de força.

No plano internacional, e num momento em que os EUA e a NATO parecem bem mais empenhados em falar de guerra e fazê-la do que de paz, os trágicos acontecimentos de Vilnius estão a ser utilizados para um possível boicote ao prosseguimento do processo de desanuviamento político e desarmamento. Nos EUA põe-se em causa a cimeira soviético-americana prevista para 11 a 13 de Fevereiro e questiona-se mesmo a continuidade das negociações sobre controlo e redução de armamentos.

Primeiro-ministro é economista

O Soviete Supremo da URSS elegeu entretanto o

economista Valentin Pavlov para o cargo de primeiro-ministro da URSS.

Pavlov, ministro das Finanças desde 1989, foi o candidato proposto por Mikhail Gorbachov para substituir Rijkov, hospitalizado na sequência de um ataque cardíaco.

A sua nomeação fora já aprovada pelo Conselho da Federação. O presidente soviético defendeu a sua escolha, também com base na difícil situação económica que o país hoje atravessa. «Hoje», disse, «precisamos de ter na chefia do gabinete um especialista financeiro, um economista com muita experiência e com um carácter forte».

O processo de degradação económica ainda não foi travado, e a desproporção entre a procura e a oferta assume carácter aflitivo no quotidiano. Basta referir que, em 1989, a massa salarial cresceu 5,4 vezes mais rapidamente que o rendimento nacional e 1,5% mais depressa que as vendas de bens e serviços.

Entretanto, segundo os mais recentes dados estatísticos, a situação da produção não melhorou. Os elementos divulgados pelo Comité Estatal de Estatística indicam que a produção industrial na União Soviética sofreu, o ano passado, uma queda de um por cento.

O pior mês foi o de Dezembro, em que a produção regis-

tou uma quebra de 2,8%, enquanto nos outros meses essa percentagem foi de 0,9 por cento. A produção diminuiu em praticamente todos os complexos produtivos, à excepção da construção de máquinas.

Na indústria ligeira e agro-alimentar, os resultados foram praticamente iguais aos do ano anterior.

A reconversão de indústrias militares em indústrias civis, produziu alguns resultados positivos, sendo de salientar que devido a esse facto a produção de produtos de consumo corrente subiu em quatro por cento.

Com o Orçamento de Estado para 1991 (que só veio a ser possível com atraso), pretende-se marcar uma viragem, também no ponto muito sensível da soberania das Repúblicas.

Na opinião do primeiro-ministro Pavlov, agora eleito, o Orçamento de Estado soviético de 1991, marca uma viragem, uma vez que consagra, pela primeira vez, a repartição dos recursos do país entre o centro e as várias repúblicas que integram a União.

O novo orçamento reconhece a soberania das repúblicas concedendo-lhes o direito a um orçamento próprio que garanta uma efectiva autonomia financeira de gestão relativamente ao poder central.

«O fascismo criou em 1933 o famigerado «Estatuto do Trabalho Nacional» para dessa forma fascizar os sindicatos. Em resposta, a classe operária da Marinha Grande, de Lisboa, do Algarve e doutros pontos do país, no dia 18 de Janeiro de 1934, desencadeou uma jornada de luta em defesa dos seus sindicatos.

O 18 de Janeiro ficou gravado na história do movimento operário como uma heróica jornada contra o regime fascista. Na Marinha Grande a classe operária, dando corpo ao sentir da população, tomou conta da vila durante várias horas, artancando as armas das mãos da GNR. Com a sua luta os vidreiros pretendiam impedir que as armas servissem para espingardar o povo, fazer abrir o seu sindicato, satisfazer outras reivindicações.

O salazarismo prendeu, torturou, assassinou, reprimindo a ferro e fogo o movimento. Não impediu contudo, nem impedirá, que a classe operária do nosso país se una e lute pela sua total libertação. Por isso deram as suas vidas os filhos da classe vidente Antónia Guerra, Manuel Esteves de Carvalho, Augusto Costa, mais tarde José Moreira (...).

(«20º aniversário do 18 de Janeiro» - «Avante!», VI série, nº 184, Janeiro de 1954)

AVANTE!

«Com a fascização dos sindicatos em 1933, o salazarismo pensava acabar com a resistência dos trabalhadores e submetê-los mais e mais à voracidade de lucros do grande patronato, à fome e à miséria. Mas a classe operária e restantes trabalhadores (...) aprenderam a servir-se dos Sindicatos Nacionais na luta pelas suas reivindicações.

Verificando esta realidade, os fascistas pretendem agora criar as «corporações», juntando Grêmios e Sindicatos de um mesmo ramo de produção num só organismo, subordinado directamente ao ministério das Corporações e onde os trabalhadores serão afinal representados pelos seus piores inimigos - os patrões.

Com as corporações, a camarilha salazarista pensa obter aquilo que não conseguiu com a criação dos Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e dos Pescadores: impedir a movimentação dos trabalhadores contra a exploração de que são vítimas. Tudo faz para enganar os trabalhadores, dizendo que (...) capitalistas e trabalhadores passarão a viver «harmoniosamente». É a pregação da tão decantada «harmonia de classes» - um sermão velho, tão velho quanto a própria burguesia...»

(«As corporações, nova arma contra os trabalhadores» - «Avante!», VI série, nº 208, Janeiro de 1956)

Avante!

«É sabido que nunca aos governantes fascistas interessou o desenvolvimento da Cultura e da Arte. E uma das grandes vítimas dessa política tem sido o Teatro.

É certo que o governo de Salazar concedeu agora uns subsídios destinados a manter companhias de declamação (...)

No entanto, o problema continua cada vez mais agudo, pois não é com as 4 companhias de Teatro existentes que se serve quase 9 milhões de habitantes, havendo ainda a salientar que essas 4 companhias trabalham em Lisboa e só esporadicamente vão a qualquer outra cidade (...).

O Teatro Apolo vai ser delatado abaixo pela Câmara Municipal. O Teatro Ginásio vai ser transformado em escritórios. Assim desaparecem duas oficinas dos trabalhadores de Teatro, que em nenhum dos casos foram ouvidos. Já são muito poucas as salas existentes e o governo não obriga teatros como o S. Luiz, o Politeama, o Eden a fazerem Teatro. E sem teatros os profissionais não podem trabalhar, oferecer espectáculos dignos, continuar aquela rica tradição teatral que foi quebrada pelo 28 de Maio. (...) O fascismo tem mais este crime a juntar a todos os que tem cometido contra o povo português.

(«A decadência do Teatro português» - «Avante!», VI série, nº 208, Janeiro de 1956)